



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL

**A produção de frutos de açaí (*Euterpe oleracea* M.) em Limoeiro do Ajuru,
Pará: desafios e oportunidades para a ação coletiva de comercialização**

ANDERSON BARCELLOS SANTOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL

BRASÍLIA/DF
JUNHO/2018



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL

**A produção de frutos de açaí (*Euterpe oleracea* M.) em Limoeiro do Ajuru,
Pará: desafios e oportunidades para a ação coletiva de comercialização**

ANDERSON BARCELLOS SANTOS

ORIENTADORA: JANAÍNA DEANE DE ABREU SÁ DINIZ

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL

BRASÍLIA/DF
JUNHO/2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SAP654p Santos, Anderson Barcellos
A produção de frutos de açaí (Euterpe oleracea M.) em
Limoeiro do Ajuru, Pará: desafios e oportunidades para a
ação coletiva de comercialização / Anderson Barcellos Santos;
orientador Janaina Deane de Abreu Sá Diniz. -- Brasília, 2018.
183 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2018.

1. Açaí (Euterpe Oleracea M.). 2. Extrativismo. 3.
Mercados. 4. Ação coletiva. 5. Limoeiro do Ajuru - PA . I.
Diniz, Janaina Deane de Abreu Sá, orient. II. Título.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE UnB PLANALTINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A PRODUÇÃO DE FRUTOS DE AÇAÍ (*Euterpe oleracea* M.) EM
LIMOEIRO DO AJURU, PARÁ: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A
AÇÃO COLETIVA DE COMERCIALIZAÇÃO**

ANDERSON BARCELLOS SANTOS

**DISERTAÇÃO DE Mestrado submetida ao Programa
de Pós Graduação em Meio Ambiente e
Desenvolvimento Rural, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do grau de
Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Rural**

APROVADO POR:

JANAÍNA DEANE DE ABREU SÁ DINIZ, DOUTORA (UnB)
(ORIENTADORA)

MOISÉS VILLAMIL BALESTRO, DOUTOR (UnB)
(EXAMINADOR INTERNO)

NATHALIE CIALDELLA, DOUTORA (Cirad)
(EXAMINADOR EXTERNO)

LAURA MARIA GOULART DUART, DOUTORA (UnB)
(EXAMINADORA SUPLENTE)

BRASÍLIA/DF, JUNHO DE 2018.

Dedico este trabalho a minha grande companheira Simone e meus filhos Luan e Lays, pela compreensão das ausências necessárias.

AGRADECIMENTOS

Meu querido pai, Antônio Elias Santos (*in memoriam*) que me apresentou ao meio rural e promoveu a minha conexão inicial com este universo.

Minha amada mãe, Normilda Barcellos Santos, sempre motivadora, doce, paciente e cheia de fé, obrigado por tudo.

Minha esposa, Simone Farias Fonseca, minha querida e amada, sem tu muita coisa não seria possível. Quando é mesmo que esta maníçoba vai ficar pronta? Égua não!!!

Meus queridos filhos Lays e Luan, desculpe pelas ausências, pelas vezes que não consegui leva-los ou busca-los, pelo que não fizemos juntos, pelo que iremos fazer e pelo nosso amor.

Aos amigos da COOMPALA, Iracy, Adelino, Jorge, grandes colaboradores que possibilitaram nosso mergulho nas águas e florestas de Limoeiro do Ajuru.

Professores e colegas do MADER, nossos encontros foram fundamentais para a reflexão e o olhar acadêmico.

Janaína, obrigado pela oportunidade de construirmos juntos. A sua paciência e confiança foram fundamentais.

Aos professores Moisés Villamil Balestro e Nathalie Cialdella, muito obrigado pelas contribuições e reflexões compartilhadas.

A todos vocês, minha profunda gratidão!

RESUMO

A dissertação tem como objetivo apresentar a relevância da produção de frutos de açaí (*Euterpe oleracea M.*) para famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA, e compreender os limites e desafios para ação coletiva de comercialização envolvendo cooperados e cooperativa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo envolvendo famílias ribeirinhas cooperadas, a diretoria da cooperativa, intermediários atravessadores e órgãos públicos, municipais e estaduais, para compreender o envolvimento destes diferentes atores no âmbito da comercialização de frutos de açaí. Tomamos como referencial teórico e conceitual, pressupostos da construção social de novos mercados, o perfil e o contexto dos atuais mercados para a agricultura familiar e populações tradicionais, a ação coletiva, embeddedness (enraizamento/imersão) da economia, a força dos laços fracos e a teoria das convenções. Os resultados da pesquisa, expressou a relevância dos frutos de açaí para as famílias ribeirinhas, tanto em relação à segurança alimentar como para a geração de renda, no entanto, mostraram um conjunto de desafios vivenciados, pela cooperativa e seus cooperados em relação à comercialização, tais como a organização social, a relação com os intermediários/atravessadores, o ambiente natural e a biodiversidade. Foi identificado que toda a produção de frutos de açaí dos cooperados é comercializada para intermediários/atravessadores locais, sendo que estes possuem forte presença nas localidades e ilhas de Limoeiro do Ajuru. Em relação à COOMPALA, foram identificados limites para uma interação perene com os cooperados e com os mercados, pois, concretamente a cooperativa não tem conseguido comercializar os frutos de açaí, foram poucas as vezes em que mesma efetuou operações de compra e venda ao longo de existência. Em relação as iniciativas desenvolvidas, pelos governos foram identificadas ações desenvolvidas principalmente para: fomentar o aumento da produção no estado; fomentar ações e estabelecer padrões de boas práticas sanitárias e; incentivar a verticalização da produção no próprio estado. No entanto, ficou evidenciado que estas ações desenvolvidas, possuem limites e desafios quanto ao estabelecimento de estratégias voltadas para processos de construção social de mercados, por meio de iniciativas de comercialização.

Palavras Chave: Mercados, Ação Coletiva, Açaí (*Euterpe oleracea M.*)

ABSTRACT

The dissertation aims to present the relevance of the production of açai fruit (*Euterpe oleracea* M.) to COOMPALA cooperative riverine families, and to understand the limits and challenges for collective marketing action involving cooperatives and cooperatives. In order to do so, a field research was carried out involving cooperative riverine families, the cooperative's board of directors, intermediate brokers and public, municipal and state agencies to understand the involvement of these different actors in the commercialization of açai fruit. We take as theoretical and conceptual framework, assumptions of the social construction of new markets, the profile and context of the current markets for family agriculture and traditional populations, collective action, embeddedness of the economy, the strength of weak ties and the theory of conventions. The results of the research, expressed the relevance of açai fruits to the riverside families, both in relation to food security and income generation, however, they showed a set of challenges experienced by the cooperative and its cooperative in relation to the commercialization, such as social organization, the relationship with intermediaries / middlemen, the natural environment and biodiversity. It was identified that all açai fruit production of the cooperative is marketed to local intermediaries / brokers, and these have a strong presence in the localities and islands of Limoeiro do Ajuru. In relation to COOMPALA, limits were identified for a perennial interaction with the cooperative and the markets, since the cooperative in particular has not been able to commercialize the açai fruits, it was seldom that it carried out purchase and sale operations along existence. Regarding the initiatives developed, the governments identified actions developed mainly to: encourage the increase of production in the state; promote actions and establish standards of good sanitary practices and; encourage the verticalization of production in the state itself. However, it was evidenced that these actions developed, have limits and challenges regarding the establishment of strategies aimed at processes of social construction of markets, through marketing initiatives.

Keywords: Markets, Collective Action, Acai (*Euterpe oleracea* M.)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Vista de satélite do espaço que compreende parte do estuário amazônico.....	38
Figura 2 - Vegetação com forte predominância na ilha Saracá às margens do rio Tocantins, no estuário amazônico, estado do Pará.....	39
Figura 3: mapa do território Baixo Tocantins - Pará.....	40
Figura 4. População de homens e mulheres (urbana e rural) do território Baixo Tocantins.....	42
Figura 5. população urbana e rural dos municípios do território Baixo Tocantins.	42
Figura 6. distribuição das áreas de floresta, não florestada, desflorestada e de hidrografia.....	44
Figura 7. imagem de satélite do Território pertencente ao município de Limoeiro do Ajuru.....	45
Figura 8. Imagem de Ilha habitada do município de Limoeiro do Ajuru.....	46
Figura 9. População urbana e rural do município de Limoeiro do Ajuru, Pará.	47
Figura 10. Evolução do IDH-M no município de Limoeiro do Ajuru de 1991 a 2010.....	47
Figura 11. Resultado das atividades econômicas do município de Limoeiro Do Ajuru, Pará, no ano de 2015..	48
Figura 12: Evolução do PIB de Limoeiro do Ajuru, entre os anos de 2000 e 2015. Fonte: IBGE/Cidades (2018). Elaboração própria.	49
Figura 13: Evolução do PIB Agropecuário de Limoeiro do Ajuru, entre os anos de 2000 e 2015.	49
Figura 14. Quantidade total de açaí produzido no Brasil e nos estados.	57
Figura 15. Quantidade produzida de frutos de açaí em 2015 e 2016 no Brasil e nos municípios do Território Baixo Tocantins.....	58
Figura 16. - Evolução da quantidade produzida de açaí do extrativismo vegetal entre os anos de 2010 e 2016, no Brasil.....	60
Figura 17. Valor da produção Extrativa de frutos de açaí entre os anos de 2010 e 2016 no Brasil..	60
Figura 18. Quantidade produzida de açaí pela extração vegetal nos municípios do território Baixo Tocantins nos anos de 2015 e 2016.....	62
Figura 19. Valor da produção de açaí extrativo no Brasil e em Limoeiro do Ajuru nos anos de 2015 e 2016.....	63
Figura 20. Origem do valor bruto da produção extrativa em Limoeiro do Ajuru no ano de 2016.	64
Figura 21: Tríade proibida.....	97
Figura 22: capa do panfleto promotor da campanha: “Eu faço de Limoeiro do Ajuru, o maior produtor de açaí do mundo.....	138
Figura 23: Conteúdo do panfleto promotor da campanha: “Eu faço de Limoeiro do Ajuru, o maior produtor de açaí do mundo.....	138
Figura 24. Evolução dos recursos aplicados nas modalidades operacionalizadas pela CONAB entre os anos de 2008 e 2017. Fonte: CONAB - 2017, elaborado pelo autor.	154

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: definição de critérios e questões necessárias à pesquisa.	29
Quadro 2: perfil dos agentes entrevistados e quantidade de questionários	32
Quadro 3: Resultados da aplicação de técnicas participativas como estimulador do Grupo Focal.	35
Quadro 4: Tipologia de Mercados para Agricultura Familiar.	75
Quadro 5: Produtos comercializados para a cooperativa.	108
Quadro 6: Motivos da escolha dos compradores pelos cooperados pesquisados.....	109
Quadro 7: Quantidade de atravessadores e respectivos territórios de atuação em Limoeiro do Ajuru.	110
Quadro 8: Localidades de atuação dos intermediários/atravessadores entrevistados e período que compra frutos de açaí.	111
Quadro 9: Estruturas utilizadas pelos intermediários/atravessadores entrevistados.	113
Quadro 10: Compradores de frutos de açaí dos intermediários/atravessadores entrevistados ..	114
Quadro 11: Principais desafios existentes para os intermediários/atravessadores entrevistados.	115
Quadro 12: Principais vantagens existentes na atividade de compra e venda de frutos de açaí para os intermediários/atravessadores entrevistados.....	116
Quadro 13: Demonstrativo dos parceiros da COOMPALA no âmbito da comercialização de frutos de açaí.....	124
Quadro 14: Contratos e acordos já estabelecidos entre a COOMPALA e seu parceiros.	127
Quadro 15: As forças da COOMPALA, resultados e discussões.....	128
Quadro 16: As fraquezas da COOMPALA, resultados e discussões.	128
Quadro 17: As oportunidades para a COOMPALA, resultados e discussões.	130
Quadro 18: As ameaças à COOMPALA, resultados e discussões.	131
Quadro 19: Principais parceiros da secretaria municipal de meio ambiente.	134
Quadro 20: Atual estrutura do escritório local da EMATER/PA em Limoeiro do Ajuru - PA.	140
Quadro 21: Linhas de crédito disponíveis pelo PRONAF.	144
Quadro 22: Plano de Ação da Rota do Açaí.....	149
Quadro 23: Plano de trabalho (prioridades da carteira de projetos da rota do açaí no território Baixo Tocantins)	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Produção do extrativismo em Limoeiro do Ajuru em 2015.	50
Tabela 2. valor da produção de açaí no Brasil no território Baixo Tocantins e seus municípios	59
Tabela 3. Volume comercializado entre os anos de 2006 e 2008.	66
Tabela 4. Principais compradores de açaí das organizações associativas e cooperativas do território baixo Tocantins.	67
Tabela 5. Tamanho das áreas dos cooperados pesquisados	106
Tabela 6. Quantidade de fornecedores de frutos de açaí dos intermediários/atravessadores entrevistados.....	112
Tabela 7. Quantidade adquirida de frutos de açaí pelos intermediários/atravessadores entrevistados.....	113
Tabela 8: histórico da comercialização da COOMPLA para o PAA.	122
Tabela 9. Demonstrativo da comercialização da COOMPALA para o PNAE	123

LISTA DE SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
ARC	Associação Agroextrativista dos Ribeirinhos e Atingidos por Barragens de Cametá
ASMIM	Associação das Mulheres de Igarapé-Miri
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AVABEL	Associação dos Vendedores Artesanal de Açaí de Belém e Região Metropolitana
CAD-Único	Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CAEPIM	Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri;
CAMTA	Cooperativa Agrícola de Tomé-Açú
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CART	Agrícola de Resistência de Cametá
CODEMI	Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri
COFRUTA	Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOMPALA	Cooperativa Mista dos Pescadores e Agricultores de Limoeiro do Ajuru
COOPEBAB	Cooperativa dos Produtores de Barcarena
COOPFRUT	Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
DOU	Diário Oficial da União
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ES	Espírito Santo
FAEPA	Federação da Agricultura e Pecuária do Pará
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FECAFES	Federação de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
FNO	Fundo Constitucional da Região Norte
FOFA	Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças
GRPU	Gerência da Secretaria do Patrimônio da União do Estado do Pará
Ha	Hectare
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IG	Indicação Geográfica
IMS	Instituto Marista de Solidariedade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LAR	Licenciamento Ambiental Rural
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MI	Ministério da Integração Nacional
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não governamental
PA	Pará
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAM	Produção Agrícola Municipal
PAPA-DF	Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar no Distrito Federal
PEQA	Programa Estadual de Qualidade do Açaí
PEVS	Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
Pró-Açaí	Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
RB	Repartição de Benefícios
SAF	Sistema Agroflorestal
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAP	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca
SEDEME	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SESPA	Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará
SINDFRUTAS	Sindicato das Indústrias Processadoras de Polpas de Frutas do Estado do Pará
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SIT	Sistema de Informações Territoriais
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TO	Tocantins
UCODEP	Unidade e Cooperação Para o Desenvolvimento dos Povos
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1. OBJETIVOS	25
1.1. Objetivo geral	25
1.2. Objetivos específicos	25
1.3. Hipótese	25
2. PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	26
2.1. Os sujeitos da pesquisa	28
2.2. A inserção no campo	31
2.3. A aplicação dos questionários semiestruturados	31
2.4. Entrevista	33
2.5. Pesquisa e levantamento bibliográfico e documental	34
2.6. Grupo Focal	34
3. LIMOEIRO DO AJURU, TERRITÓRIO BAIXO TOCANTINS, PARÁ, E O CONTEXTO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS FRUTOS DE AÇAÍ	37
3.1. O estuário amazônico	37
3.2. A ocupação humana do Território	39
3.3. O município de Limoeiro do Ajuru	43
3.4. O açaí no contexto do Território	51
3.4.1. A Produção de açaí no Pará e no Brasil	55
3.4.2. A ação coletiva de comercialização de frutos de açaí no Baixo Tocantins	64
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	69
4.1. Conceitos e pressupostos para a construção social de novos mercados	71
4.2. Os atuais mercados da produção familiar	72
4.3. A Valorização dos recursos da floresta e dos conhecimentos tradicionais	76
4.4. Ação Coletiva e os desafios para o acesso aos mercados	79
4.5. O enraizamento (embeddedness) da economia nas Redes Sociais	90
4.6. A importância da Força dos Laços Fracos para perspectiva de construção social dos mercados	92
4.7. A teoria das convenções e os mercados	100
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	105
5.1. Os cooperados da COOMPALA e a comercialização de açaí	105
5.1.1. O território dos cooperados: as comunidades e as áreas de produção	105
5.1.2. A ocupação da força de trabalho com a produção de frutos de açaí	106
5.1.3. A produção de frutos de açaí dos cooperados da COOMPALA	107
5.1.4. Os caminhos da comercialização	107
5.2. Os intermediários/atravessadores	110
5.2.1. O território de atuação dos intermediários/atravessadores	110
5.2.2. As estruturas utilizadas pelos intermediários/atravessadores	113

5.2.3. Volume de açaí movimentado pelos intermediários/atravessadores no ano de 2017	113
5.3. A Cooperativa COOMPALA	116
5.3.1. O nascimento da cooperativa	117
5.3.2. A comercialização de frutos de açaí: os desafios da falta de estrutura	118
5.3.3. Articulações e parcerias da COOMPALA.....	123
5.3.4. Desafios e oportunidades da COOMPALA.....	128
5.4. Relações governamentais com a cadeia produtiva do açaí no território Baixo Tocantins	132
5.4.1. O contexto das ações desenvolvidas por organizações governamentais municipais e/ou com sede no município.....	132
5.4.2. O contexto das ações desenvolvidas por organizações governamentais estaduais	141
5.4.3. O contexto das ações desenvolvidas por organizações governamentais federais	147
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
7. REFERÊNCIAS	163
8. APENDICES	170

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é apresentar a relevância da produção de frutos de açaí (*Euterpe oleracea* M.) para famílias ribeirinhas cooperadas da Cooperativa Mista dos Pescadores e Agricultores de Limoeiro do Ajuru – COOMPALA, e compreender os limites e desafios para ação coletiva de comercialização envolvendo cooperados e cooperativa, tendo em vista, os problemas existentes no âmbito da relação da cooperativa com os cooperados para o desenvolvimento da ação coletiva de comercialização de frutos de açaí. Sendo que, o quadro de cooperados é composto por ribeirinhos e pescadores artesanais, sendo também reconhecidos como povos e comunidades tradicionais¹, conforme decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Este grupo que compõem o quadro social da cooperativa, geram o seu sustento principalmente por meio de atividades de pesca artesanal e de extrativismo vegetal² de espécies florestais não madeireiras, em especial o açaí, sendo, portanto, tais atividades fundamentais para a geração de alimentos, trabalho e renda, não somente das famílias cooperadas, mas também de trabalhadores rurais que vivem neste amplo território composto ilhas e comunidades, que abrangem o município de Limoeiro do Ajuru, Território Baixo Tocantins, estado do Pará.

Embora esse ambiente natural, instalado no seio do estuário amazônico, proporcione condições fundamentais para a reprodução de um modo de vida bem específico de milhares de famílias ribeirinhas, ele também impõem limites para a interação das comunidades com biodiversidade e as águas do estuário amazônico, desafiando as mesmas a desenvolverem suas atividades de extração de recursos para ofertar produtos, gerar renda e garantir a segurança alimentar, sem, contudo, ameaçar o esgotamento das espécies.

A predominância de atividades extrativistas nessa região, tem sido a tônica desde o início do processo de colonização do território amazônico, em especial no Território

¹ Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição

² É o processo de exploração dos recursos vegetais nativos que compreende a coleta ou apanha de produtos como madeiras, látex, sementes, fibras, frutos e raízes, entre outros, de forma racional, permitindo a obtenção de produções sustentadas ao longo do tempo, ou de modo primitivo e itinerante, possibilitando, geralmente, apenas uma única produção (IBGE/2014).

Baixo Tocantins, pode-se perceber que a pressão exercida pelas demandas de mercado sobre a biodiversidade ao longo dos tempos, tem determinado também as formas de relação das famílias com este ambiente natural.

Com chegada dos europeus no Brasil e na Amazônia, a exploração econômica dos recursos biológicos e minerais estiveram fortemente presentes na agenda econômica, proporcionando momentos de glória e de declínio da economia e da sociedade amazônica.

Portanto, com a chegada desse elemento externo na Amazônia brasileira, inicia-se uma influência forte na relação Homem e Natureza, passando então a proporcionar momentos de crises com ameaças concretas às florestas e até mesmo ao modo de vida das populações tradicionais.

São muitos os relatos acerca de impactos na biodiversidade ocorridos em diferentes épocas na Amazônia em função da agenda econômica de diferentes períodos da história. O desaparecimento de espécies exploradas comercialmente, evidenciado pelo aproveitamento de recursos disponíveis na natureza de maneira indiscriminada, negligenciou e ainda hoje negligência as possibilidades de esgotamento das espécies, porém, este tem sido o pilar de sustentação da estratégia de exportação de matéria-prima, oriunda da extração vegetal, a qual vem se estabelecendo há séculos na Amazônia.

Tal estratégia aliada com práticas predatórias tem provocado efeitos nefastos nas economias dos estados amazônicos. Entre esses efeitos, está o desestímulo à industrialização, que por sua vez contribui diretamente para a estagnação econômica de municípios pequenos que tem na produção agrícola e no extrativismo suas principais atividades geradoras de trabalho e renda (HOMMA, 2014).

Portanto, não somente no Território Baixo Tocantins, mas também em outros ambientes amazônicos, é possível perceber que as estratégias de reprodução das populações, estão intimamente relacionadas com a complexidade da floresta, com sua diversidade de habitats, paisagens e fisionomias, conectadas a uma rica e vasta rede hídrica composta por inúmeros igarapés, furos, rios, lagos, lagoas, entre outros (SILVEIRA, 2009). Segundo Toledo:

Evidências científicas mostram que virtualmente todos os cantos do planeta foram habitados, modificados e manipulados através da história humana. Ainda que pareçam intactos, muitos dos últimos vestígios do mundo natural foram habitados e assim o foram por milênios. Povos e comunidades tradicionais vivem e tem direitos sobre territórios que, em muitos casos contem níveis excepcionalmente altos de biodiversidade. Em base global, a diversidade humana cultural é associada com as concentrações remanescentes da biodiversidade. Assim, tanto a diversidade biológica quanto a cultural estão ameaçadas (TOLEDO, 2001, p. 1).

Reforçando a importância da relação existente entre populações locais e a biodiversidade, Diegues (2005) afirma que a biodiversidade pertence tanto ao domínio do natural como do cultural, permitindo com que as populações tradicionais possam entendê-la, representá-la mentalmente, manuseá-la, transferir espécies de um lugar para outro e, frequentemente, adensá-la, enriquecendo-a local e regionalmente.

Em tempos atuais, a floresta amazônica desafia governos e sociedade a implementar práticas que possam favorecer a manutenção dos diferentes habitats e a coexistência das populações locais com a biodiversidade. Percebe-se que as relações envolvendo populações tradicionais e as florestas tropicais têm gerado várias experiências que guardam consigo um importante valor no que diz respeito ao uso, manejo e conservação da biodiversidade. Por milênios e séculos, essa relação homem e natureza, ou seja, essa história humana e natural vem moldando a paisagem em diferentes cantos do planeta. Diegues (2000) chama a atenção para a importância da estrutura da paisagem, no contexto da manutenção dos processos ecológicos e da diversidade biológica, particularmente em áreas onde vivem comunidades tradicionais diretamente dependentes dos usos dos recursos naturais, como é o caso das famílias ribeirinhas de Limoeiro do Ajuru, cooperadas da COOMPALA.

Notadamente, a estratégia baseada na extração vegetal para o fornecimento de matéria-prima também tem sido a tônica do extrativismo do açaí no território da cidadania Baixo Tocantins, no estado do Pará, durante décadas. O fato do território estar situado no estuário amazônico, o qual abriga grandes estoques da espécie, possibilitou viabilizar o início da extração comercial do açaizeiro na região (HOMMA, 2014).

Para contrapor a essa lógica, outras práticas vêm sendo adotadas por organizações e famílias locais em prol da conservação da floresta e das espécies, destacando-se nesse sentido, as práticas de manejo agroflorestal, manejo de biomassa, coletas seletivas,

pactuação de acordos que respeitam períodos reprodutivos de espécies animais e vegetais, além de outras realizadas por várias gerações, inclusive, em relação aos acordos existentes, vale destacar o pensamento de Ostrom (1990), que afirma que a gestão comunitária do território e de seus recursos é tão eficiente ou até mesmo mais eficiente que a gestão privada e/ou governamental.

Tais práticas, também inspiraram Becker (2010), que ressalta a importância da utilização de técnicas e práticas que não destruam a natureza baseadas em conhecimentos do século XXI e aliadas ao saber tradicional da população local. No entanto, além da tarefa de implementarem formas de manejo apropriadas aos açais nativos e cultivados de maneira que viabilize a conservação da biodiversidade local e o equilíbrio dos agroecossistemas³, as famílias ribeirinhas também estão diante de outros desafios relacionados aos demais elos da cadeia produtiva dos frutos de açaí, ou seja, ao mundo externo ao das florestas e das águas, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de relações com os mercados, que ao longo dos anos tem se dado de uma maneira muito precária, de modo que quase sempre as famílias acabam sendo exploradas, com seus produtos obtendo baixos preços.

Para o caso específico do açaí nos municípios do Baixo Tocantins, já é possível perceber iniciativas de organizações de populações rurais como cooperativas, associações e até mesmo grupos informais que se reúnem para comercializar a produção de maneira coletiva, exercendo um papel de mediação entre as famílias e o mercado, e até mesmo de transformar os frutos em produtos com maior valor agregado.

Tais iniciativas quase sempre tem como premissas a oposição às estratégias de exportação de matéria-prima, que conforme observado no território, é uma realidade que predomina em boa parte dos municípios, uma vez que são poucas as indústrias processadoras de frutos de açaí existentes, conferindo, portanto, à maior parte dos extrativistas, produtores, cooperativas e municípios, um papel marginal de meros fornecedores de matéria-prima para indústrias situadas principalmente na região metropolitana de Belém. Ao analisarmos o conjunto de informações levantadas será

³ Entende-se o agroecossistema como um sistema de produção ou uma unidade de produção em são desenvolvidas atividades produtivas envolvendo produção animal e vegetal e até mesmo o extrativismo, por meio da autogestão dos agricultores.

possível perceber que este é um território relevante do ponto de vista da produção de frutos de açaí, mas pelo que tudo indica, não consegue converter esse potencial em melhores condições de vida para a sua população, principalmente aquelas presentes em comunidades ribeirinhas.

Portanto, no território do presente estudo, as organizações populares, sobretudo as cooperativas, carregam consigo a expectativa e a tarefa de atingirem resultados que favoreçam o processo de desenvolvimento sustentável das comunidades e do próprio território, por meio do fomento à adoção de boas práticas de manejo, coleta e cultivo por parte de seus cooperados, bem como o desenvolvimento de práticas e relações econômicas e comerciais que gerem renda e possibilitem melhores condições de vida para as famílias.

As definições quanto às escolhas do lócus da pesquisa, bem como do público, foram estabelecidas pelo fato de o território Baixo Tocantins, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS (IBGE-2017) e a Produção Agrícola Municipal – PAM (IBGE/2017), este ser o território brasileiro que mais produz frutos de açaí de origem extrativa, bem como de lavouras permanentes cultivadas. Nesse sentido, é possível perceber que a atividade de produção de frutos de açaí, seja ela oriunda do extrativismo ou da produção agrícola, é extremamente relevante para os municípios do território e sua respectiva população.

Para o caso de Limoeiro do Ajuru, chama atenção o fato do município ser o maior produtor brasileiro de açaí oriundo do extrativismo e ainda pelo fato de o valor bruto obtido pela comercialização desse produto no município corresponder a cerca de 43% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal. Quando comparado ao PIB agropecuário, essa proporção atinge 60% (IBGE/2017).

A escolha da COOMPALA, se deu em função da realização de trabalhos e pesquisas anteriores⁴ que evidenciaram a importância da cooperativa para o município de Limoeiro

⁴ No ano de 2012 atuei no assessoramento de cooperativas da região do Baixo Tocantins, Pará entre elas a COOMPALA, a qual apliquei um diagnóstico no empreendimento com vistas à identificação de problemas que dificultavam o seu acesso aos mercados, posteriormente em 2017 apliquei o mesmo instrumento que possibilitou identificar a evolução da mesma em relação às suas atividades econômicas.

do Ajuru, em sua tarefa de organizar e comercializar a produção e representar os interesses dos cooperados em espaços de concertação e incidência em políticas públicas voltadas para o público ribeirinho e outros que envolvem acordos comerciais de venda de produtos da biodiversidade local. Além disso, o perfil dos cooperados, caracterizados principalmente como ribeirinhos que desenvolvem atividades de extrativismo vegetal e pesca artesanal, bem como a sua abrangência em mais de 20% das comunidades do município reforçam a relevância da representatividade e potencial da COOMPALA no que diz respeito à organização de processos produtivos e de comercialização visando o acesso aos mercados.

Assim, o conteúdo do presente trabalho seguirá um roteiro que contemplará a caracterização do território evidenciando aspectos ambientais, socioeconômicos, com especial dedicação à atividade extrativista enquanto fomentadora de atividades econômicas atualmente desenvolvidas. Também será dado um tratamento especial ao contexto e a relevância do açaí para o território, apontando dados sobre a produção e o mercado, além de serem apresentadas experiências desenvolvidas por organizações locais no âmbito dos elos da cadeia produtiva, incluindo a atual experiência da COOMPALA.

Além disso, percebe-se que nesse ambiente e contexto que envolve a comercialização de açaí, existem atores e agentes externos que atuam diretamente na cadeia produtiva, por meio de relações econômicas, principalmente, a de compra e venda de produtos da biodiversidade local entre eles o açaí. Ao mesmo tempo, outras iniciativas voltadas para o fomento e o fortalecimento da cadeia produtiva incluindo estratégias de comercialização e de promoção do acesso aos mercados, são percebidas e geralmente são empreendidas por organizações públicas e da sociedade civil.

Vale também lembrar que nesta relação que envolve o deslocamento dos frutos de açaí das famílias ribeirinhas até os mercados, há uma série de acordos e convenções que orientam tanto a produção especialmente no que diz respeito à qualidade dos produtos, como também outros aspectos que fazem parte do mundo formal que regimentam as atividades produtivas e os mercados.

Este fluxo, floresta, famílias, comunidades, mercados, que envolve não somente o açaí, mas também outros recursos da biodiversidade local, em grande medida depende da

conservação da floresta e das águas, por que sem elas, tal fluxo talvez nem seria possível. De certo, para além de garantir a segurança alimentar das comunidades tradicionais ao longo do tempo, os recursos da biodiversidade local, cumpriram um importante papel para os processos voltados à geração de renda para as famílias, infelizmente, essa busca pela renda quase sempre acontece de maneira subordinada às condicionantes impostas pelo mercado e seus agentes.

Assim, uma série de dados secundários e primários foram coletados para estruturar esse trabalho, com o objetivo de favorecer o entendimento da relevância do território enquanto gerador de recursos naturais para o sustento das famílias e abastecimento dos mercados. Além disso, o conjunto de atores, agentes e organizações envolvidos no âmbito da cadeia produtiva do são destacados neste trabalho com objetivo de fornecer elementos que ajudam analisar o contexto do processo de comercialização de frutos de açaí (*Euterpe oleracea* M.) que envolve as famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA em Limoeiro do Ajuru, Pará.

Para dialogar teoricamente com esse contexto, estamos apresentando no referencial teórico elementos que caracterizam os mercados e alguns de seus desafios, em especial aqueles que impactam no envolvimento das famílias ribeirinhas e suas organizações que desenvolvem atividades econômicas. Assim, serão abordadas a teoria das convenções (Thévenot, 2001, 2003; Wilkinson, 2002), a dimensão da força dos laços fracos (Granovetter, 1983) e (Kaufman, 2012) e as questões de *embeddedness* (Granovetter, 1985), Araújo (2012), e Wilkinson (2008).

Assim, com o contexto que envolve a pesquisa apresentado e a exposição dos referenciais teóricos que balizam este trabalho, finalizamos este trabalho com a análise e interpretação dos dados levantados ao longo desta pesquisa que envolveu atividades de campo e pesquisa documental e de dados secundários. Desse modo, a busca pela compreensão do funcionamento do processo de comercialização de frutos in natura e demais produtos gerados a partir do açaí, no ambiente proposto, permitiu observar e analisar um conjunto de relações que envolvem pessoas, natureza/ambiente natural, instituições públicas e privadas.

1 OBJETIVOS

1.1. Objetivo geral

Apresentar a relevância da produção de frutos de açaí (*Euterpe oleracea* M.) para famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA, e compreender os limites e desafios para ação coletiva de comercialização envolvendo cooperados e cooperativa.

1.2. Objetivos específicos

- ⇒ Identificar o potencial de produção de frutos de açaí de famílias ribeirinhas filiadas a COOMPALA;
- ⇒ Compreender as relações sociais existentes, no âmbito da comercialização de frutos de açaí de famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA;
- ⇒ Analisar a atuação da COOMPALA frente aos desafios de comercializar frutos de açaí de seus cooperados, considerando as relações interinstitucionais, as ações governamentais e os acordos e convenções que orientam as operações de comercialização;
- ⇒ Apresentar desafios e perspectivas para a construção de novos mercados que favoreçam a inclusão das famílias ribeirinhas na comercialização de frutos de açaí.

1.3. Hipótese

A significativa produção de frutos de açaí de famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA, não é suficiente para viabilizar o desenvolvimento da ação coletiva de comercialização e de acesso a mercados.

2 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O objetivo deste trabalho é apresentar a relevância da produção de frutos de açaí (*Euterpe oleracea* M.) para famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA, e os limites e desafios para ação coletiva de comercialização envolvendo cooperados e cooperativa. Para tanto, partimos do entendimento, que neste território, a comercialização de frutos de açaí envolve pessoas e instituições, e que as mesmas atuam tanto em etapas dos elos da cadeia, como também, desempenham outras tarefas para além da comercialização, como por exemplo, o papel desempenhado por órgãos públicos no âmbito da regulamentação, fiscalização, e do fomento da atividade de produção de frutos de açaí. Tais elementos reforçam a importância dos aspectos sociais no âmbito da cadeia produtiva dos frutos de açaí.

Esse cenário justifica a opção por uma pesquisa social, esta, de acordo com Triviños (1987), permite trilhar o caminho da pesquisa de natureza qualitativa e compreender o fenômeno social concreto em sua aparência e essência. De acordo com este autor, a pesquisa qualitativa, de tipo histórico-estrutural, dialética, parte também da descrição que intenta captar não só a aparência do fenômeno, mas também a sua essência (op.cit. p. 129).

Inicialmente, esta pesquisa nos desafiou em relação à proposição dos procedimentos metodológicos, que deveriam ser capazes de convergir para uma pesquisa social, considerando que este é um processo dinâmico de busca pela explicação ou compreensão dos fenômenos humanos observáveis. Pois, como afirma Flick (2009) a pesquisa social é a análise sistemática das questões de pesquisa por meio de métodos empíricos, que tem como objetivo fazer afirmações de base empírica que possam ser generalizadas ou testadas. A ideia é que seus resultados se tornam relevantes para o campo da prática, e ainda como base para processos de tomadas de decisões políticas.

O olhar sobre questões sociais que orientaram esta pesquisa, fez com esta não fosse um procedimento linear, nem tampouco estanque e mecânico, o desenvolvimento desta pesquisa propiciou um processo duradouro e de maturação, que contribuiu para a realização de observações, análises, relações e sínteses, que nos levaram à adaptações e mudanças ao longo do percurso, face às condições do contexto pesquisado e/ou das

descobertas obtidas. Essa perspectiva de mudanças e adaptações inerentes aos processos de pesquisa social, reforçam as afirmações de Chizzotti, segundo este autor, em um processo de pesquisa, o pesquisador tende a se modificar no curso de suas descobertas e a reorientar suas posições ou hipóteses, previamente abraçadas (CHIZZOTTI, 2001, p.35).

Os caminhos trilhados nesta pesquisa não devem se encerrar na perspectiva acadêmica, pois não podemos desconsiderar o desafio de fazer da ciência um caminho para a autonomia dos sujeitos envolvidos. A perspectiva do percurso metodológico utilizado, também visa a contribuir para uma forma de produção de conhecimento que alie os interesses da ciência aos interesses dos sujeitos da pesquisa.

Assim, o nosso entendimento por metodologia compreende o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador baseada em sua experiência, capacidade pessoal e sensibilidade (MINAYO, p.14, 2009).

Portanto, este trabalho consistiu em uma pesquisa qualitativa, envolvendo diferentes abordagens que possibilitaram analisar grupos de pequenos casos, utilizando-se de entrevistas, métodos discursivos e análises históricas. A proposta foi de pensar, observar, analisar e interpretar as intervenções nas teias de relações que envolvem a comercialização, em especial a comercialização de açaí. Com este trabalho buscamos aprofundar a compreensão desse contexto, tendo como objeto empírico: a ação coletiva de comercialização de açaí envolvendo famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA e suas relações com os diferentes agentes que atuam no âmbito do mercado de açaí, e como objeto teórico: os desafios para a ação coletiva de comercialização de frutos de açaí por famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA.

Com isso pode-se afirmar que as atividades de campo permitiram uma maior aproximação com a realidade pesquisada, procuramos obter informações relevantes que comprovam a relevância do território, em relação ao seu potencial enquanto produtor de frutos de açaí, considerando aspectos ambientais, sociais e econômicos.

Assim, a pesquisa caminhou no sentido de se aproximar da realidade e identificar esse contexto em Limoeiro do Ajuru, bem como os desafios existentes para as famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA. Para tanto, estabelecemos um diálogo com categorias como: força dos laços fracos, teoria das convenções, embeddedness/enraizamento e, a construção social dos mercados.

Desse modo, o desenrolar dessa pesquisa, possibilitou, por meio da análise de dados, que se revelasse mensagens implícitas contidas no material levantado, contribuindo assim para superar as evidências, revelar suas contradições e identificar o que foi silenciado no processo. Neste sentido a referida pesquisa foi desenvolvida com base em um Estudo de Caso, cujo foco foi os cooperados da COOMPALA, as interações existentes entre ambos no âmbito da comercialização de açaí, bem como o conjunto de atores, convenções e acordos que intermediam e orientam as relações com os mercados no momento de comercializar a produção de frutos de açaí.

Visando avançar no processo de compreensão da realidade e na elaboração de “pistas” de intervenção, esta pesquisa seguiu o caminho metodológico, descrito adiante.

2.1. Os sujeitos da pesquisa

No processo de pesquisa foram envolvidas 12 das 120 famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA e moradores de 6 das 9 localidades que a cooperativa tem filiados, além deste público de cooperados, também envolvemos a diretoria da cooperativa, representada por 6 diretores.

No âmbito da comercialização de frutos de açaí nas localidades e ilhas do município, envolvemos 7 dos 70 intermediários/atravessadores atuantes na compra e venda de frutos de açaí no município.

Além dos sujeitos com presença principalmente nas localidades e ilhas do município, conforme supracitado, também envolvemos 3 agentes públicos municipais, sendo eles a Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o Gabinete do Prefeito de Limoeiro do Ajuru.

Também participaram da pesquisa um representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), sediada em Belém, e a Empresa de Assistência Técnica Extensão Rural – EMATER/PA, especificamente o representante do Escritório Local de Limoeiro do Ajuru.

Com a definição destes grupos de análise, relacionamos os mesmos com critérios conectados à literatura apresentada na fundamentação teórica. Por sua vez, para a compreensão de como cada critério de análise se apresenta no contexto estudado, foram desenvolvidos questionamentos que se alinham aos objetivos específicos da pesquisa, conforme expõe o quadro 1.

Quadro 1: definição de critérios e questões necessárias à pesquisa.

GRUPOS DE ANÁLISE	CRITÉRIOS	ORIENTAÇÃO PARA INSTRUMENTOS	OBJETIVOS DE PESQUISA RELACIONADOS			
			1 ⁵	2 ⁶	3 ⁷	4 ⁸
Cooperados da COOMPALA	Capacidade de produção de frutos de açaí	Quantidade de açaí utilizado para a consumo familiar;	x			
		Quantidade de açaí comercializado	x	x	x	x
		Período que produz frutos de açaí	x	x		
	Histórico da comercialização de produtos para a cooperativa	Se houve ocorrência de comercialização		x	x	
		Quando houve			x	
		Por que houve ou não		x	x	
		Que produtos foram comercializados			x	
	Ocupação de mão de obra	Pessoas da família que trabalham na produção de frutos de açaí	x			
		Contratação de mão de obra de terceiros	x			
	Destino principal da produção de frutos de açaí	Para quem vende os frutos de açaí		x		
Motivos da escolha dos compradores da produção			x			
Existência de contratos e acordos de venda de frutos de açaí		x	x	x	x	
Intermediários Atravessadores	Capacidade de compra de frutos de açaí	Estrutura existente para realizar a compra e a venda de frutos de açaí		x		
		Quantidade comprada no último ano		x		
	Perfil dos fornecedores	Comunidades em que compra frutos de açaí		x		
		Quantidade de fornecedores do último ano	x	x		
		Existência de contratos e acordos de compra de frutos de açaí	x	x		
	Para quem vende os frutos de açaí	x	x			

⁵ Identificar o potencial de produção de frutos de açaí de famílias ribeirinhas filiadas a COOMPALA;

⁶ Compreender as relações sociais existentes, no âmbito da comercialização de frutos de açaí de famílias ribeirinhas cooperadas da COOMPALA;

⁷ Analisar a atuação da COOMPALA frente aos desafios de comercializar frutos de açaí de seus cooperados, considerando as relações interinstitucionais, as ações governamentais e os acordos e convenções que orientam as operações de comercialização;

⁸ Apresentar desafios e perspectivas para a construção de novos mercados que favoreçam a inclusão das famílias ribeirinhas na comercialização de frutos de açaí.

	Destino do açaí comprado dos produtores e extrativistas	Existência de contratos e acordos de venda de frutos de açaí	x	x		
COOMPALA	Importância da cooperativa	Objetivos da COOMPALA			x	x
	infraestrutura	Estruturas utilizadas para comercialização			x	
	Experiências de comercialização	Os mercados acessados			x	
	Relações externas	Parceiros apoiadores			x	
		Parceiros comerciais			x	
		Resultados das parcerias			x	
	Desafios	Percepção quanto à deficiências e Fraquezas da cooperativa			x	x
		Percepção quanto às principais Ameaças para a cooperativa			x	x
	Oportunidades	Percepção quanto aos Pontos fortes da cooperativa			x	x
		Percepção quanto as oportunidades para a cooperativa			x	x
Ações governamentais para o fortalecimento da cadeia produtiva de frutos de açaí	Órgãos de governo envolvidos	esferas de poder que desenvolvem ações no âmbito da cadeia do açaí no território			x	
	Principais ações desenvolvidas	Identificar as ações em desenvolvimento no território âmbito da cadeia do açaí no território			x	x
		Identificar os resultados alcançados e esperados das ações desenvolvidas âmbito da cadeia do açaí no território	x		x	x
	Parceiros das ações desenvolvidas na cadeia do açaí	Papel dos parceiros envolvidos			x	x
		Resultados da parceria			x	x
	Principais desafios para a atuação na cadeia produtiva do açaí	Desafios estruturais			x	x
		Desafios que envolvem legislações			x	x
		Percepção sobre os desafios técnicos			x	x

Fonte: elaborado pelo autor.

Desse modo, os diferentes instrumentos de coleta de informações, foram adequados de acordo com o grupo de análise. Portanto, as informações que dizem respeito aos cooperados, aos intermediários/atravesadores, às secretarias do governo municipal, ao escritório local da EMATER e ao gabinete do prefeito, foram obtidas por meio da aplicação de questionário semiestruturado. No âmbito das ações governamentais, utilizamos um questionário específico junto à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP). Além disso, identificamos e pesquisamos vários documentos técnicos e legislações específicas que orientam os programas, projetos e políticas públicas em curso no âmbito da cadeia produtiva do açaí principalmente aquelas com alcance no Território Baixo Tocantins.

Vale ressaltar que para as famílias ribeirinhas e a direção da COOMPALA, foi um momento importante para a percepção sobre a capacidade destes em refletir os anseios comuns ao seu meio socioambiental e econômico, bem como do potencial de influência nas discussões sobre as ações desenvolvidas no contexto do tema de pesquisa.

2.2.A inserção no campo

Nossa inserção no campo de pesquisa deu-se, primeiramente, via atividades do Projeto Nacional de Comercialização Solidária, executado por meio de uma parceria estabelecida entre Instituto Marista de Solidariedade (IMS) e a Organização Não Governamental denominada de Unidade e Cooperação para O Desenvolvimento dos Povos (UCODEP). Neste primeiro momento, foi aproveitada as relações e parte da estrutura de um estudo realizado no ano de 2012 junto à COOMPALA, momento em que se aplicou um questionário semiestruturado junto ao presidente da cooperativa.

Posteriormente, em 2017, esse contato foi restabelecido, propiciando abrir o diálogo em torno de questões relevantes para esta pesquisa, bem como acordar a participação da cooperativa neste processo. Nesse sentido, com o restabelecimento do contanto e o avanço no diálogo com membros da diretoria da COOMPALA, foi possível aplicar um questionário em profundidade. Nesse processo, utilizamos o telefone celular e o aplicativo de conversação denominado de WhatsApp, sendo, portanto, que o uso de tais ferramentas possibilitou a retomada dos diálogos, sendo também fundamental para o início de uma interação com os cooperados, a princípio com 3 e posteriormente estendido para 12 cooperados, por ocasião da aplicação dos questionários específicos para este público.

2.3.A aplicação dos questionários semiestruturados

O processo que culminou na aplicação do questionário semiestruturado junto à cooperativa, marcou o início de uma rodada de diálogos envolvendo diretamente 03 cooperados, incluindo o presidente em exercício. Foi a partir dos primeiros contatos por telefone e WhatsApp, que iniciamos a anotação e a sistematização das informações em textos, planilhas e gráficos, portanto, foram estas informações preliminares, que subsidiaram a estruturação do questionário semiestruturado aplicado e expresso no apêndice A.

Por meio do contato telefônico e do WhatsApp acompanhamos o preenchimento do questionário semiestruturado. Portanto, esse questionário cumpriu em um primeiro momento, o papel de revelar informações que posteriormente serviram de orientação para a definição dos sujeitos envolvidos na pesquisa, conforme expresso no quadro 2, além

disso, ajudou na formulação das questões que componentes dos instrumentos utilizados na pesquisa de campo.

Quadro 2: perfil dos agentes entrevistados e quantidade de questionários

TIPO DE ORGANIZAÇÃO	ESFERA	NOME DO AGENTE/ORGANIZAÇÃO	Nº DE QUESTIONÁRIOS
Pública	Municipal	Secretaria municipal de meio ambiente	1
Pública	Municipal	Secretaria municipal de agricultura	1
Pública	Municipal	Gabinete do Prefeito de Limoeiro do Ajuru/PA	1
Pública	Estadual	Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca – SEDAP	1
Pública	Estadual	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER/PA	1
Privada	Municipal	Intermediários/atravessadores	7
Cooperados	Municipal	Produtores/extrativistas de frutos de açaí	12
TOTAL DE QUESTIONÁRIOS			24

Fonte: Elaboração própria

Ao todo, aplicamos 24 questionários, sendo que para cada perfil envolvido na pesquisa, aplicamos um questionário específico, sendo, portanto, utilizados 5 tipos diferentes de questionários semiestruturados, sendo que um tipo contemplou as secretarias municipais e o gabinete do prefeito, e os outros 4 contemplaram a SEDAP, os intermediários/atravessadores, os cooperados e o escritório local da EMATER. Foram necessários 10 dias para nos locomovermos, aplicar os questionários e vivenciar um pouco da vida ribeirinha marcada pelo ritmo das águas e pelo sabor do açaí, do camarão (*Macrobrachium amazonicum*) e do Mapará (*Hypophthalmus edentatus*).

Os dois primeiros dias em Limoeiro do Ajuru, foram dedicados para encontros presenciais com o técnico responsável pelo escritório local da EMATER, o assessor do gabinete do prefeito e os atuais secretários das pastas de agricultura e de meio ambiente do município. Para este grupo, apenas com o escritório local da EMATER foi aplicado um questionário semiestruturado diferente, os demais foram um único tipo para as 3

organizações do governo municipal. O questionário semiestruturado utilizados com a EMATER, segue exposto no apêndice B e dos órgãos municipais no apêndice C.

Os demais 03 dias de pesquisa no município, foram dedicados para uma atividade com o grupo focal, e para a aplicação de questionários semiestruturados junto aos cooperados da COOMPALA e Intermediários/Atravessadores, sendo que para cada um destes, foi utilizado um questionário específico representados respectivamente nos apêndices D e E. Neste momento, experimentamos e vivenciamos o modo de vida desta população ribeirinha, que vive em um complexo de ilhas e comunidades a qual compõe a ilha Saracá, tornando, portanto, possível constatar, que a vida das pessoas neste ambiente, está intimamente conectada com as águas e as florestas, de modo a influenciar profundamente na dieta alimentar, na geração de renda, nas relações sociais, na tradição cultural, e porque não dizer nos próprios impactos ambientais.

E para completar o elenco de organizações pesquisadas, nos dirigimos a Belém, em busca do diálogo com o principal órgão do Estado do Pará, no que diz respeito a implementação de ações para o fortalecimento da cadeia produtiva do açaí. A pesquisa documental realizada e o diálogo com a COOPERATIVA, possibilitou identificar a relevância da SEDAP neste contexto, pois além de coordenar projetos e programas, compõem grupos de gestão de outras iniciativas desenvolvidas por diferentes órgãos de governo, no âmbito da cadeia produtiva do açaí no estado. Foi durante a aplicação do questionário com o técnico da EMATER que conseguimos obter o contato de uma pessoa da SEDAP, a qual compõe a equipe que coordena as ações do programa Pró-Açaí e acompanha as demais ações do governo no âmbito da cadeia produtiva do açaí. Sendo que este foi um informante chave, nos possibilitando visualizar as características das ações desenvolvidas, seus objetivos e resultados esperados.

2.4. Entrevista

Foi realizada uma única entrevista, que envolveu uma pessoa da equipe da secretaria municipal de meio ambiente, a qual está designado para acompanhar as atividades desenvolvidas pelo projeto Rota do Açaí, de promoção do Ministério da Integração Nacional – MI. Esta entrevista teve como objetivo obter o relato da última reunião realizada pelo comitê gestor do projeto no território, bem como compreender o

andamento das principais ações desenvolvidas e planejadas para o processo de execução do projeto.

2.5. Pesquisa e levantamento bibliográfico e documental

Para situar o campo da pesquisa buscou-se identificar e conhecer o já produzido acerca do tema. A revisão de literatura teórica foi fundamental no processo de pesquisa. Para Flick (2009, p. 45) esta “engloba as obras sobre os conceitos, definições e teorias usadas em seu campo de estudo. Rever a literatura (...) ajudou a responder questões como: o que já é conhecido sobre a questão (...) quais conceitos são usados (...) o que ainda não foi estudado (...)”. O esforço foi voltado para evidenciar quais as teorias que conceituam o tema estudado e quais as que definem a perspectiva da pesquisa, demarcando o posicionamento da pesquisa frente a realidade.

Neste sentido, realizou-se pesquisa no portal de periódicos da Capes, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, bem como de outros Programas de Pós-Graduação que abordam temas de interesse desse trabalho, e em outros sites especializados, no intuito de identificar trabalhos produzidos sobre o tema.

Realizou-se também pesquisa documental e bibliográfica, relacionada às discussões dos temas centrais de reflexão deste trabalho. Para isso, foram feitas consultas ao banco de dados do IBGE, em especial as informações referentes a produção agrícola municipal (PAM) e a produção da extração vegetal e da silvicultura (PEVS). Também foram analisados relatórios, projetos, convênios, legislações e documentos elaborados por agentes públicos, órgãos, empresas e entidades atuantes na cadeia produtiva do açaí em Limoeiro do Ajuru. De acordo com Flick (2009, p. 42),

esse tipo de literatura ajuda a mostrar que tipo de atenção o público dá ao seu tema e talvez a sua relevância no discurso público. (...) entretanto não podemos deixar de registrar os cuidados tomados de não tratar essas publicações como se fossem literatura científica Flick (2009, p. 42).

2.6. Grupo Focal

Os Grupos Focais (GF) são grupos de discussão que dialogam sobre um tema em particular, ao receberem estímulos apropriados para o debate. Essa técnica destaca-se por suas características próprias e por privilegiar processos de interação grupal (RESSEL, 2008).

Para Gatti (2005, p. 13) no GF “é possível reunir informações e opiniões sobre um tópico em particular, com certo detalhamento e profundidade. (...) o que se quer é levantar aspectos da questão em pauta considerados relevantes, social ou individualmente (...)”.

A estratégia de utilização da perspectiva do grupo focal foi adotada apenas com a direção da COOMPALA, neste sentido, participaram 6 diretores nas duas seções, tendo cada uma 2 horas de duração, as seções foram realizadas na Localidade de Saracá de Cima. A seção grupal de discussão, foi estimulada por meio de técnicas participativas, com a finalidade de levantar aspectos que envolvem as percepções dos participantes quanto a comercialização e os mercados de açaí, de modo a identificar o contexto, dos agentes participantes, bem como os desafios e perspectivas existentes. Nesse sentido, foram adaptadas e utilizadas 3 técnicas, sendo elas o Entra e Sai⁹, o Diagrama de Venn¹⁰ e a FOFA¹¹, a qual cumpriram o papel de fomentar e orientar o debate e a reflexão coletiva de modo a favorecer também o levantamento de informações relevantes para o desenvolvimento desse trabalho conforme sugere o quadro 3.

Quadro 3: Resultados da aplicação de técnicas participativas como estimulador do Grupo Focal.

TÉCNICA	PÚBLICO	RESULTADOS ALCANÇADOS
Entra e Sai	Direção COOMPALA	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Identificação dos recursos, insumos e equipamentos utilizados na atividade de comercialização de frutos de açaí e demais produtos da biodiversidade local e seus respectivos fornecedores e origens; ⇒ Identificação dos produtos da biodiversidade local comercializados pela COOMPALA; ⇒ Identificação dos canais de comercialização de frutos de açaí e de outros produtos a qual já foram ou estão sendo acessados pela COOMPALA; ⇒ Identificação da relação da cooperativa com os acordos e convenções que regulamentam e orientam as atividades de compra

⁹ é uma técnica grafológica adaptada para a coleta de informações de dados econômicos administrativos. Por ser elaborada a partir de desenhos e representações gráficas, permite melhor visualização dos gastos e das receitas em cada atividade desenvolvida. Esta técnica tem um conteúdo pedagógico crítico por mostrar a posição dos associados em sua cadeia produtiva, explicitando os fornecedores de insumos e matérias primas e os canais de comercialização, o que permite analisar suas potencialidades e limitações.

¹⁰ Esta ferramenta consiste em uma representação gráfica com círculos, que indica a importância (utilidade) e a proximidade, em relação à comunidade, de instituições, atividades e pessoas. Esta ferramenta propicia conversas sobre conflitos na região, presença ou ausência do poder público, entre outros.

¹¹ a FOFA ou matriz swot, é utilizada para identificação de projetos a serem implantados e para auto avaliação do desempenho do trabalho, favorecendo a geração de um plano de ação para o desenvolvimento de projetos ou a resolução de problemas. A análise da FOFA auxiliam as pessoas a sistematizarem suas opiniões sobre o que está indo bem (Fortalezas) o que está indo mal (Fraquezas), as melhorias que podem ser feitas (Oportunidades) e as limitações externas (Ameaças).

		e venda de produtos da biodiversidade local, em especial dos frutos de açaí e seus derivados.
Diagrama de Venn	Direção COOMPALA	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Identificação e compreensão das relações com os parceiros no âmbito da cadeia produtiva de produtos da biodiversidade local em especial de frutos de açaí, no que tange a comercialização e os mercados; ⇒ Identificação da existência ou não de acordos e convenções que regulamenta e orientam as relações estabelecidas com os parceiros identificados.
FOFA	Direção COOMPALA	<ul style="list-style-type: none"> ⇒ Identificação das percepções referentes aos pontos fortes da cooperativa em relação a comercialização de produtos da biodiversidade local em especial dos frutos de açaí; ⇒ Identificação das percepções dos diretores sobre os pontos fracos da cooperativa em relação a comercialização de produtos da biodiversidade local em especial dos frutos de açaí; ⇒ Identificação das percepções dos diretores sobre os principais desafios e oportunidades para a comercialização de produtos da biodiversidade local em especial do açaí.

Fonte: Elaboração própria

A aplicação das técnicas supracitadas, seguiram acompanhadas de roteiros específicos conforme sugere o processo de trabalho com o grupo focal, o que possibilitou contemplar os potenciais de cada técnica do ponto de vista do perfil da informação e dos diálogos que as mesmas possibilitaram, conforme segue expresso no apêndice F, que apresenta os roteiros utilizados durante a aplicação de cada técnica. Todas as seções foram registradas por meio de gravador de voz, e posteriormente transcritas e sistematizadas.

3 LIMOEIRO DO AJURU, TERRITÓRIO BAIXO TOCANTINS, PARÁ, E O CONTEXTO DA COMERCIALIZAÇÃO DOS FRUTOS DE AÇAÍ

Neste capítulo, buscaremos demonstrar a relevância do extrativismo de açaí para o Território Baixo Tocantins e o município de Limoeiro do Ajuru, bem como a importância das condições naturais para o estabelecimento da atividade na região. Iniciaremos nossa abordagem em torno das características ambientais deste território a qual encontra-se inserido no estuário Amazônico. Além disso, apontaremos elementos sobre o processo de ocupação humana do território e o perfil do município de Limoeiro do Ajuru. Em relação ao açaí propriamente dito, apresentaremos informações sobre a importância do mesmo para o território, trazendo questões que envolvem a interação entre os habitantes e o açazeiro, o potencial de produção e de geração de renda e os esforços das organizações populares do campo no processo de comercialização de frutos de açaí.

3.1.O estuário amazônico

Notadamente, o território da cidadania do Baixo Tocantins, encontra-se inserido no ambiente do estuário amazônico, este ambiente abriga a maior parte das populações de açazeiros nativos do planeta, isso graças as suas características. De acordo com Miranda (2002) o termo estuário diz respeito aos ambientes de transição entre o continente e o oceano, onde rios encontram o mar, promovendo uma diluição mensurável da água salgada. Em média, as águas estuarinas são biologicamente mais produtivas do que as do rio e do oceano adjacente, devido principalmente às características hidrodinâmicas da circulação que, aprisionando nutrientes, algas e outras plantas, estimula a produtividade desses corpos de água Miranda (2002). Este cenário pode ser melhor compreendido observando a figura 1, onde é possível visualizar a localização do município de Limoeiro do Ajuru, boa parte do território Baixo Tocantins, além do arquipélago do Marajó e as capitais Belém e Macapá, ambas situadas no estuário amazônico.

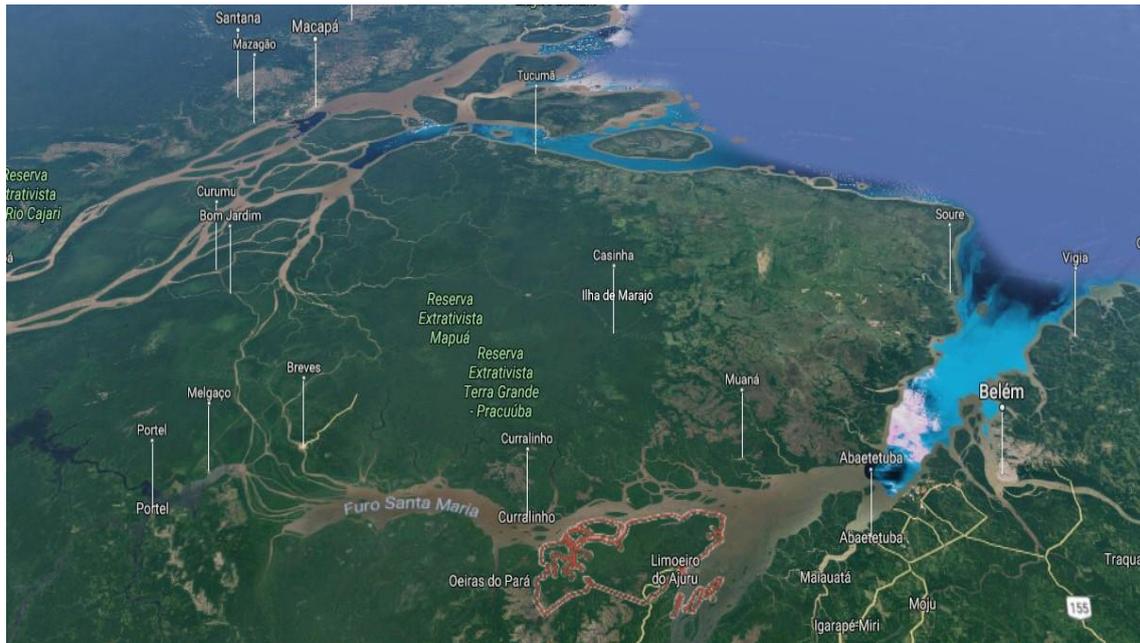


Figura 1 - Vista de satélite do espaço que compreende parte do estuário amazônico.
 Fonte: Google/maps. Consultado em fevereiro de 2018.

A região que compreende o estuário amazônico, de acordo com Anderson (1991) e Padoch et al. (2000), se constitui fortemente por florestas de várzea que dominam de forma marcante a paisagem. Estas florestas tropicais concentram-se principalmente na planície de inundação, formadas a partir da deposição de sedimentos, vindo desde o período Holoceno¹², há cerca de 11.000 anos. Estas florestas inundáveis de várzea são dominadas por poucas espécies, sendo que em algumas situações tais espécies se apresentam com um elevado número de indivíduos, sendo, portanto, o açaí uma dessas espécies que apresentam elevado grau de dominação na paisagem da região, conforme pode ser visualizado na figura 2.

¹² O Holoceno foi o período de estabilidade ambiental experimentado desde a última glaciação – terminada há aproximadamente 11 mil anos – até o terceiro quarto do século XX, durante o qual a humanidade desenvolveu-se. O Antropoceno é a nova e atual época geológica em que essa estabilidade está sendo progressivamente perdida por conta da atuação da humanidade, que se tornou o principal vetor de mudanças no sistema planetário (VIOLA, 2016. p. 1).



Figura 2 - Vegetação com forte predominância na ilha Saracá às margens do rio Tocantins, no estuário amazônico, estado do Pará. Fonte: próprio autor, maio de 2018.

Esta condição natural do território e do estuário Amazônico, de acordo com Oliveira (1995) confere ao mesmo, a reputação de ser o centro de origem e o centro de diversidade genética do açaizeiro, notadamente, nessa região encontram-se numerosas populações com variações bem acentuadas entre e dentro delas, principalmente em relação às características morfológicas, fenológicas, fisiológicas e agronômicas das plantas.

Portanto, as características do estuário amazônico, conferem condições naturais marcantes no que diz respeito não só às principais atividades econômicas desenvolvidas na região como também da sua influência na vida de sua população no que tange seus hábitos alimentares e das opções existentes para o desenvolvimento de atividades econômicas.

3.2.A ocupação humana do Território

O território da cidadania Baixo Tocantins, desde o início das atividades econômicas desenvolvidas na Amazônia, foi fundamental para o avanço das estratégias de dominação e ocupação do território, muito em função da sua localização estratégica e de sua riqueza em termos de disponibilidade de recursos naturais, como o pescado, a seringueira no passado e o açaí no presente momento.

Do ponto de vista de sua composição, a região que compreende o território da cidadania Baixo Tocantins é formada por 11 municípios, sendo eles: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará e Tailândia, com uma área total compreendida por cerca de 35.000 km², conforme apresenta a figura 3.

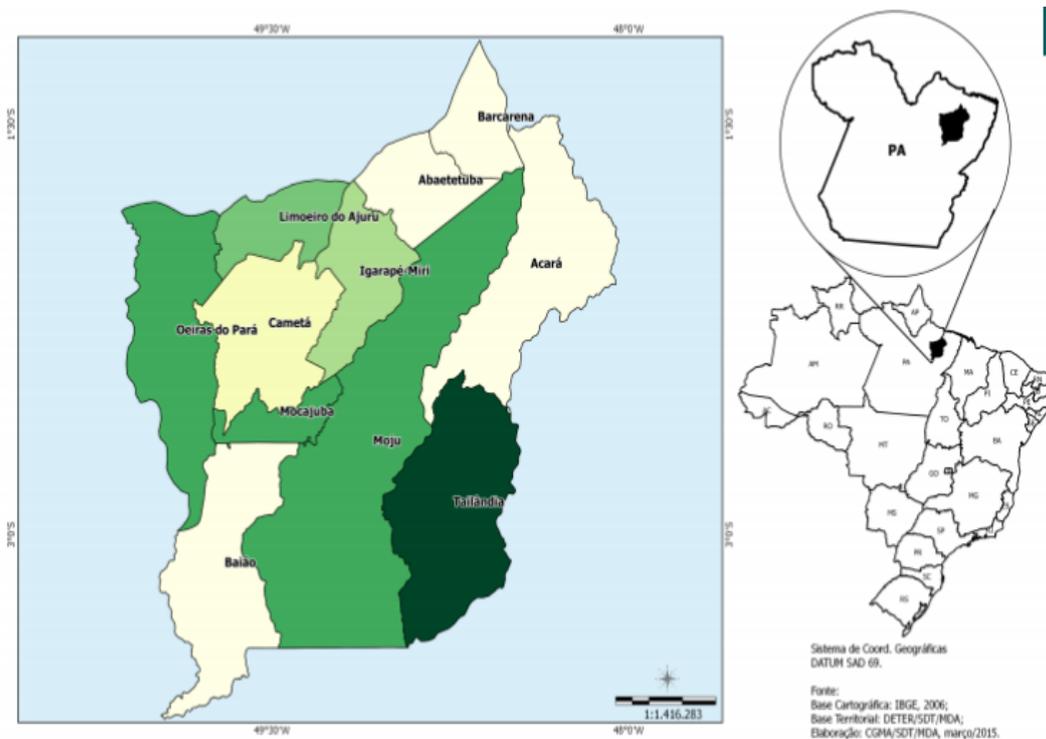


Figura 3: mapa do território Baixo Tocantins - Pará.
Fonte: Sistema de Informações Territoriais – SIT/MDA - 2005)

A ocupação mais tradicional encontrada no território é caracterizada como ribeirinha, geralmente está envolvida em pluriatividades baseadas principalmente no extrativismo vegetal, na pesca e em atividades agrícolas de pequena escala Bastos et al. (2010).

De acordo com Bastos et al. (2010) a outra forma de ocupação está relacionada ao espaço da terra firme, sendo caracterizada como imigrante, se ocupando de atividades agropecuárias e madeireiras, principalmente em áreas situadas nas proximidades de rodovias que ganharam maior relevância econômica a partir dos anos 1970.

Notadamente, conforme afirma Bastos et al. (2010) nas áreas de terra firme, o cultivo da mandioca para a produção de farinha sempre foi uma atividade marcante para

as comunidades, e ainda é um importante produto na economia local. Entretanto, esse modo de uso do sistema agrícola pelas famílias experimenta atualmente grandes ameaças provocadas pelo avanço do desmatamento para a instalação de pastagens para criação - principalmente de gado bovino - e ainda de forma mais impactante para a implantação da monocultura intensiva do dendê (*Elaeis guineenses*).

Por outro lado, nas ilhas e demais espaços da várzea, as ameaças da pecuária bovina e dos dendezaís não é a realidade, entretanto, as comunidades sentem os efeitos provocados pela usina hidrelétrica de Tucuruí. Segundo relatos¹³ de lideranças do movimento dos atingidos por barragem (MAB), várias espécies têm diminuído a sua produção ao longo dos anos, incluindo as espécies vegetais, entre elas a seringa (*Hevea brasiliensis*), o açaí, o buriti ou miriti, como é conhecido na região a espécie *Mauritia flexuosa*, o taperebá (*Spondias mombin*), entre outras.

Do ponto de vista da distribuição demográfica, percebe-se que mais da metade da população do território está presente em espaços rurais. De acordo com os dados do IBGE (2010), a população total do território era da ordem de 739.047 habitantes, conforme figura 4.

¹³ Relato ocorrido em 18 de fevereiro de 2013, no município de Cametá/PA, em atividade de diagnóstico realizado por meio do Projeto Nacional de Comercialização Solidária, executado pelo Instituto Marista de Solidariedade – IMS. Entrevista concedida por Antônio Xavier Dias, militante do Movimento dos Atingidos por Barragens –MAB e Diretor presidente da Associação Agroextrativista Dos Ribeirinhos e Atingidos Por Barragens de Cametá – ARC.

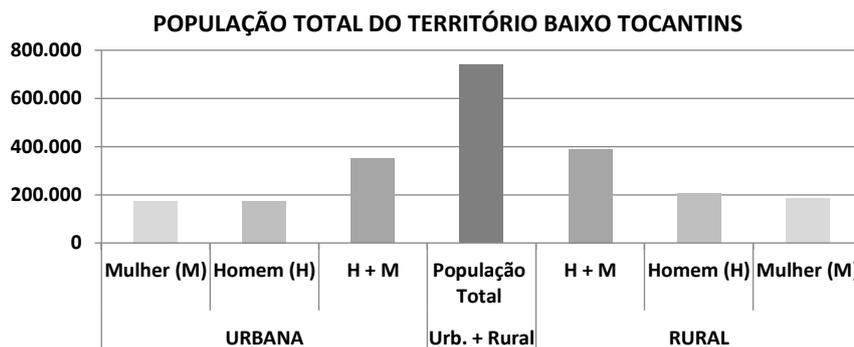


Figura 4. População de homens e mulheres (urbana e rural) do território Baixo Tocantins (Fonte: IBGE (2010)). Elaborado pelo autor.

Notadamente, a população rural desse território supera em cerca de 5% a população urbana, totalizando 389.750 habitantes, sendo que destes 205.643 são homens e 184.107 são mulheres.

A proporção da população residentes em áreas urbanas e rurais também podem ser observadas no figura 5, que mostra que apenas Mocajuba e Tailândia possuem população rural inferior à população urbana, enquanto que os outros nove municípios possuem sua população mais concentrada em áreas rurais, sendo que Limoeiro do Ajuru é o município menos habitado, e que apresenta mais de 2/3 da sua população vivendo em áreas rurais, sendo a maior parte delas situadas em ilhas dispersas no espaço do município.

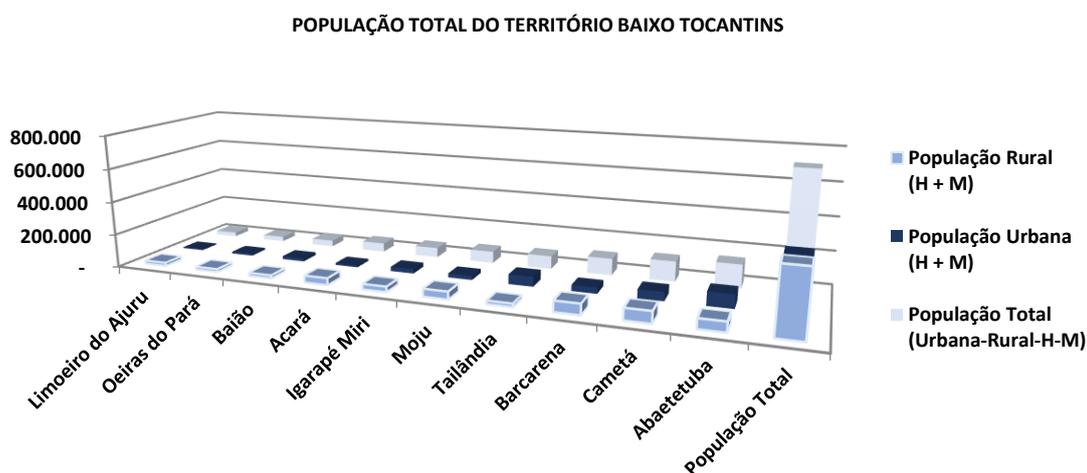


Figura 5. população urbana e rural dos municípios do território Baixo Tocantins. Fonte: IBGE (2010).

Além de Limoeiro do Ajuru, o município de Moju também chama a atenção para o fato de possuir 64% da população em áreas rurais e 36% em núcleos urbanos. Portanto,

como é possível perceber, as condições naturais do território aliado ao fato de possuir um importante contingente de sua população em espaços rurais conferem ao território e ao município de Limoeiro do Ajuru, condições que os colocam na posição de detentores de recursos que estruturam a base das economias locais e da segurança alimentar das famílias.

3.3.O município de Limoeiro do Ajuru

Especula-se que a condição natural concebida graças à posição estratégica do furo do Rio Limoeiro também conhecido como furo de Santa Maria, talvez tenha sido um vetor decisivo para a ocupação e consolidação da localidade IBGE-CIDADES (2017), pois, este fato viabiliza de forma segura o acesso do Rio Tocantins ao Baixo Amazonas.

De acordo com IBGE-CIDADES (2017), o município teve a sua povoação anterior a 1895, pois nesse tempo foi elevado à categoria de vila pertencente ao município de Cametá pela Lei nº 924, de 6 de julho daquele ano.

Foi por meio da Lei Estadual nº 2.460, de 29 de dezembro de 1961, que se criou o município de Limoeiro do Ajuru, com terras desmembradas de Cametá FAPESPA (2016). O nome originou-se do rio Limoeiro, que banha o território do município, e do vocábulo tupi Ajuru, que se refere à árvore da família das rosáceas, de madeira dura e frutos comestíveis, e ao papagaio cujo nome científico é *Amazona aestiva*.

Limoeiro do Ajuru, de acordo com o IBGE (2010), compreende uma área 1.490,186 km², estando situado na mesorregião Nordeste Paraense, microrregião de Cametá e Território da Cidadania Baixo Tocantins. Os limites do município são ao norte com os municípios de Currealinho, Muaná e São Sebastião da Boa Vista; ao Sul com Cametá; a Leste com Igarapé-Miri e Abaetetuba e; a oeste com Oeiras do Pará, conforme pode ser observado na figura 1 apresentada anteriormente.

Limoeiro do Ajuru de acordo com os dados do INPE¹⁴/PRODES¹⁵ (2018), apresenta 873,6 km² de área de floresta, correspondendo, portanto, a 58,47% da área total do município, possuindo ainda, uma considerável área hidrográfica, composta por rios,

¹⁴ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)

¹⁵ Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES)

furos e igarapés, correspondendo a 507,8 km², ou seja, a 33,99% do total da área do município. Desse modo, somando-se os espaços de floresta e hidrográficos, temos que estes dois ambientes ocupam juntos 92,46% de todo o território do município, correspondendo a 1.381,4 km² dos atuais 1.494 km² de área total do município, conforme pode ser visualizado no figura 6.

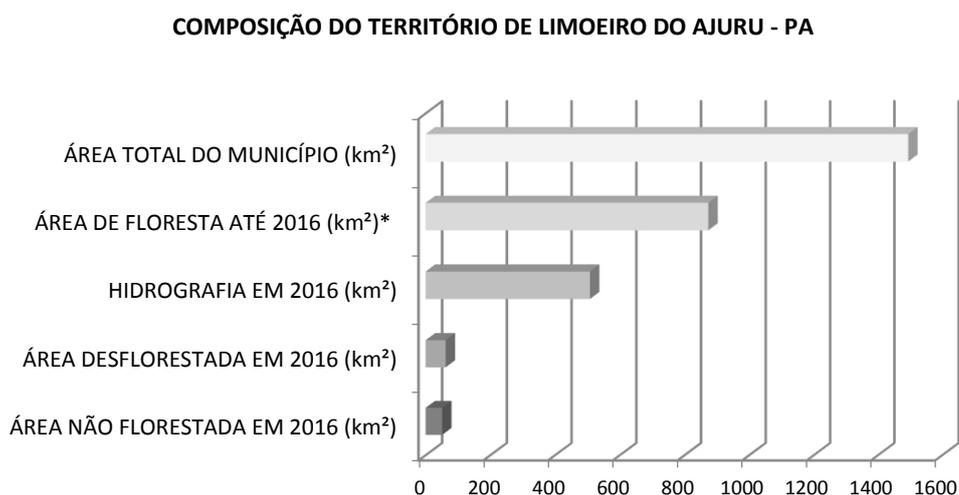


Figura 6. distribuição das áreas de floresta, não florestada, desflorestada e de hidrografia. Fonte: Elaborado pelo autor com base em INPE/PRODES – 2016

Ainda de acordo com o INPE/PRODES (2018), o município é o que tem a menor taxa de desmatamento entre os municípios do território, com apenas 4,14% de áreas desmatadas, seguido posteriormente pelo município de Oeiras do Pará, porém, este já apresentando 20% do total de sua área desmatada, sendo que o território Baixo Tocantins como um todo possui mais de 40% do seu espaço desmatado.

Este cenário apresentado pode ser melhor compreendido observando-se a figura 7. Percebe-se que a cobertura florestal do município predomina na paisagem e que ao mesmo tempo, são poucos os espaços desflorestados em que não há ocorrência de floresta.



Figura 7. imagem de satélite do Território pertencente ao município de Limoeiro do Ajuru. Fonte: Google/maps, consultado em fevereiro de 2018.

O município é composto por 28 comunidades rurais e 23 ilhas fluviais banhadas pelas águas do estuário do rio Tocantins, formado por vários cursos d'água conhecidos como furos e igarapés, que, de acordo com IDESP (2012) compõe-se pelos rios Tocantins (sentido sudeste-nordeste) e Pará (sentido oeste-leste). Além destes, também têm relevância os furos do Cupijó e Murujucá-Açu.

A figura 8 ilustra esse ambiente rico em água e floresta característico das ilhas do município. Nela é possível visualizar inúmeros cursos d'água de diferentes dimensões entrecortando a floresta, formando um conjunto de ilhas que abriga várias comunidades de famílias ribeirinhas.



Figura 8. Imagem de Ilha habitada do município de Limoeiro do Ajuru.
Fonte: Google/maps, consultado em fevereiro de 2018.

Este espaço rural, abriga várias famílias que desenvolvem principalmente atividades de extrativismo florestal não-madeireiro, em especial de frutos de açaí, além de atividades de pesca artesanal.

Nesse sentido, vale ressaltar, que a pesca artesanal praticada no município cumpre um importante papel no que tange a organização e a ação social para a gestão dos recursos pesqueiros, conforme descreve (SANTOS, 2007 apud TAVARES, 2014, p. 3) sobre a existência de práticas desenvolvidas por comunidades ribeirinhas, no âmbito do manejo e da conservação do pescado, evidenciados por meio de acordos de pesca que consistem em arranjos institucionais, sob o controle principalmente dos atores sociais locais em especial as comunidades ribeirinhas com o apoio de colônias de pescadores e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e; a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). Nesse sentido, no município de Limoeiro do Ajuru existiam em 2014 um total de 23 acordos de pesca em pleno funcionamento.

Em relação à população do município, os dados do Censo de 2010 revelam que a população em 2010 era de 25.021 habitantes e a estimativa para o ano de 2017 é que tenha alcançado o número de 28.138 habitantes. Da população identificada pelo IBGE no ano

de 2010, 75% viviam nos espaços rurais descritos anteriormente, conforme ilustra a figura 9.

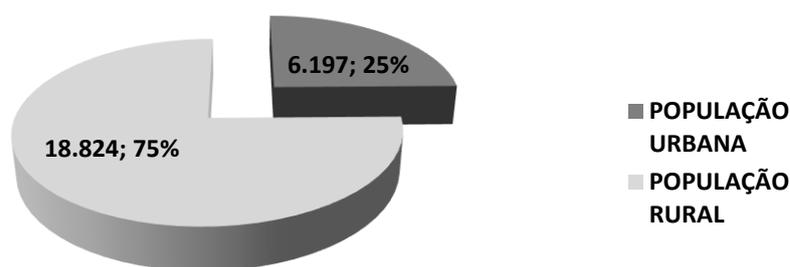


Figura 9. População urbana e rural do município de Limoeiro do Ajuru, Pará.
Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE-Cidades (2010).

Em relação aos aspectos socioeconômicos, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M¹⁶), segundo o IBGE, em 2010 atingiu o patamar de 0,541. Na figura 10, é possível visualizar a evolução do IDH-M entre os anos de 1991, 2000 e 2010, onde percebe-se que nesse período o município sofreu um significativo crescimento, porém ainda é considerado baixo, estando entre os 300 municípios brasileiros de menor IDH, na posição de 5.287°. Em relação ao estado, ocupa a posição 117°, encontrando-se entre os 30 municípios de menor IDH.

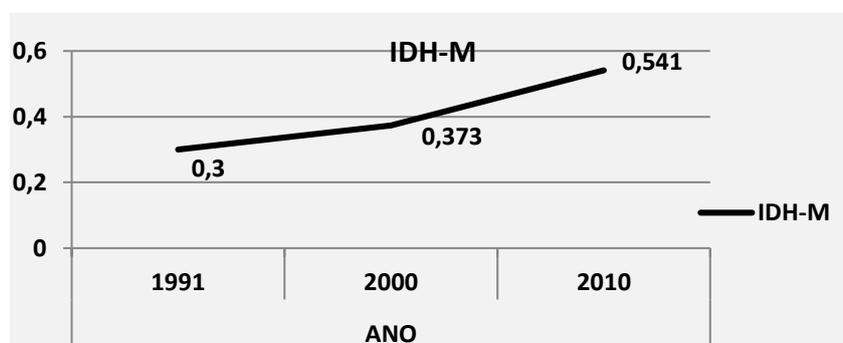


Figura 10. Evolução do IDH-M no município de Limoeiro do Ajuru de 1991 a 2010.
Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE-cidades (2014).

Os baixos níveis dos indicadores de desenvolvimento humano, conforme salientado, sinalizam um contexto de problemas sociais, demandando de iniciativas por parte dos governos capazes de reverter este quadro. Reforçando esse contexto, os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), referentes ao mês

¹⁶ O que é o IDHM. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

de novembro de 2017, sinalizam que Limoeiro do Ajuru tem atualmente 5.971 famílias inseridas no CAD-Único¹⁷, sendo que destas 4.832 são beneficiárias do Programa Bolsa Família. O MDS estima que 56,08% da população seja beneficiada pelo programa, com o valor médio do benefício girando em torno de R\$ 192,82 por família e o valor total transferido para os(as) beneficiários(as) do município, no mês de novembro de 2017, por meio do programa bolsa família, foi da ordem de R\$ 931.687,00.

Sobre o seu desempenho econômico, de acordo o IBGE-Cidades o Produto Interno Bruto de Limoeiro do Ajuru em 2015 foi de R\$396 milhões. Suas principais atividades econômicas encontram-se assentadas no setor de agropecuária, que proporcionou no referido ano um valor de R\$ 281 milhões, seguido pelas atividades de administração, segurança, educação e saúde pública; de serviços e indústria. A comparação entre as rendas das atividades econômicas supracitadas, pode ser visualizada na figura 11. Ainda, de acordo com o IBGE-Cidades, o PIB *per capita* do município em 2015 foi de R\$ 14.480,24, ocupando, portanto, 30º lugar no estado e 2.820º no Brasil.

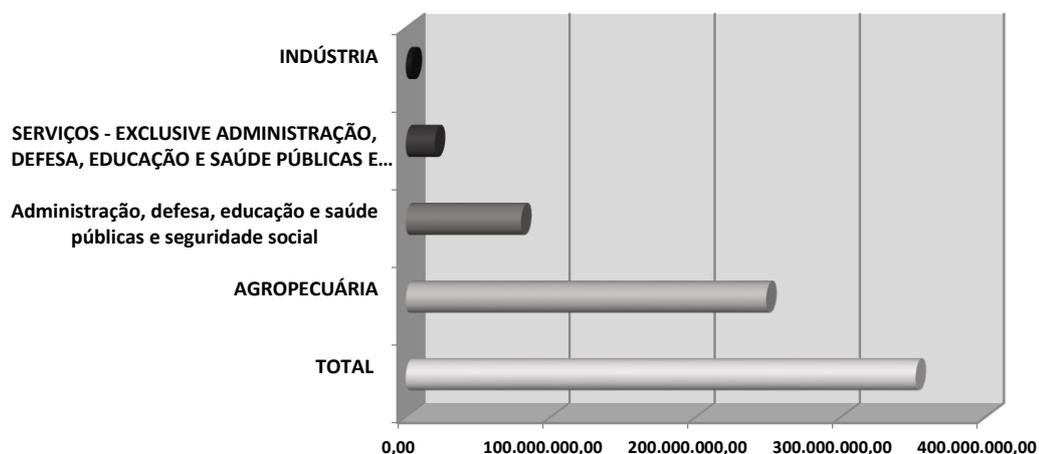


Figura 11. Resultado das atividades econômicas do município de Limoeiro Do Ajuru, Pará, no ano de 2015. Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE-Cidades (2018).

Entre os anos de 2000 e 2015, o PIB de Limoeiro do Ajuru, evoluiu de parques R\$ 30 milhões para R\$ 396 milhões, conforme apresenta a figura 12.

¹⁷ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

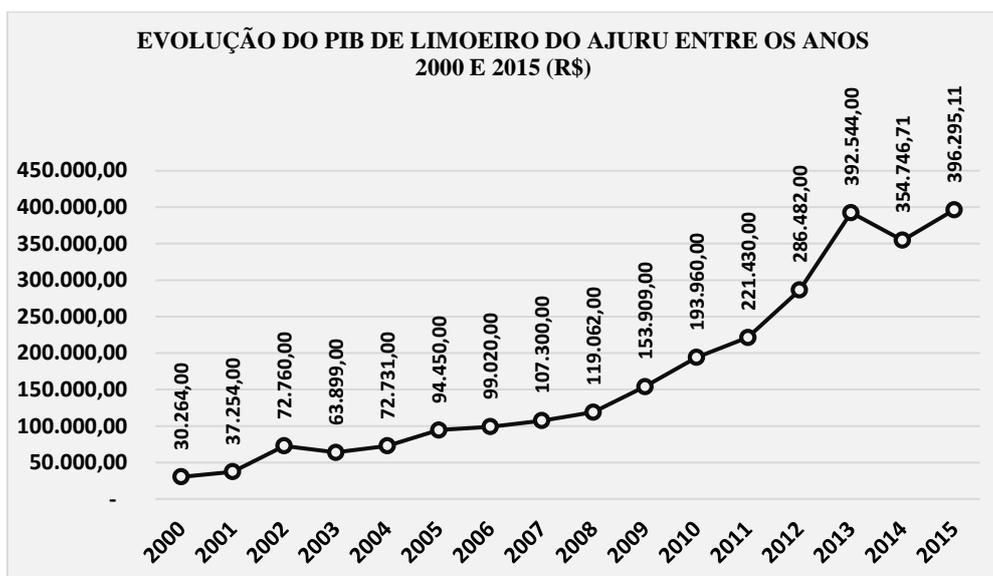


Figura 12: Evolução do PIB de Limoeiro do Ajuru, entre os anos de 2000 e 2015. Fonte: IBGE/Cidades (2018). Elaboração própria.

Neste mesmo período, o PIB agropecuário saltou de R\$ 14 milhões para R\$ 281 milhões, portanto se o PIB do município aumentou cerca de 1.300%, tal resultado, deve-se principalmente ao PIB Agropecuário do município que no mesmo período foi acrescido de cerca de 1800%, conforme ilustrado na figura 13.

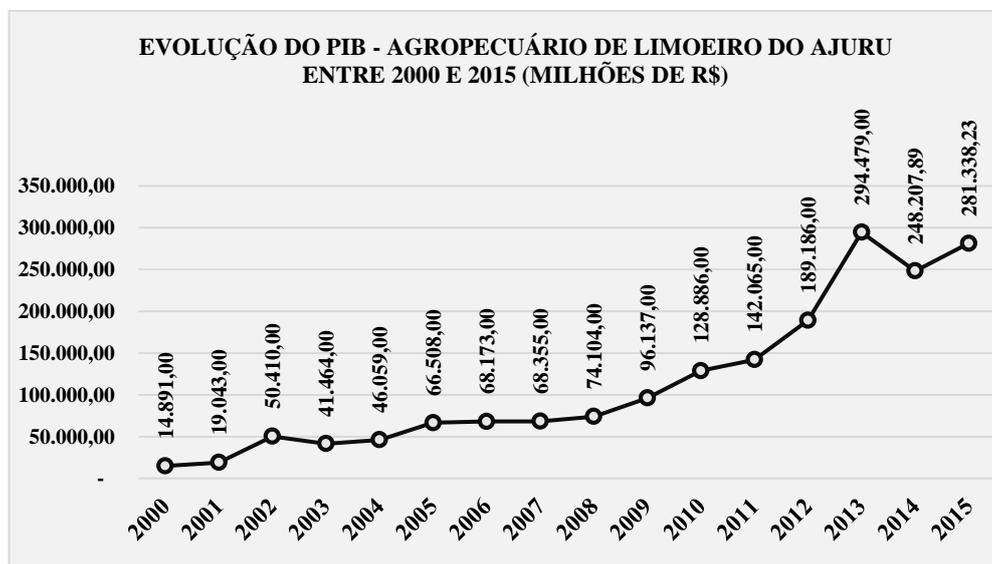


Figura 13: Evolução do PIB Agropecuário de Limoeiro do Ajuru, entre os anos de 2000 e 2015. Fonte: IBGE/Cidades (2018). Elaboração própria.

Notadamente, neste mesmo período em que o PIB municipal elevou-se, movido principalmente pelo o movimento de crescimento do PIB agropecuário, o IDH-M,

conforme apresentado anteriormente na figura 10, também obteve um aumento considerável, no entanto, continua sendo considerado baixo.

Das atividades econômicas desenvolvidas no município, o extrativismo é o destaque, haja vista, o valor da produção da silvicultura e da extração vegetal no ano de 2015 que correspondeu a 37,5% do valor do PIB Agropecuário do município. Além do açaí, que é o principal produto da extração vegetal de Limoeiro do Ajuru, também se apresentam enquanto produtos do extrativismo de relevância econômica para o município, o carvão vegetal, a lenha, a madeira em tora e mais uma vez o próprio açaí por meio da extração do palmito. Tais dados podem ser visualizados e comparados na tabela 1.

Tabela 1. Produção do extrativismo em Limoeiro do Ajuru em 2015.

PRODUTO	QUANTIDADE	VALOR DA PRODUÇÃO (R\$)
Açaí (fruto)	31.800 toneladas	95.400.000,00
Palmito	284 toneladas	851.000,00
Carvão vegetal	10 toneladas	40.000,00
Lenha	61.000 m ³	3.538.000,00
Madeira em tora	9.500 m ³	5.700.000,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PEVS/IBGE (2016)

Em relação à presença da categoria de agricultores familiares que inclui o público ribeirinho produtores, extrativistas e pescadores artesanais, os dados da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD), indicam que Limoeiro do Ajuru possui atualmente 2.640 Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), entre ativas e inativas, com isso, das 4853 famílias residentes em áreas rurais em 2010, conforme expressa o censo do IBGE do mesmo ano, ou seja, pelo menos 54% dessas famílias possuem DAP. Tal fato, sinaliza a presença de público em condições de acessar as políticas públicas destinadas à agricultura familiar que inclui ribeirinhos extrativistas, pescadores artesanais entre outros. Entre as políticas disponíveis para este público, podemos destacar as linhas de crédito do PRONAF¹⁸, assistência técnica e extensão rural

¹⁸ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

(ATER) e acesso aos mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Quanto às atividades extrativistas, Limoeiro do Ajuru destaca-se por ser o município brasileiro que mais produz açaí de origem extrativa, segundo dados da produção extrativa vegetal e silvicultura (IBGE/PEVS – 2017). Em 2016 o município produziu 35.000 toneladas de frutos. Além disso, o volume da produção oriunda de lavouras cultivadas também é considerável, de acordo com os dados da Produção Agrícola Municipal (IBGE/PAM – 2017), em 2016 o município atingiu a produção de 39.900 toneladas de frutos.

Nitidamente, do ponto de vista econômico, o município apresenta dependência considerável em relação à produção de frutos de açaí, seja a partir da produção extrativa, seja da produção agrícola. Se o resultado econômico do setor agropecuário em 2015 foi de R\$ 281.338.230,00, a soma dos resultados econômicos da produção de frutos de açaí oriundos do extrativismo e do cultivo permanente em 2015 atingiram o patamar de R\$ 196 milhões, correspondendo, portanto, a cerca de 70% do total do resultado do setor agropecuário, ou ainda a cerca de 50% do Produto Interno Bruto (PIB) do município do ano de 2015 (IBGE/Cidades e PAM).

3.4.O açaí no contexto do Território

A *Euterpe Oleracea Mart.*, conhecido também como açaí-do-Pará, açaí, palmito-açaí, açazeiro, palmitero, uaçai, de acordo com Lorenzi (1996), apresenta troncos múltiplos, levemente curvos podendo alcançar até 25 metros de altura, suas raízes são bem visíveis na base e seus frutos são violáceos. Consta no dicionário Tupi Guarani, que a palavra açaí é de origem tupi – yá-çai - e significa fruto que chora, fruta de onde sai líquido.

Portanto, a espécie de açazeiro denominada de *Euterpe oleracea Mart.*, se constitui de duas variedades, diferenciadas pela coloração dos frutos quando maduros, sendo elas: a branca e a violácea. A variedade reconhecida como violácea, produz frutos de coloração violetas, com polpa brilhante e escura, sendo a variedade mais comercializada. Já a variedade branca produz frutos com casca e polpa verde-escura brilhante, dando uma bebida de cor creme-claro (Cavalcante, 1991). A variedade violácea

é rica em antocianina, substância muito estudada e que de acordo com pesquisas recentes, exerce importante função para a redução da taxa de colesterol, no entanto, o açaí branco, segundo as pesquisas, aponta para teores menores de óleo na polpa se comparada à variedade violácea.

Desde muito tempo, o açaí tem um importante papel no que diz respeito à segurança alimentar dos povos da floresta, sendo utilizada desde a época pré-colombiana pela população Amazônica. Atualmente, também se configura como uma importante fonte de renda para várias famílias que ocupam os mesmos territórios da espécie. De acordo com LORENZI (1996) é do mesocarpo do fruto que se obtém o suco arroxeadado, também conhecido localmente como “vinho de açaí”, e é essa bebida, de alto teor calórico, que sustenta parte da dieta popular do estado do Pará, em especial da população da capital Belém e de municípios que compõem o nordeste paraense. Além da bebida, extraída dos frutos, a planta também produz palmito comestível, amplamente comercializado para todo o Brasil sob forma de conservas. Além dos frutos e do palmito, o tronco da planta é muito utilizado pelas populações ribeirinhas para construções rurais, por meio de ripas e caibros. A espécie também tem um importante papel ecológico, pois, seus frutos são fonte de alimento de várias espécies de aves.

No território Baixo Tocantins e no município de Limoeiro do Ajuru, os aspectos supracitados em relação ao açaí é uma realidade, de fato ele cumpre um importante papel no ecossistema local, além de se apresentar como um importante recurso promotor da segurança alimentar, não apenas da população ribeirinha, mas também de populações urbanas das cidades que compõem o território.

Para Cunha (2006) até a década de 1990, o consumo da polpa de açaí estava restrito a algumas regiões do estado do Pará e a outros locais de estados da Amazônia, no entanto, em tempos atuais, vem alcançando novos mercados, conquistando, assim, outras regiões brasileiras e até mesmo outros países. Já a produção do palmito surge como alternativa para a geração de renda das famílias extrativistas, uma vez que o consumo do palmito, não faz parte dos hábitos alimentares dessa população.

O Estado do Pará destaca-se como o maior produtor da bebida açaí e de palmito, sendo, também, o maior consumidor da bebida. Essa bebida é o segundo alimento mais

consumido pela população local, superado apenas pela farinha de mandioca. Aliás, a dieta alimentar local é fortemente baseada na farinha de mandioca, peixe e polpa de açaí (CUNHA, 2006).

Na Amazônia pode-se identificar pelo menos três fases no processo de comercialização de açaí, conforme afirma Marinho (2005). De acordo com o autor, a primeira fase tem duração até a década de 1970; a segunda fase compreende o período entre as décadas de 1970 e 1980, caracterizada principalmente pela forte demanda de palmito, período em que os açaizais sofreram grandes ameaças; e a terceira fase tem seu início na década de 1990 e perdura até os dias atuais, sendo marcada fortemente pela demanda do fruto principalmente para o mercado externo.

De acordo com Sobrinho (2005), as ameaças ocorridas entre as décadas de 1970 e 1980 foram revertidas pelas famílias extrativistas que conseguiram aliar a necessidade de recuperar os estoques de alimento com a abertura do mercado nacional para os frutos de açaí, por meio de um processo de recuperação das áreas de açaizais nativos, que resgatou práticas tradicionais de manejo agroflorestral, que inclusive propiciou que a produção de frutos triplicasse.

No entanto, vários documentos e estudos ainda apontam para um conjunto de fragilidades encontradas atualmente na cadeia produtiva do açaí. No ano de 2010, o Banco do Brasil publicou um documento denominado de “Desenvolvimento Regional Sustentável” da Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas, especificamente em seu volume 2, que trata da cadeia produtiva do açaí. Os(as) técnicos(as) e especialistas envolvidos nesse projeto, de acordo com Carmélio (2010), realizaram várias atividades junto à extrativistas e organizações que atuam no setor, com o objetivo de identificar pontos de estrangulamento da atividade. Portanto, neste trabalho foram identificados problemas como: **(1)** Baixo nível de organização dos produtores; **(2)** Assistência técnica incipiente; **(3)** Agricultores sem direitos possessórios sobre a terra; **(4)** Dificuldade no escoamento da produção; **(5)** Perda de qualidade do produto ao longo da cadeia produtiva e risco sanitário; **(6)** Mercado dominado por intermediários; **(7)** Sazonalidade da oferta; **(8)** Pouco acesso de agricultores a informações da cadeia produtiva. Tais problemas, também fazem parte do conjunto de desafios encontrados pela

COOMPALA e seus cooperados. Além disso, do ponto de vista do referencial teórico deste trabalho, identificamos que os problemas supracitados, também estão intimamente relacionados aos desafios que envolvem o desenvolvimento da ação coletiva, por parte dos ribeirinhos e da cooperativa, bem como dos problemas que envolvem a gestão e a coordenação de processos, e não menos importante os standards de qualidade dimensionados para os frutos de açaí. E finalmente, os desafios que envolvem o processo de construção social de novos mercados, envolvendo produtos da biodiversidade e o público de comunidades e povos tradicionais.

As questões apresentadas por Carmélio (2010), são reforçadas por Gonçalves (2012), que afirma que para as comunidades mais remotas, que não possuem acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural, bem como de outros projetos, programas e/ou políticas públicas, o processo de comercialização dos frutos de açaí é seriamente prejudicado, principalmente devido às fragilidades em relação às atuais tecnologias utilizadas por essas comunidades, que muitas das vezes consistem em técnicas rudimentares que não dão conta de gerarem produtos dentro dos padrões exigidos pelo mercado, principalmente relacionadas à qualidade sanitária dos frutos, fato que inclusive se apresenta como uma questão importante a ser equacionada pelos extrativistas e produtores.

Em tempos atuais, com o aumento significativo da demanda de açaí, outro fenômeno tem acontecido, relacionado às mudanças no manejo de açaizais nativos. Muitos ribeirinhos começaram a intensificar suas intervenções nos açaizais, com o objetivo de aumentar a produção, porém, impactando diretamente na diversidade biológica dos sistemas de produção das famílias ribeirinhas, em especial para os casos dos açaizais nativos. Além disso, também é importante se atentar para os riscos em relação ao estabelecimento de práticas de monocultivo de açaizais cultivados, ou seja, a supressão de áreas de floresta para a implantação de lavouras solteiras de açaí.

Em estudo realizado por Araújo e Navegantes-Alves (2015) que reforça as afirmações de Cialdella e Navegantes (2014) citado anteriormente, observou-se uma tendência à intensificação da produção de açaí, com possível tendência ao monocultivo, para o caso de açaizais nativos ainda inseridos no seio da floresta de várzea do território.

Os resultados do estudo alertam para o risco de desaparecimento de algumas espécies ditas como comuns pelos mais antigos e atualmente menos presentes na paisagem.

Em relação ao processo de organização da produção e de geração de renda, existem várias pistas que levam à estruturação de sistemas coletivos de comercialização, geralmente coordenados por cooperativas e/ou associações comunitárias que buscam não somente ganhos econômicos, mas que também se esforçam para contribuir com processos locais voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades e de seus municípios de origem.

Concretamente, os potenciais conferidos pelo extrativismo e pelo cultivo de frutos de açaí podem ser visualizados em vários estudos e pesquisas recentes. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB-2014), o açaí é uma das frutas com maior crescimento de demanda no mercado nacional e internacional, sendo considerado um importante produto promotor do desenvolvimento da economia amazônica.

Ainda segundo a CONAB (2014), o mercado tende a se ampliar, na medida em que o processamento do açaí incorpore cada vez mais procedimentos que atendam às exigências do mercado em termos de higiene, apresentação e qualidade do produto. Isto começa a acontecer com a atuação de algumas agroindústrias regionais que utilizam métodos e equipamentos mais modernos e oferecem produtos que satisfazem às necessidades do mercado consumidor.

3.4.1. A Produção de açaí no Pará e no Brasil

No Brasil, as atuais informações oficiais a respeito do contexto da produção de frutos de açaí podem ser observadas por meio de duas pesquisas desenvolvidas pelo IBGE, sendo elas a Produção Agrícola Municipal (PAM) e a Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS). Ao analisar os dados referentes ao açaí, notadamente, o estado do Pará é quem mais produz frutos desta palmeira no território brasileiro, seja por meio da extração vegetal, ou pelo cultivo agrícola em lavouras permanentes.

A Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM)¹⁹, segundo o IBGE/2017, tem como objetivo fornecer e gerar dados sobre a área plantada, a área destinada à colheita, a área colhida, a quantidade produzida, o rendimento médio e o preço médio pago ao produtor no ano-base para 31 produtos agrícolas das lavouras temporárias e 33 produtos das lavouras permanentes, no âmbito dos municípios (IBGE, 2014).

Em relação ao fruto de açaí, somente no ano de 2015 o mesmo foi incluído na PAM, e em setembro de 2017 foram divulgados os primeiros dados referentes à cultura. A PAM, divulgada em 2017, revelou um crescimento na produção entre os anos de 2015 e 2016, passando de 1 milhão de toneladas para 1,1 milhão. O Pará lidera tanto em termos de produção extrativista como cultivada. Para o caso da produção cultivada, o estado produz 98,3% de toda a produção nacional, conforme ilustra a figura 14. Além do estado do Pará, Amazonas, Roraima, Bahia e Espírito Santo, também contribuem para a produção cultivada de açaí.

¹⁹ a PAM consiste em uma pesquisa subjetiva que garante informação municipal anual, possui menor custo; disponibiliza informação agregada municipal; não tem medida de precisão; possui viés; apresenta escopo limitado, é pouco detalhada; tem menor acurácia e; apresenta dependência de pro-atividade e conhecimento técnico (IBGE/2014)

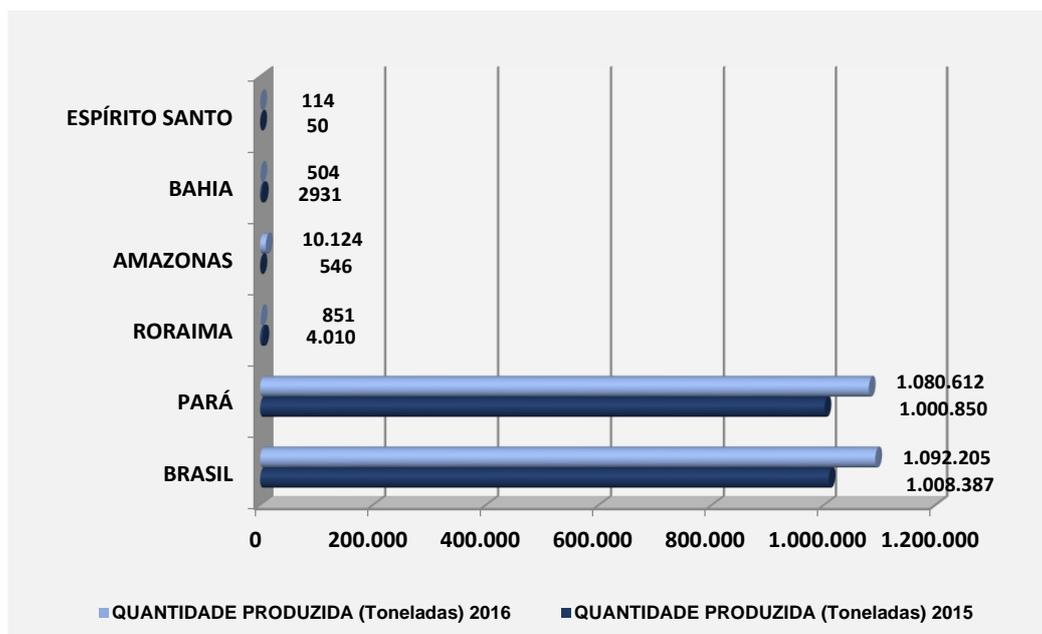


Figura 14. Quantidade total de açaí produzido no Brasil e nos estados.
 Fonte: Elaboração própria com base na PAM-IBGE (2017).

A PAM revelou que em 2016, foram produzidas 1.092.205 toneladas de frutos de açaí, sendo que o valor de produção total²⁰ no Brasil foi de R\$ 4 bilhões, com área colhida de 167,5 mil hectares (PAM-IBGE/2017). Observando a figura 15, podemos constatar a relevância do estado do Pará em relação à produção de açaí, bem como do território Baixo Tocantins e seus municípios.

²⁰ De acordo com o IBGE/2014, o Valor de Produção é caracterizado pelo Preço médio pago ao produtor no ano-base (R\$/t).

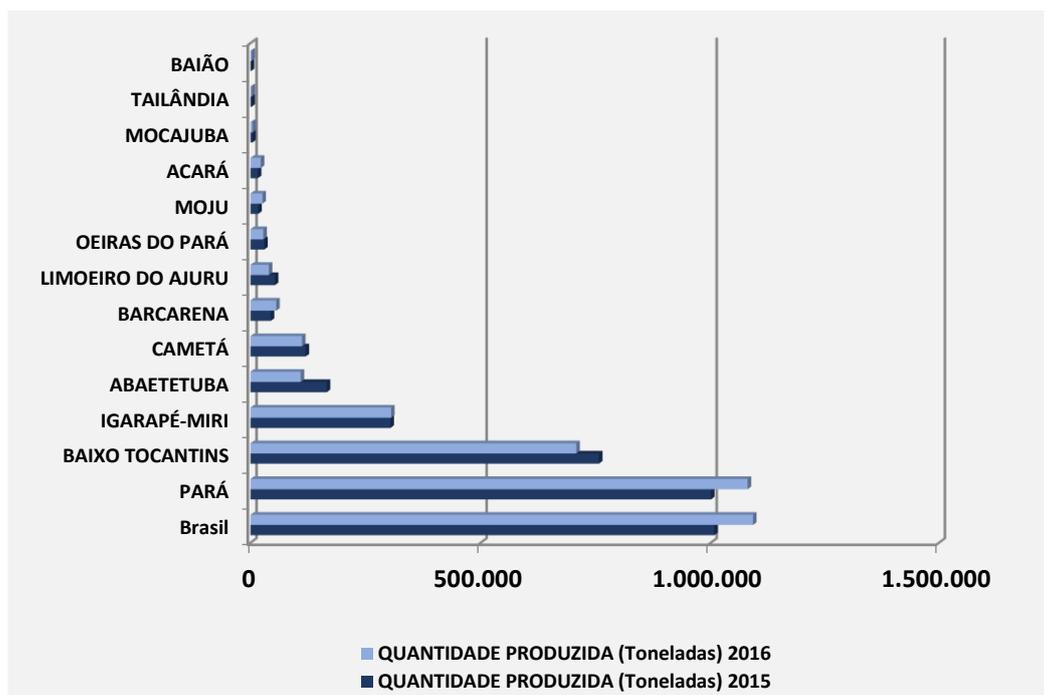


Figura 15. Quantidade produzida de frutos de açaí em 2015 e 2016 no Brasil e nos municípios do Território Baixo Tocantins. Fonte: Elaboração própria com base na PAM-IBGE (2017).

Somente os cinco principais municípios produtores do estado são responsáveis por 62,7% da produção estadual, sendo o município de Igarapé-Miri o maior produtor mundial da fruta, com 305,6 mil toneladas, o que corresponde a 28,0% da produção brasileira.

Se o estado do Pará corresponde por 98,3% de toda a produção nacional, o território Baixo Tocantins, por sua vez é responsável por 64,84% da mesma e por 65,54% de toda a produção do estado. Neste contexto, o município de Limoeiro do Ajuru em 2016, produziu em torno de 5% de toda a produção de açaí oriundo de lavouras permanentes do território, e pouco mais de 3,5% da produção nacional. Em termos de renda, dos cerca de R\$ 4 bilhões gerados pela atividade no território nacional no ano de 2016, o território Baixo Tocantins gerou cerca de 83% do valor total, ou seja, algo em torno de R\$ 3,2 Bilhões, enquanto que o município de Limoeiro do Ajuru foi responsável por 0,77% dessa renda, o equivalente a cerca de R\$ 30 milhões. Vale ressaltar que no ano de 2015 a mesma PAM apontou que essa produção em Limoeiro do Ajuru produziu 53.100 toneladas e gerou uma renda de aproximadamente R\$ 100 milhões, havendo no período uma perceptível diminuição da quantidade colhida e do valor total da produção, sendo que, em

relação ao valor da produção, a diminuição foi da ordem de 70% e da quantidade colhida a queda foi de 25%, vide tabela 2.

Tabela 2. valor da produção de açaí no Brasil no território Baixo Tocantins e seus municípios

BRASIL/TERRITÓRIO/MUNICÍPIOS	Valor da Produção (mil reais/ano)	
	2015	2016
Brasil	4.081.079,00	3.932.497,00
Baixo Tocantins	3.632.068,00	3.278.997,00
Igarapé-Miri	1.764.940,00	1.833.450,00
Abaetetuba	961.350,00	655.200,00
Cametá	336.000,00	105.168,00
Barcarena	255.097,00	387.334,00
Limoeiro do Ajuru	100.890,00	30.324,00
Moju	98.600,00	156.000,00
Acará	56.000,00	78.750,00
Oeiras do Pará	45.000,00	22.039,00
Mocajuba	8.096,00	4.580,00
Tailândia	3.060,00	3.451,00
Baião	3.035,00	2.701,00

Fonte: Elaboração própria com base em dados da PAM-IBGE (2017).

Porém, além da produção de açaí oriunda de lavouras permanentes, Limoeiro do Ajuru também é destaque na produção de açaí do extrativismo, conforme veremos nos dados referentes à Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS) a seguir.

A Pesquisa da Produção Extração Vegetal e da Silvicultura – PEVS, também teve seu início no ano de 1938 e seguiu praticamente o mesmo ritual institucional da PAM, conforme descrito anteriormente, salvo algumas peculiaridades, entre elas o fato de que apenas em 1974 que iniciou-se a pesquisa da silvicultura. Em termos de objetivos, de acordo com o IBGE (2014):

A PEVS – objetiva fornecer informações estatísticas sobre a quantidade e o valor dos principais produtos obtidos através do processo de exploração dos recursos florestais nativos – extrativismo vegetal, bem como a quantidade e o valor dos principais produtos da silvicultura, ou seja, produtos provenientes da exploração de maciços florestais plantados. A área total existente e a área colhida de cultivos florestais são também objetivos da pesquisa (IBGE, 2014, p. 50).

Em relação à produção do açaí vinda do extrativismo, a PEVS possibilita analisar dados históricos. Nesse sentido, chama a atenção o fato de que a quantidade de frutos de açaí extraídos entre os anos de 2010 e 2016 sofreu um acréscimo de aproximadamente

57,7%, saindo de 124.421 toneladas para alcançar 215.609 toneladas, conforme ilustra a figura 16.

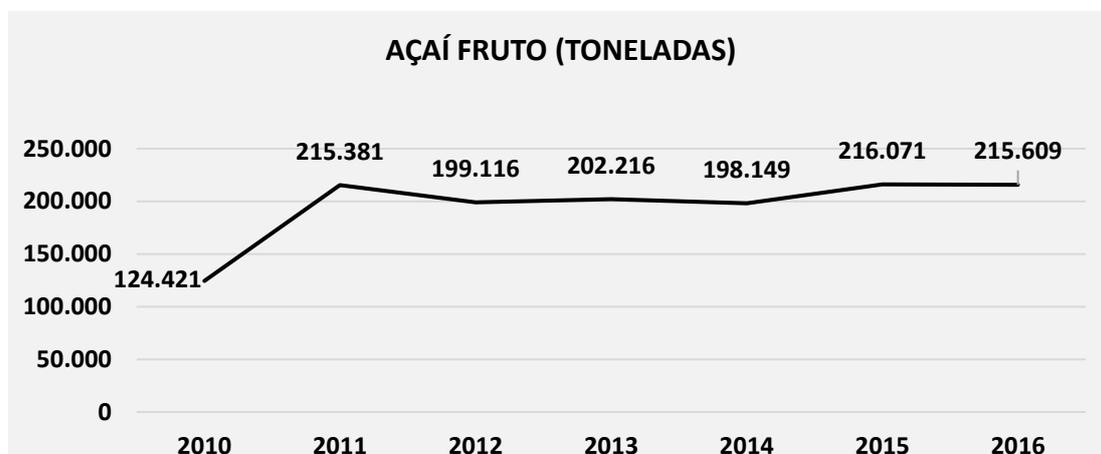


Figura 16. - Evolução da quantidade produzida de açaí do extrativismo vegetal entre os anos de 2010 e 2016, no Brasil. Fonte: PEVS-IBGE (2017), elaboração própria.

Portanto, essa produção extrativa de frutos de açaí resguarda grande importância do ponto de vista da geração de renda para milhares de famílias que desenvolvem esta atividade, haja vista a evolução do valor da produção obtida nos últimos anos, conforme expressa a figura 17.

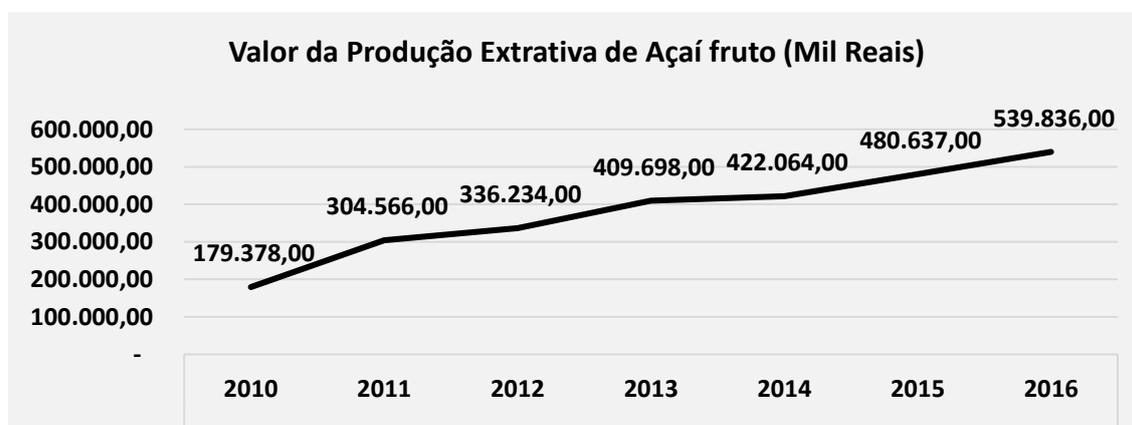


Figura 17. Valor da produção Extrativa de frutos de açaí entre os anos de 2010 e 2016 no Brasil. Fonte: PEVS-IBGE (2017), elaboração própria.

Mesmo com esse expressivo crescimento da produção extrativa do açaí entre os anos de 2010 e 2016, de acordo com os dados da PAM-IBGE/2017, atualmente a produção oriunda de lavouras permanentes é muito superior à produção extrativa, ou seja, a produção extrativa corresponde a apenas 20% do volume total produzido em lavouras

permanentes. Conforme visualizado anteriormente, tal fato confirma uma tendência de aumento na demanda de consumo, que por sua vez impulsiona o crescimento de lavouras plantadas e o aumento na produtividade, este, conferido graças à introdução de novas tecnologias de manejo e produção de açaí, conforme afirma Homma (2017):

A expansão do consumo do açaí, sob as mais diversas formas (açaí pasteurizado, sucos, sorvetes, geleias, com cereais, com frutas, bombons, pudins, doces, vitaminas, açaí em pó, cremes, tortas, etc.), além de “grandes perspectivas de utilização do fruto na indústria de corantes naturais, bebidas isotônicas e de refrigerantes (MAPA, 2002 p.14), passou a exigir maior oferta do produto, viabilizando a exploração manejada e o cultivo em terra firme, técnicas mais eficientes, cuja aplicação resulta em maior produtividade da atividade. Enquanto a produtividade do extrativismo é 4,2t/ha, os sistemas manejados e irrigados podem alcançar 8,4t/ha e 15t/ha, respectivamente, podendo aumentar ainda mais com a adoção de tecnologias (SANTOS et al., 2012, apud TAVARES; HOMMA, 2015), desenvolvidas e em desenvolvimento pela Embrapa, que permitem o cultivo do açaizeiro de forma mais sustentável (HOMMA, 2017; p.5).

Da mesma forma que em relação à produção agrícola municipal o estado do Pará se apresenta como o principal estado produtor, o mesmo pode-se dizer da produção oriunda do extrativismo. De acordo com a PEVS em 2016, o estado do Pará foi responsável por produzir 61% do açaí gerado pelo extrativismo no Brasil. Notadamente, o território Baixo Tocantins é responsável por aproximadamente 55% de toda a produção de açaí oriunda do extrativismo no estado do Pará, o que corresponde a uma produção de 73.638 toneladas. Nesse contexto, o município de Limoeiro de Ajuru se apresenta com merecido destaque, conforme pode ser visualizado na figura 18.

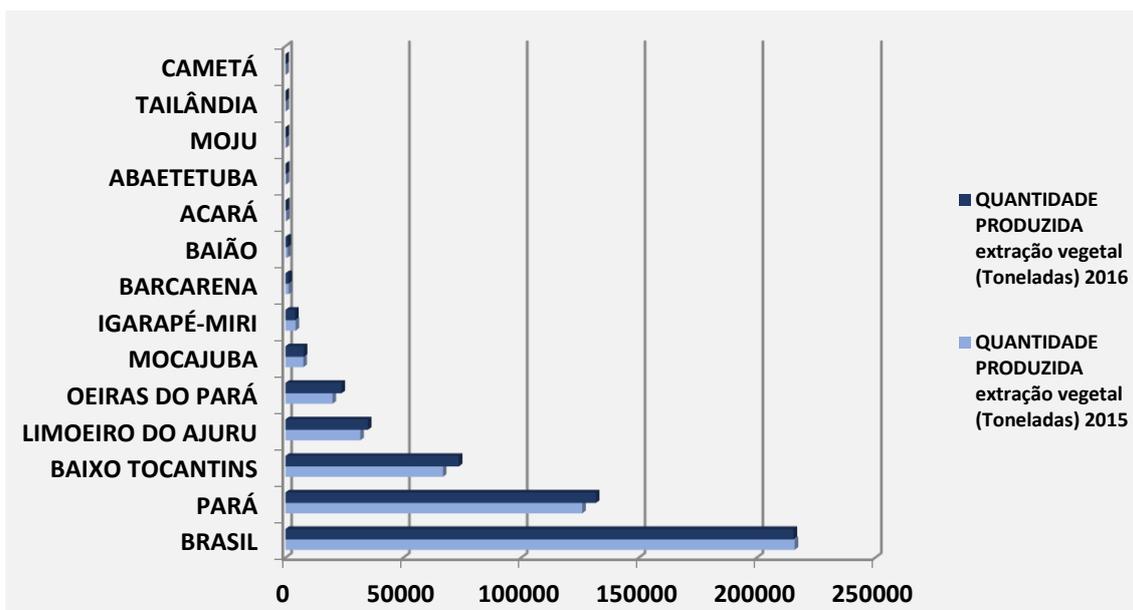


Figura 18. Quantidade produzida de açaí pela extração vegetal nos municípios do território Baixo Tocantins nos anos de 2015 e 2016. **Fonte.** PEVS-IBGE (2017), elaboração própria.

Observando o gráfico 11, percebemos que cerca da metade da produção extrativista de açaí do território Baixo Tocantins, tem origem no município de Limoeiro do Ajuru, portanto, os dados apresentados pela PEVS/2017 sustentam que esse município produziu no ano de 2016 o equivalente a 35.000 toneladas de frutos de açaí, gerando, portanto, um valor de produção equivalente a R\$ 122,5 milhões, conforme demonstra a figura 19.

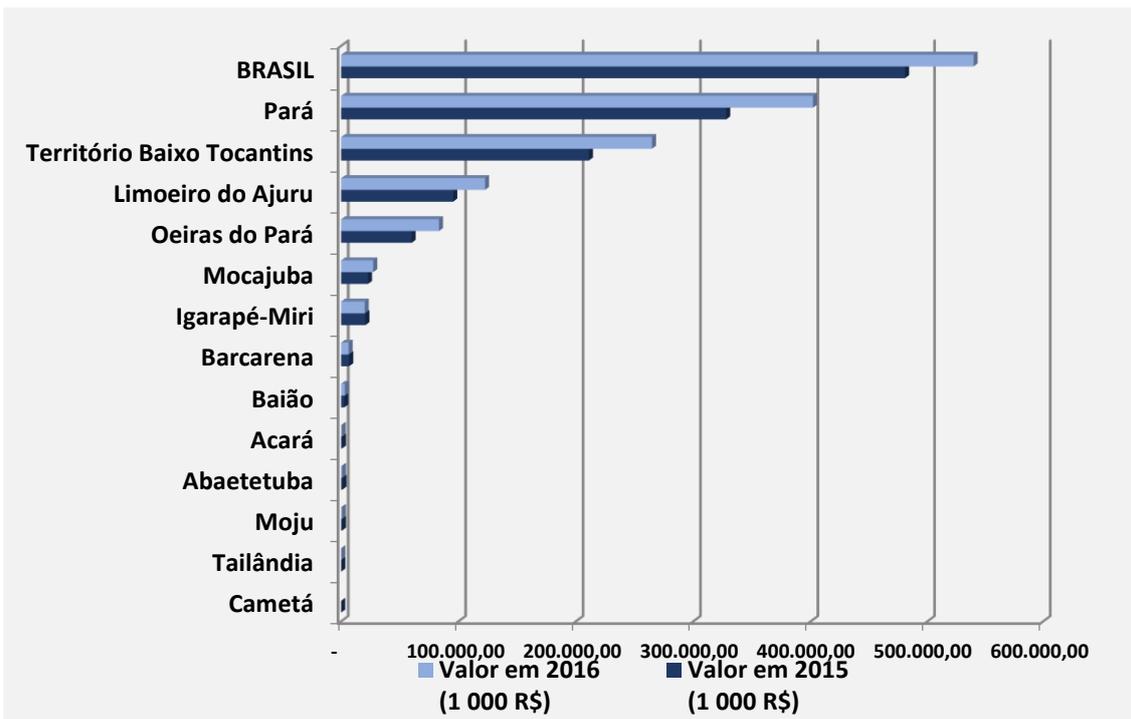


Figura 19. Valor da produção de açaí extrativo no Brasil e em Limoeiro do Ajuru nos anos de 2015 e 2016. Fonte: Elaboração própria com base em dados da PEVS-IBGE (2017).

Assim, se juntarmos os dados referentes às quantidades produzidas das duas pesquisas, PAM e PEVS, teremos que o município de Limoeiro do Ajuru produziu no ano de 2015, 84.900 toneladas de frutos de açaí, sendo que destas, 53.110 toneladas foram produzidas em lavouras permanentes e 31.800 toneladas provenientes do extrativismo. No ano de 2016 a produção das lavouras permanentes correspondeu a 39.900 toneladas, enquanto que a do extrativismo a 35.000 toneladas. Com isso, no ano de 2016 o valor da produção total de açaí apontada pela PAM e pela PEVS, foi de cerca de R\$ 152 milhões.

Em relação ao PIB do município, conforme apresentado anteriormente na figura 11 (página 42), podemos observar que o valor da produção do açaí em Limoeiro do Ajuru corresponde a 43,48% do PIB municipal e se comparado com o PIB agropecuário, cerca de 60% é proveniente da produção de açaí tanto do extrativismo como de lavouras permanentes cultivadas. Reforçando ainda mais a importância do açaí para o município, as informações provenientes da PEVS/2016, apontam outros produtos gerados pelo extrativismo, entre eles a lenha, a madeira em tora, o palmito e o carvão vegetal, conforme demonstra a figura 20.

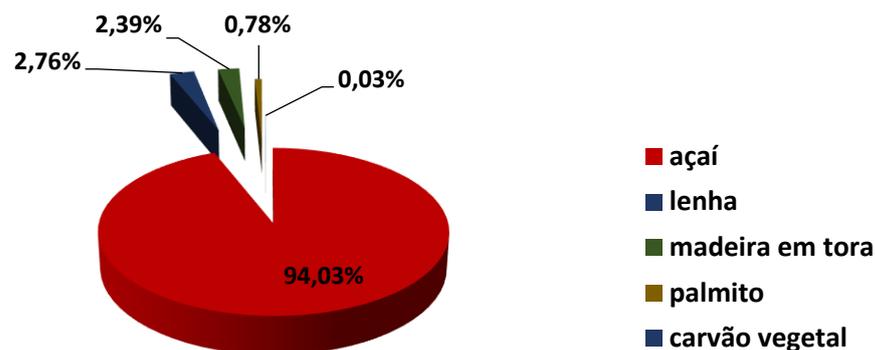


Figura 20. Origem do valor bruto da produção extrativa em Limoeiro do Ajuru no ano de 2016. Fonte: Elaboração própria com base em dados da PEVS-IBGE (2016).

Dos R\$ 130 milhões gerados pela produção extrativa do município, mais de 94% são provenientes da exploração do açaizeiro, sendo que 94,03% é referente à produção de frutos e 0,78% diz respeito à exploração do palmito. Os dados apresentados sobre a produção de frutos de açaí, confirmam que tanto o território Baixo Tocantins, como o município de Limoeiro do Ajuru, possuem merecido destaque diante da produção do estado do Pará e do Brasil. Vimos ainda, que do ponto de vista da produção extrativista, as características ambientais do território são quem, em grande medida, conferem boa parte deste potencial produtivo, e que o açaí na forma de vinho de açaí, é fonte importante para a dieta alimentar da população local. Portanto, este é o cenário em que a COOMPALA e seus cooperados desenvolvem suas atividades produtivas e de comercialização, é nesse ambiente que produtores, extrativistas, organizações civis e públicas, são desafiadas a desenvolverem iniciativas que favoreçam o aumento na produção, na renda, e ao mesmo tempo, garantir a manutenção da biodiversidade e do ambiente natural do território.

3.4.2. A ação coletiva de comercialização de frutos de açaí no Baixo Tocantins

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, inicia-se um processo de valorização dos frutos de açaí no mercado nacional e internacional, estimulando famílias ribeirinhas extrativistas, para a estruturarem a cadeia produtiva do açaí no território. Esse processo, contou com parcerias estratégicas envolvendo sindicatos de trabalhadores(as) rurais, associações, cooperativas, organizações não governamentais, órgãos de governo e

empresas privadas. De acordo com Sobrinho (2005), nesse tempo ocorreram avanços importantes no âmbito da organização social, objetivando melhorar a produção e a comercialização de frutos de açaí. A partir desse processo organizativo, foram surgindo oportunidades de negócios para a produção de frutos de açaí.

Todo esse processo, demandou para produtores e extrativistas o desenvolvimento de ações para melhorar a qualidade do produto, bem como para qualificar o manejo dos sistemas produtivos e da gestão do processo de comercialização. Neste sentido, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), em conjunto com as organizações parceiras, desenvolveram um Programa de formação inicialmente com enfoque no manejo sustentável dos açazais. As parcerias estabelecidas entre as organizações dos produtores e extrativistas a FASE e a EMATER/PA, de acordo com Sobrinho (2005), possibilitaram que no ano de 2002 acontecesse a primeira comercialização coletiva, tendo sido comercializado naquele ano, cerca de 80 toneladas do fruto, e posteriormente, no ano de 2003, esse coletivo experimentou a primeira iniciativa de exportação de açaí para os Estados Unidos.

O avanço desta experiência de comercialização coletiva, demandou a abertura de outra frente de trabalho, com foco na gestão de empreendimentos associativos. A FASE, cumpriu um importante papel neste cenário, pois, ela assessorou a constituição de uma comissão de comercialização que passou a se reunir periodicamente, possibilitando o estabelecimento de uma estratégia regional para a comercialização de frutos de açaí. Esta comissão, era composta pela cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA), a Cooperativa Agrícola de Resistência de Cametá (CART), a Cooperativa dos Produtores de Barcarena (COOPEBAB), a Associação Mutirão de Igarapé Miri e a Associação das Mulheres de Igarapé-Miri (ASMIM). De acordo com Sobrinho (2005), esse coletivo de organizações passou a dialogar diretamente com parceiros comerciais do setor privado, entre eles a empresa internacional Sambazon Inc., duas fábricas de processamento de frutas no Pará (CAMTA e FLY açaí do Pará²¹) e outra no Ceará (DAFRUTA).

Esta estratégia de comercialização coletiva de frutos de açaí, possibilitou organizar grandes volumes e com isso melhores condições no momento da comercialização junto

²¹ Cooperativa Agrícola de Tomé-Açú.

às empresas compradoras. No entanto, foram identificadas outras oportunidades com potencial de promover e ampliar a agregação de valor à produção de açaí, dentre elas, a certificação orgânica da produção, uma vez que o açaí produzido tinha como origem sistemas produtivos de base ecológica, onde não havia utilização de insumos químicos, tampouco a utilização de fogo no manejo das áreas, além de outras práticas condizentes com as normas vigentes de produção orgânica SOBRINHO (2005).

Portanto, em 2003, esse coletivo, conquistou a certificação orgânica da produção, por meio da agência Guaranteed Organic Certification Agency (Goca), fato que contribuiu ainda mais para a diferenciação do produto no mercado, além de favorecer uma melhor remuneração pela produção. Além dos produtores e extrativistas, as empresas também se beneficiaram, pois, tal processo permitiu que as mesmas ocupassem um novo nicho de mercado, ou seja, o mercado de produtos orgânicos e do *Fair Trade* ou do comércio justo, Sobrinho (2005).

Nesse ambiente de experimentações no âmbito da comercialização e dos mercados, no ano de 2004, foi possível atingir um importante volume de vendas da ordem de 3.110 toneladas, tendo como um dos principais compradores a empresa Sambazon. Porém, no ano de 2005, esta empresa transferiu sua unidade de produção para o estado do Amapá, acarretando em uma grande diminuição dos volumes comercializados nos anos seguintes. Tal fato pode ser constatado no tabela 3, que aponta a evolução da comercialização conjunta do açaí entre os anos de 2006 e 2008.

Tabela 3. Volume comercializado entre os anos de 2006 e 2008.

ANO	QTDE. DE LATAS (14 kg)	QTDE. DE FRUTOS EM KG	VALOR COMERCIALIZADOS EM (R\$)
2006	72.960	1.021.440	766.621,58
2007	79.153	1.108.142	948.339,81
2008	143.817	2.134.438	1.415.748,11

Fonte: FASE (2009).

Após a saída da Sambazon, o volume de 3.110 toneladas comercializado em 2004, reduziu para 1.021 toneladas no ano de 2006, ou seja, houve uma redução nesse tempo, de cerca de 2/3 do volume comercializado anteriormente. No entanto, com a saída da Sambazon do território, outros parceiros comerciais passaram a se estabelecer a partir do

ano de 2006, entre eles, Bolthouse, Bela Iaçã, CAMTA, COOPFRUT, Beraca e Santa Helena, conforme tabela 4.

Tabela 4. Principais compradores de açaí das organizações associativas e cooperativas do território baixo Tocantins.

PARCEIRO COMERCIAL	QUANTIDADE COMERCIALIZADA/ANO (Latas de 14 Kg e em KG)					
	2006		2007		2008	
	LATAS (14 kg)	KG	LATAS (14 kg)	KG	LATAS (14 kg)	KG
BOLTHOUSE	33.947	475.258	33.802	473.228	53.901	754.614
BELA IAÇA	19.495	272.930	30.176	422.464	47.891	670.474
CAMTA	22.045	321.020	11.490	160.860	-	-
COOPFRUT	2.930	41.020	3.534	49.476	-	-
BERACA	-	-	-	-	4.500	63.000
SANTA HELENA	-	-	-	-	3.484	48.776
OUTROS	924	12.936	150	2.100	7.000	98.000
TOTAL	72.960	1.021.440	79.153	1.108.142	152.459	2.134.438

Fonte: FASE (2009)

Para o ano de 2009, esse coletivo de organizações estabeleceu algumas metas visando não somente a continuidade da estratégia de venda conjunta, mas também ampliar os volumes comercializados nos anos anteriores. Nesse sentido, foi construído um plano que contemplava as seguintes ações: diversificação do quadro de clientes, ampliação de projeto para a CONAB, renovação da certificação (IMO Orgânico), comercialização de 4.000 Toneladas de açaí, implementação do 2º Programa de Formação em gestão e manejo de açazais, debate e implantação de uma Unidade de Processamento Industrial Coletivo.

Porém, após este período, a comercialização coletiva não avançou e as cooperativas passaram a comercializar de maneira isolada a produção de seus associados e, com isso, o preço obtido com a venda do açaí, passou a ter um patamar inferior aos valores obtidos anteriormente por meio das vendas coletivas. Ao mesmo tempo, parte dos cooperados também deixaram de entregar a produção para as cooperativas, passando a vender o açaí para intermediários/atravessadores, provocando assim, quedas sucessivas no volume comercializado de açaí pelas cooperativas, além disso, os cooperados foram se distanciando das cooperativas, que a cada dia, veem seus quadros de cooperados diminuir.

A iniciativa supracitada cumpriu um importante papel, enquanto inspiração para outros grupos de ribeirinhos extrativistas que buscavam por melhores condições de

comercialização da produção de açaí, dentre eles, a COOMPALA, que a partir da década passada se estabeleceu no município de Limoeiro do Ajuru, com a finalidade de atuar diretamente na cadeia produtiva do açaí bem como de outros produtos como o pescado oriundo da pesca artesanal dos/as seus/as cooperados/as. No entanto, os obstáculos enfrentados pelo arranjo institucional apresentado, também fazem parte da realidade vivenciada pela COOMPALA, conforme veremos posteriormente.

Demonstramos nesse capítulo, a relevância do açaí não só enquanto alimento para as famílias ribeirinhas, mas também enquanto produto fundamental para o funcionamento das economias locais. Ao mesmo tempo, expressamos a sua capacidade de promover processos organizativos envolvendo extrativistas e produtores, na busca por melhores condições para o acesso aos mercados.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O processo de pesquisa desenvolvido neste trabalho, possibilitou aproximar da realidade vivenciada pela cooperativa COOMPALA e por parte das famílias cooperadas, no âmbito da produção e da comercialização de frutos de açaí, em localidades e ilhas do município de Limoeiro do Ajuru. Foi possível perceber parte dos desafios existentes para que os cooperados e a cooperativa, consigam desenvolver por meio da ação coletiva, a comercialização de frutos de açaí.

A pesquisa nos revelou, que mesmo com a considerável produção de frutos de açaí dos cooperados, a cooperativa não conseguiu perenizar um processo de comercialização e nem tampouco, consolidar um novo mercado. Ao mesmo tempo, vários intermediários/atravessadores atuam no município e conseqüentemente nas localidades e ilhas com presença de cooperados da COOMPALA e, notadamente, toda a produção dos cooperados é comercializada para tais agentes.

A forte presença, destes agentes, é justificada principalmente pelo seu poder de pagamento à vista, e pelas relações de proximidade que envolve amizade, parentesco, compadrio, entre outros. Já a cooperativa, além de não possuir o poder do pagamento à vista, possui fragilidades pela ausência de estruturas e equipamentos, necessários para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização, bem como, também é frágil em relação a seus processos de gestão e coordenação, do empreendimento e das atividades econômicas.

Além do contexto local vivenciados cotidianamente pelos cooperados e a cooperativa, a pesquisa de campo também envolveu outros atores de fora do contexto comunitário, neste sentido, envolvemos órgãos de governo municipal e estadual. A abordagem junto a estes atores, possibilitou identificar iniciativas desenvolvidas pelos mesmos, voltadas para o fortalecimento da cadeia da produtiva. No entanto, tais iniciativas, não contemplam a perspectiva de estruturação de um processo de construção de mercados que incluam os ribeirinhos extrativistas de frutos de açaí e suas respectivas organizações, com isso, o processo de comercialização, acaba por seguir apenas o caminho das grandes indústrias processadoras, geralmente localizadas fora do município de Limoeiro do Ajuru e do próprio território Baixo Tocantins. Para reforçar esta lógica,

o próprio governo do estado, aposta na estratégia de isenção fiscal para as grandes indústrias processadoras objetivando incentivar a verticalização da produção no próprio estado. Também foi possível perceber, que o estado e os órgãos de governo, desempenham papéis no âmbito da regulamentação da cadeia produtiva, principalmente, no estabelecimento de padrões de qualidade de frutos para o atendimento as grandes indústrias e unidades artesanais de processamento, para tanto, estabeleceu legislações específicas e programas de fomento visando a adequação dos produtos aos padrões estabelecidos.

Neste sentido, para refletir sobre os limites e desafios existentes no âmbito da ação coletiva de comercialização de frutos de açaí (*Euterpe oleracea* M.) envolvendo cooperados e cooperativa, apresentamos enquanto conteúdo teórico elementos que conceituam e fundamentam a ação coletiva, e os processos de construção e funcionamento dos mercados, em especial os mercados que envolvem produtos da biodiversidade e o público com o perfil característico deste trabalho.

A sequência de abordagens teóricas propostas, visam contribuir para a compreensão da formação e do funcionamento dos mercados, considerando o envolvimento de diferentes atores, bem como seus limites e desafios. Além disso, para ajudar na reflexão em torno das relações que envolvem os cooperados e a cooperativas, trouxemos elementos que fundamentam os limites e desafios da ação coletiva.

Assim, apresentamos enquanto elementos teóricos, os conceitos e pressupostos para a construção social de novos mercados, incluindo os atuais mercados voltados para absorver a produção familiar e os produtos da biodiversidade. Do ponto de vista das relações que envolvem os desafios da comercialização para este público pesquisado, apresentamos conteúdos que abordam a noção de embeddedness (enraizamento), a Força dos Laços Fracos, a Teoria das Convenções e a ação coletiva. A expectativa é que esta abordagem possibilite refletir sobre a importância das relações sociais no contexto do funcionamento dos mercados para as famílias ribeirinhas envolvidas neste trabalho, especialmente no que diz respeito às oportunidades, desafios e ameaças existentes em torno da comercialização de frutos de açaí considerando a diversidade de atores e organizações com envolvimento no contexto pesquisado.

4.1. Conceitos e pressupostos para a construção social de novos mercados

Nas últimas décadas, muitos autores vêm investigando processos relacionados aos mercados partindo de diferentes abordagens. Para Fligstein (2007), os mercados são estruturas sociais caracterizadas por amplas relações entre empresas, trabalhadores, fornecedores, clientes e governos. Aspers (2009) define o mercado como uma estrutura social para a troca de direitos, que permite que pessoas, empresas e produtos sejam avaliados e precificados. Para Mollering (2009), uma única troca isolada não faz um mercado, mas pode ser a semente de um mercado emergente, e, portanto, a existência de um mercado presume que várias trocas ocorram ao longo do tempo. Com isso, produtos, intercâmbios, informações, atores, redes e instituições representam os principais elementos necessários para constituir um mercado.

Notadamente, o mercado se forma por meio da participação e do envolvimento de diferentes organizações sejam públicas e/ou privadas. No ambiente do mercado circula uma infinidade de produtos, processos e serviços que demandam de regulações específicas, geralmente orquestradas pelos governos, sendo, portanto, atores importantes para a formação e funcionamento dos mercados (FLIGSTEIN, 2007), pois atuam diretamente sobre aspectos reguladores que normatizam processos e produtos, tais como as legislações sanitárias, ambientais e tributárias, além de outras que regimentam as atividades econômicas que envolvem a produção, transformação e a comercialização. Para avançar no entendimento a qual Fligstein sugere no que diz respeito ao papel regulador do estado no âmbito do funcionamento dos mercados, aportamos questões abordadas principalmente pela teoria das convenções, a qual veremos posteriormente ainda neste capítulo. Outro aspecto importante para compreensão dos mercados diz respeito à dimensão cultural, também salientada por Fligstein pela sua relevância enquanto meio de compartilhamento de significados diversos, que possibilitam a compreensão do funcionamento da engrenagem normativa e das identidades formadas a partir de hábitos e práticas locais que envolvem o consumo, o trabalho e a produção.

Vale reforçar, que de acordo com Fligstein (2001) a ordem dos mercados não depende apenas de "mundos estáveis", mas também em resultados socialmente aceitáveis. Portanto, refere-se não apenas ao nível de riqueza produzida através dos mercados numa sociedade, mas também em relação à realização de funções adaptativas e mais

particularmente à distribuição de riqueza entre os membros da sociedade. Para Fligstein (2001), somente por meio dos mercados é que os resultados distribucionais oriundos da organização das atividades econômicas ganham a legitimidade social, que é uma condição prévia para o seu funcionamento.

Considerando as afirmações de Fligstein, podemos perceber que o mercado não é importante apenas enquanto meio para a geração de riquezas, pois, ele também deve cumprir o papel de inclusão social de grupos marginalizados nos mercados, e ainda favorecer processos que viabilize a distribuição da riqueza gerada por meio das atividades produtivas. Assim, essa perspectiva apontada por Fligstein, reforça a importância dos mercados para a cooperativa e seus cooperados diante da tarefa de realizar a comercialização de frutos de açaí.

Portanto, a comercialização e o acesso a mercado têm se apresentado cada vez mais enquanto estratégia de geração de renda para empreendimentos coletivos e familiares de populações do campo, concretamente, existem várias iniciativas desenvolvidas, envolvendo principalmente agricultores familiares, com vistas à comercialização e o acesso aos mercados, que contam inclusive em alguns casos com o apoio de instituições públicas e privadas. Tais experiências têm sido sistematizadas e estudadas, de modo a evidenciar as estratégias de comercialização adotadas por tais organizações, bem como, seus limites e desafios. Além disso, podemos perceber também, um movimento crescente em torno da valorização dos recursos da floresta e dos conhecimentos tradicionais, de modo a reconhecer a relevância de produtos e serviços, atribuir valores possibilitando assim, uma melhor distribuição da riqueza, conforme veremos na sequência.

4.2.Os atuais mercados da produção familiar

Primeiramente, esclarecemos que esse conteúdo não necessariamente diz respeito diretamente ao contexto da realidade das famílias ribeirinhas envolvidas neste trabalho, no entanto, possibilita identificar tendências e desafios existentes para produtores familiares em relação aos mercados de uma maneira mais ampla.

Nesse sentido, de acordo com Wilkinson (2008), é possível identificar pelo menos quatro formas tradicionais de acesso aos mercados pela agricultura familiar, sendo elas:

(a) o acesso direto, caracterizado principalmente pelo mercado local, quase sempre informal, muito praticado por meio de feiras livres, feiras da agricultura familiar, feiras orgânicas e/ou agroecológicas; (b) intermediação via atravessador; (c) integração com a indústria e; (d) compras institucionais realizadas pelo poder público (WILKINSON, 2008, p. 16).

Neste contexto de formas variadas de acesso a mercados, Wilkinson (2008) sinaliza que em relação ao mercado local, já se percebe a existência de barreiras, principalmente no que diz respeito à comercialização de produtos de origem animal e processados. Tais barreiras estão sendo impostas principalmente em função da necessidade de atendimento aos atributos de sanidade estabelecidos pelas legislações sanitárias vigentes e fiscalizados por organismos públicos de inspeção. Nesse sentido, inclusive, existem várias denúncias por parte de agricultores em relação a ações repressivas desproporcionais por parte dos órgãos visando à apreensão de produtos e até mesmo a proibição da comercialização dos mesmos, gerando com isso sérios impactos nas estratégias de acesso a mercados por parte dos agricultores.

Em relação aos atravessadores, Wilkinson (2008) afirma que embora, por motivos diversos, esses atores sejam intocáveis em algumas regiões, ainda conseguem se manter dependendo da cadeia produtiva. No entanto, em outras regiões eles têm sido crescentemente substituídos pelo supermercado, que por sua vez vem se apresentando cada vez mais com elevados graus de exigências em termos de classificação de produtos e produtores e logística.

Já a agroindústria, para Wilkinson (2008), vem ao longo do tempo estabelecendo patamares cada vez mais altos de qualidade e volume, impondo, portanto, obstáculos consideráveis para a produção familiar. Sobre as compras institucionais, notadamente o Governo Federal e alguns governos estaduais têm desempenhado um importante papel quanto à disponibilização e abertura de mercados institucionais, capazes de adquirir produtos e serviços da agricultura familiar, sendo que as iniciativas do PAA e do PNAE são importantes referências. Além das iniciativas existentes no âmbito federal, também é notado o desenvolvimento de outras políticas e programas, sendo implementadas por estados e municípios, na perspectiva de ampliar as relações comerciais envolvendo principalmente os empreendimentos da agricultura familiar. No âmbito estadual, os estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e o Distrito Federal, já executam programas de compras

institucionais com legislação própria, com destaque especial ao Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar no Distrito Federal (PAPA-DF). Este programa, além de alimentos, compra outros produtos como, por exemplo, artesanato.

Além das iniciativas de compras institucionais já em curso, e outras em processo de construção, por parte dos estados, tem se observado também iniciativas de municípios, visando apoiar e fomentar a comercialização de produtos, entre eles agroalimentares in natura e processados, além de artesanatos. Tais iniciativas tem se destacado principalmente em municípios do estado do Espírito Santo, por meio da lei do ticket feira. Neste estado, os municípios de Ibatiba, Iconha, Guarapari, Muqui, Presidente Kennedy e Santa Leopoldina, já possuem legislação vigente que garante aos servidores públicos municipais o recebimento de tickets de valores diferenciados conforme cada lei local, sendo que esses tickets somente podem ser utilizados na aquisição de produtos artesanais e alimentares em feiras de famílias camponesas de seus respectivos municípios. Além do estado do Espírito Santo, que apresenta municípios pioneiros nesta prática, municípios de outros estados também têm constituído suas legislações, como é o caso de Nova Friburgo e Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro, Caparaó em Minas Gerais e Forquilha em Santa Catarina. Notadamente, essa iniciativa do ticket feira tem favorecido grandemente o fomento à produção de famílias agricultoras, artesãos e seus respectivos empreendimentos, proporcionado aumentos consideráveis na produção e no consumo de produtos ecossociais, bem como da renda do público envolvido contribuindo também para a segurança alimentar e o desenvolvimento local sustentável.

Notadamente, o acesso das famílias aos mercados tem se caracterizado fortemente por processos de fidelização, estruturados a partir de práticas de identificação dos produtos e de processos produtivos diferenciados, desenvolvidos pelas famílias camponesas e seus empreendimentos. Assim, no contexto atual, além das *commodities*, um conjunto de novos mercados de especialidades de nicho está surgindo, entre eles: o de produtos orgânicos e/ou agroecológicos, os artesanais, os solidários e os institucionais (WILKINSON, 2008), conforme segue exposto no quadro 4.

Quadro 4: Tipologia de Mercados para Agricultura Familiar.

MERCADO	PERFIL	DESAFIOS
Commodities	Velhos e Novos Mercados Locais e a Distância	Padronização, Legislação, Qualidade Mínima e Escala
Especialidades	Discriminado por Grande Associação com Localidade/Tradição	Concorrência de Novos Entrantes
Orgânicos e/ou Agroecológicos	Grau de associação a Saúde e/ou a um modo Específico de Produção	Certificação, Escala, Pesquisa
Artesanais	Denominação de Origem ou Não	Qualidade, Normas, Técnicas, Autenticidade, Ação Coletiva
Solidários	Identificação ou não com a Agricultura Familiar, Mercados de Alta e Baixa Renda	Escala, Variedade, Qualidade
Institucionais	Licitações, Oferta para Varejo	Qualidade, Variedade, Escala

Fonte: Wilkinson (2008, p.17).

De acordo com Wilkinson (2008) o quadro acima não está completo, pois não contempla a diversidade de formas de articulação estabelecidas entre bases produtivas e centros de consumo, tais como aquelas situações caracterizadas pela existência de grandes e homogêneas bases produtivas, porém longe dos mercados, bem como das formas que apresentam bases produtivas pulverizadas e diversificadas face ao contexto de mercados de proximidade.

Neste cenário, percebe-se que supermercados, instituições públicas, ONGs e associações de consumidores estão cada vez mais se apresentando enquanto novos intermediários estratégicos para a agricultura familiar.

No entanto, estas atuais formas identificadas de mercado nem sempre dão conta de atender às expectativas das famílias e, com isso, a comercialização geralmente é apontada como um dos principais gargalos para as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias, pois, geralmente, não possibilitam a remuneração adequada e o retorno econômico desejado (INHETVIN, 1998). Tanto a literatura como os atores envolvidos em práticas de comercialização da produção familiar atribuem os atuais insucessos principalmente aos baixos preços recebidos pela venda da produção, aos altos custos dos insumos agrícolas, à falta de crédito, precariedade das infraestruturas que envolvem as

cadeias produtivas e à concorrência deficiente entre os comerciantes locais (INHETVIN, 1998).

A visão de um ambiente de mercado quase sempre hostil para as famílias tem provocado reações diversas. Assim, para superar parte dos desafios estabelecidos em relação às práticas de comercialização, as famílias quase sempre optam pelo desenvolvimento de ações coletivas voltadas para a organização das atividades econômicas que envolvem a produção, a transformação e a comercialização. Tais iniciativas, em um primeiro momento, visam apenas "pular" um ou mais elos da cadeia produtiva, por meio de empreendimentos formalizados, e/ou até mesmo por grupos informais, que em muitas situações não estão estruturados de maneira suficiente para que os negócios e os próprios empreendimentos prosperem. Percebe-se, com isso, que o insucesso de muitas experiências tem sido frequentemente relacionado à inexperiência de atuação nos mercados, bem como pela deficiência nas estruturas físicas, operacionais e gerenciais que impossibilitam a adequação da produção e dos produtos aos padrões sanitários e tributários estabelecidos pela legislação vigente. Com isso, muitas famílias e suas respectivas organizações têm se frustrado (INHETVIN, 1998).

Não desmerecendo a importância das necessidades quanto à infraestrutura, mas, atribuir somente aos fatores econômicos as causas do insucesso das experiências fracassadas omite a relevância dos fatores sociais no que interferem diretamente nos processos econômicos.

4.3.A Valorização dos recursos da floresta e dos conhecimentos tradicionais

Como o contexto deste trabalho está em torno de um importante, recurso da biodiversidade brasileira, do ponto de vista dos volumes produzidos e comercializados, bem como da renda proporcionada aos seus produtores, trazemos as contribuições de Wilkinson (2008). De acordo com este autor, inúmeras estratégias vem sendo implementadas com o intuito de transformar práticas alimentares e sistemas de produção desenvolvidos na agricultura familiar e nas comunidades tradicionais em valores de qualidade superior, sendo que, atualmente, tal processo tem se ampliado em função principalmente do interesse mercadológico nas chamadas propriedades funcionais de alimentos e cosméticas, encontradas em muitas espécies de plantas tradicionais. Um

exemplo desse tipo de prática pode ser identificado na relação da empresa Natura com populações ribeirinhas, indígenas, entre outras, que aparentemente conferem relativo grau de sucesso na geração de benefícios para as comunidades, geralmente evidenciado pelo pagamento de Repartição de Benefício (RB)²². No entanto, existem estudos que sugerem a existência de graves ameaças ao equilíbrio ecológico, provocadas principalmente pela corrida desenfreada por parte das comunidades, em relação à exploração sistemática em escala de produtos gerados por espécies que compõem ecossistemas complexos.

Essa nova tendência, de acordo com Wilkinson (2008), demanda o desenvolvimento de mecanismos capazes de promover a valorização dos recursos tradicionais a partir da garantia dos direitos e do reconhecimento de práticas específicas das comunidades tradicionais. Para Wilkinson (2008), um caminho a ser trilhado pode ser por meio de indicações geográficas (IG), que inclusive encontram-se incluídas nas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). As IGs, de acordo com Niederle (2015) valorizam a diversidade e singularidade de produtos que se apresentam enraizados em territórios específicos, expressando os bens imateriais a eles associados, neste sentido, já há registros de experiências IGs reconhecidas e em processo de construção, entre eles: o guaraná do Saterés Maués, Amazonas; Pannelas de barro de goiabeiras, ES; capim-dourado do Jalapão, TO; própolis vermelha de Alagoas; queijos artesanais de Minas Gerais; açaí do Baixo Tocantins, PA; e carne do Pampa Gaúcho.

Além disso, uma estratégia como esta pode também se ancorar no conceito de multifuncionalidade, defendido pela União Europeia. Tal conceito se estrutura a partir do reconhecimento de várias funções públicas que a agricultura e o extrativismo podem desempenhar para além do fornecimento de alimentos e matérias-primas. Neste caso, Wilkinson (2008) chama a atenção para o seguinte fato:

²² A repartição equitativa dos benefícios da biodiversidade é o cerne de BioComércio Ético, que busca promover incentivos em âmbito local para o uso sustentável da biodiversidade, bem como o reconhecimento das contribuições dos atores locais. A Norma de BioComércio Ético considera a repartição de benefícios tanto nas atividades de abastecimento como na área de pesquisa e desenvolvimento. “Repartição de Benefícios na Prática” oferece exemplos concretos de como os membros da União para BioComércio Ético (UEBT) estão trabalhando para o desenvolvimento de políticas e práticas relacionadas com ingredientes naturais que favoreçam a repartição equitativa dos benefícios.

Ao se tratar da preservação de áreas estratégicas de biodiversidade, as formas de reconhecimento precisariam ser não apenas nacionais ou regionais, mas também no âmbito internacional (WILKINSON, 2008, p. 165).

Com isso, Wilkinson (2008) afirma que o processo de elaboração de sistemas promotores da proteção do conhecimento tradicional devem se sustentar no reconhecimento de que a preservação da biodiversidade se caracteriza enquanto um produto de inovação, em que as práticas culturais e os recursos biológicos não se dissociam. Portanto, o desenvolvimento de sistemas de comercialização transparentes e eficazes, que valorizam e reconheçam a expressiva contribuição do conhecimento tradicional, representa um dos maiores desafios para garantir a defesa dos espaços da pequena produção na era da biotecnologia. Além disso, Wilkinson (2008), também afirma que:

O fundamental nessa defesa é a aceitação que o acesso a recursos genéticos preservados pelas comunidades tradicionais, mesmo quando não se trata de conhecimento explícito, deve levar em conta que a sua existência depende das práticas culturais tradicionais destas comunidades que devem, portanto, ser reconhecidas e remuneradas, como um elo vital nessa cadeia de valor (WILKINSON, 2008, p. 167).

De acordo com Niederle (2015), esse processo de reconhecimento e valorização dos produtos da sociobiodiversidade, tem se fortalecido principalmente em novas redes de pequeno varejo, principalmente de produtos naturais. Para Niederle (2015) o Estado poderia cumprir um importante papel nesse processo, por meio do reconhecimento de tais qualidades, de modo a viabilizar um sistema de remuneração justa da agricultura familiar. No entanto deve se ter clareza que um processo como este, envolvendo o Estado, possui limites à sua construção, seja por fatores como o princípio da economicidade, que orienta a gestão e os gastos públicos, seja pela inexistência de um quadro regulamentar e de parâmetros, para avaliar a conformidade destas qualidades Niederle (2015).

Outra perspectiva no âmbito do reconhecimento e da proteção da sociobiodiversidade pode ser conferida por meio do registro de bens culturais de natureza imaterial. De acordo com Santilli (2009), os bens imateriais consideram diferentes formas de saber, fazer e criar, tais como músicas, contos, lendas, danças, receitas culinárias, técnicas artesanais e de manejo ambiental etc. abrangem também inovações e práticas agrícolas, desenvolvidas por agricultores tradicionais locais, como as formas de cultivo

baseadas na queima e pousio, plantios consorciados e outros, e até mesmo práticas de controle biológico de pragas e doenças e o melhoramento de variedades locais.

Portanto, para Santilli (2009), estes conhecimentos tradicionais e locais, associados à agrobiodiversidade, também são componentes do patrimônio cultural brasileiro e devem ser objeto de ações e políticas de salvaguarda e fomento.

No Brasil, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) quem reconhece e registra os bens culturais e imateriais. De acordo com Niederle (2015), atualmente já existem bens registrados no âmbito da produção agroalimentar e artesanal, entre eles: o Sistema Agrícola Tradicional, do Rio Negro, que envolve mais de 22 etnias indígenas do Amazonas; o Ofício de Paneleiras, do bairro de Goiabeiras, em Vitória, ES; o modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, nas regiões do Serro e das Serras da Canastra e do Salitre/Alto Paranaíba, em Minas Gerais; e a Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína, no Piauí.

Portanto, a estratégia de desenvolvimento de uma economia de qualidade que prevê o estabelecimento de um prêmio para valores relacionados diretamente às tradições da pequena produção, tais como: atividades artesanais, produtos naturais, organização familiar das atividades econômicas, bem como, as relações equilibradas e sustentáveis estabelecidas entre a pequena produção e o meio ambiente rural e da floresta, são questões que permeiam as atuais iniciativas de promoção de acesso aos mercados (WILKINSON, 2002). Esta estratégia, notadamente, contrapõe algumas expressões de mercados, principalmente aquelas que estão ancoradas nos interesses e valores dominantes no sistema agroalimentar, pois essa outra perspectiva abre a possibilidade de incluir atores, produtos e qualidades diferenciados (NIEDERLE, 2015).

4.4. Ação Coletiva e os desafios para o acesso aos mercados

Nas últimas décadas, a ação humana tem provocado uma série de mudanças ambientais em uma escala global, entre elas as mudanças climáticas, com indícios que possivelmente este seja o principal sintoma que tem afetado diretamente a humanidade contemporânea.

Com isso, a preocupação com a dimensão global dos impactos ambientais, tem mobilizado o desenvolvimento de estudos e pesquisas para a compreensão das interações existentes entre sociedades e ambientes, em especial nas regiões de florestas, incluindo a compreensão da interação entre as instituições humanas e os aspectos que favorecem a preservação e a conservação das florestas, bem com aqueles que ameaçam e degradam esse ambiente.

Moran (2009), afirma que além da ação humana, devemos considerar a ação das instituições humanas nos processos que envolvem a regeneração e a conservação das florestas, bem como a sua degradação.

Por que algumas áreas florestais parecem estar se regenerando, enquanto outras áreas experimentam rápidas perdas de floresta ou degradação. (...) Dado o papel da ação humana, e de instituições humanas convém entendermos as variáveis que influenciam na regeneração da floresta, assim como em sua perda. Considerando que as populações e as instituições humanas têm esse papel fundamental, precisamos entender como diferentes grupos se organizam, ou não, para alcançar suas metas de equilibrar produção de alimentos e renda em áreas florestadas com a necessidade de conservação das próprias florestas (MORAN, 2009, p. 20).

A perspectiva da agenda de pesquisa proposta por Moran (2009), desafia a compreender o contexto das populações tradicionais que habitam espaços de florestas na Amazônia, bem como dos órgãos de governos e demais atores que atuam nos territórios, de modo a perceber a existência ou não de processos organizativos envolvendo a ação coletiva de grupos e organizações, sobre as questões que dizem respeito à gestão biodiversidade e dos territórios.

Silva (2004), afirma que o acesso a biodiversidade por parte das populações locais conferidos pelo acesso à terra e territórios, possui grande tendência em se cruzar com o mercado, que por sua vez se apresenta como uma instância espacial em que a sociedade como um todo se realiza perante sua necessidade de comprar e de vender, tal fato pode ser um importante elemento favorecedor de processos para a construção de novos mercados.

Portanto, os desafios de conservar as florestas e a biodiversidade, também perpassam pela organização da produção, da comercialização e o consumo podendo ter como elemento favorecedor práticas de ação coletiva, nesse sentido, percebe-se agricultores familiares e populações tradicionais se organizado, principalmente por meio

de cooperativas e associações para propiciar suas “idas ao mercado” (SILVA, 2004), como também para superar as demandas que envolvem a vida comunitária, como a segurança alimentar, educação, saúde, a defesa e a garantia dos direitos, entre outros.

A perspectiva apresentada por Moran reforça a importância da ação coletiva enquanto vetor de processos que possam favorecer a produção a segurança alimentar e a conservação das florestas. Com isso, além da ação coletiva, as redes sociais geralmente concretizadas por meio de arranjos institucionais como redes, fóruns, colegiados, conselhos entre outros, podem conferir escalas importantes nos processos reivindicatórios de garantia dos direitos, bem como, maior poder na relação com os mercados.

Atualmente, podemos perceber neste contexto várias expressões de organização de populações tradicionais nos territórios amazônicos, geralmente expressos por suas formas organizativas como sindicatos, cooperativas e associações, desempenhando tarefas que vão desde a luta pela terra, o acesso a biodiversidade, o acesso aos mercados, entre outros. Estas relações sociais coletivas possibilitam vincular as diversas concepções e saberes da sociedade, por meio do mecanismo de apoio mútuo e princípios da solidariedade e reciprocidade, no que se refere tanto aos aspectos econômicos como sociais e ambientais (ANDRADE et al, 2000).

Neste sentido, as iniciativas de ação coletiva no âmbito local e comunitário, se apresentam enquanto estratégia dos grupos coletivos de gerarem escalas nas diferentes dimensões (sociais, ambientais e econômicas). Além disso, possibilita conectar o mundo das florestas e das águas com o mundo externo. No entanto, esta ação coletiva apresenta desafios, que envolvem as necessidades individuais e coletivas no âmbito das pessoas, das instituições e dos mercados. A abordagem sobre a ação coletiva, ajuda a compreender a existência ou não de tais iniciativas, bem como os desafios e limites de sua concretização.

Percebe-se que a ação coletiva tem se apresentado como um campo de estudo de várias áreas do conhecimento, sendo, portanto, tema de análise de áreas como a economia, sociologia, meio ambiente, entre outras, sendo que mais recentemente até as áreas relacionadas a cibernética tem na ação coletiva um tema em voga com merecido destaque enquanto categoria de análise.

Notadamente a teoria da ação coletiva, propõe dialogar sobre as razões que influenciam os indivíduos a agirem de maneira coletiva, mesmo podendo atender suas necessidades de forma individual. Nesse sentido, para Olson (1999), tal situação é satisfeita quando o processo de obtenção das necessidades de maneira individual, se apresentar enquanto impossível ou com um nível maior dificuldade, em relação à estratégia coletiva. Outro importante argumento, é apresentado por Hardin (1995), para ele a manutenção da coletividade depende dos processos de coordenação para que a sociedade não entre em conflito, e que, portanto, as ações coletivas surgem dessa necessidade de coordenação.

Existem também duas obras de Mark Granovetter que aportam elementos importantes para a Teoria da Ação Coletiva. Em, *The strenght of weak ties*²³ (1973), o autor discute sobre a existência de laços fracos e fortes na formação de grupos, a abordagem dada nesta obra sugere que a força do laço influencia nas possibilidade de conexões entre indivíduos, podendo determinar a difusão de informação e a formação de estruturas complexas. Em *Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness*²⁴ (1985), Granovetter argumenta que o comportamento e as instituições estão imersos ou enraizados em uma estrutura social de contínuas relações e sendo assim, não podem ser analisados como elementos independentes.

Nas teorias desenvolvidas sobre a “Ação Coletiva” percebe-se duas correntes de pensamento, sendo uma pautada pela lógica da ação racional, fortemente empreendidas por Olson e Hardin e uma outra perspectiva, essa decorrente dos trabalhos de Ostrom e Sabourin, que dentre outros, além da ação racional, adicionam fatores, como a lógica da reciprocidade, este fator por sua vez resguarda uma estreita relação com a gestão dos recursos comuns.

Portanto, Olson (2011) direciona-se em torno de uma explicação econômica para a formação dos grupos. Com isso, no desenvolvimento de sua Teoria, duas questões apresentam merecido destaque: (a) que os grupos provêm bens coletivos e, (b) a existência dos grupos são fortemente ameaçadas pela presença do chamado “carona.

²³ Tradução: A força dos laços fracos.

²⁴ Tradução: Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão.

Para Olson (1999) os motivos que levam as pessoas a agirem de forma coletiva, é justificado por pelo fato de que, o caminho para o alcance das necessidades individuais possui severas dificuldades ou até mesmo impossibilidades de serem obtidas de maneira individualizada, o autor sugere que uma ação coletiva necessariamente surge, a partir do momento que os indivíduos passam a reconhecer de modo consciente, a existência de interesses comuns entre seus membros, e desse ponto de partida passam a planejar ações coordenadas, voltadas para o alcance de tais interesses reconhecidos como comuns entre seus membros.

No entanto, Olson (1999) também salienta, que as necessidades em torno dos bens coletivos não são homogêneas entre os indivíduos que compõem um determinado grupo, portanto, haverá sempre membros com necessidades maiores e/ou menores e será a partir do grau de necessidade em torno dos bens comuns que será definida a ação coletiva.

Outro autor, Paramaio (2000) argumenta que mesmo os indivíduos compartilhando os mesmos interesses, não é óbvio que eles irão agir de maneira coletiva, mesmo partindo do entendimento que possuem interesses compartilhados, pois, todos eles podem entender que o seu esforço individual será maior do que o benefício que eles podem obter por meio da ação coletiva. Paramaio (2000) entende tal conduta como o paradoxo do free rider, onde no coletivo que compartilha interesses, haverá uma fração relevante de pessoas que compreenderão que o esforço (o custo) da ação voltada para a proteção desses interesses é superior à expectativa matemática de obter resultados significativos dessa ação (o benefício).

Olson (1999) também aponta sobre a questão do fenômeno dos chamados “caronas”, que para o autor são indivíduos que não se dispõem a colaborar com os ônus existentes para o alcance dos bens coletivos, mas, no entanto, não abrem mão do acesso a tais bens e/ou benefícios.

De acordo com Olson (1999) essa questão relacionada aos “caronas”, tem muita relação com o tamanho do grupo, em grupos menores há uma maior dificuldade do estabelecimento desse fenômeno, bem como da permanência de pessoas com esse perfil, pelo fato de que, o grupo ao identifica-lo consegue estabelecer critérios e sanções voltadas para inibir tais comportamentos. No entanto Olson (1999) também afirma que em grupos

maiores, a identificação deste tipo de comportamento “caronas” se torna mais difícil e, portanto, na mesma medida as ações voltadas para o estabelecimento de controles e sanções também encontram dificuldades de serem encaminhadas.

Além disso, Olson (1999) também afirma que o tamanho do grupo é uma variável que influencia diretamente no nível de acesso aos benefícios comuns, pois, à medida que grupo cresce, aumentam as possibilidades de se distanciar de um nível considerado ideal para obtenção do desejado resultado coletivo, bem como de se obter uma quantidade razoável de tal benefício coletivo. Com isso, as afirmações de Olson (1999) leva a concluir que quanto maior for o grupo, menos ele proverá de seus interesses comuns.

Outro ponto que merece atenção, diz respeito à manutenção do nível de participação dos indivíduos no grupo, Olson (1999) adverte que desenvolver estratégias e promover incentivos concretos que viabilizem um nível ótimo de envolvimento das pessoas se apresenta como essencial para o alcance dos objetivos dos grupos.

Ao que parece, a promoção de incentivos está muito relacionada aos interesses comuns que assumem diferentes dimensões conforme sejam os objetivos de cada grupo podendo, portanto, assumir dimensões específicas como a econômica, a social ou a psicológica ou podendo até mesmo ser a junção de ambas. Nesse sentido, Olson (1999) afirma que os incentivos se caracterizam como o propulsor fundamental da motivação, por meio da geração de benefícios, não podendo desconsiderar que por outro lado, as ações punitivas embora necessárias conforme citado anteriormente em relação aos caronas, tendem a não favorecer as ações coletivas.

A abordagem de Olson, busca compreender em que condições os indivíduos chegam racionalmente à ação coletiva. Para Olson (1999) tanto os interesses compartilhados pelos membros do coletivo como os incentivos seletivos são fatores determinantes. O autor entende que a mobilização de um coletivo acontecerá quando além do alcance da expectativa de um objetivo compartilhado por todo o coletivo, existe um outro mecanismo que ajuda a incentivar a participação na ação, que pode ser evidenciado na forma de benefícios seletivos e privados, para aqueles que desenvolvem a ação.

Neste caso, Paramaio (2000), ilustra sobre a participação nos sindicatos, ele sugere que a participação será maior se os sindicatos oferecerem serviços específicos para os membros para além da negociação coletiva. O autor justifica que para unir-se a um sindicato apenas por causa da consciência de classe diante do patrão, pode ser pouco atraente, especialmente se os resultados da negociação coletiva, beneficiar todos os trabalhadores, independentemente de sua filiação ou mobilização. Por outro lado, se a filiação traz benefícios específicos (seguro profissional, acesso a uma cooperativa de habitação ou qualquer outro tipo de serviço adicional) a participação é mais provável Paramaio (2000).

O contexto apresentado por Olson (1999) e reforçado por Paramaio (2000), sugere que a ação coletiva assume um sentido de subproduto dos incentivos e benefícios seletivos que são conferidos pela participação na ação. De acordo com Paramaio (2000), é muito provável que para uma organização manter um número significativo de membros estáveis em seu coletivo, seja necessário oferecer algo mais que unicamente a defesa dos interesses compartilhados, ou seja, é preciso oferecer subprodutos de participação, tais como incentivos seletivos.

Outro aspecto necessário de compreensão no processo de cooperação dos indivíduos diz respeito aos dilemas sociais, segundo Ostrom (2005) eles estão fortemente caracterizados com as situações as quais os incentivos para o comportamento individual estão em conflito com os benefícios para o grupo. Para a autora, o dilema social é caracterizado por um ambiente em que os indivíduos escolhem ações em uma situação interdependente. Isto é, a ação coletiva é uma estratégia que possibilita a superação dos dilemas sociais.

Ostrom (2005) também sugere que a reputação, a confiança e a reciprocidade se apresentam enquanto fatores que influenciam o desabrochar e a manutenção das ações coletivas, onde segundo a autora, estes são valores humanos e éticos que necessariamente são construídos no âmbito social, bem como as relações de reciprocidade, e nesse sentido, para existir cooperação é fundamental a existência da reciprocidade. Com base nos estudos de Ostrom, Sabourin (2009) analisa as características da ação coletiva da seguinte forma:

- ⇒ A percepção comum dos recursos; de outros usuários; das normas do grupo e das regras, são construções relações econômicas e sociais;
- ⇒ A dependência em relação ao recursos ou à outros usuários, a qual seria tríplice dependência, ou seja, entre atores e recursos (neste caso envolvendo natureza, cultura ou infraestrutura); entre os recursos complementares; e entre os próprios atores entre si. Portanto, essa interdependência faz parte da própria constituição da humanidade.

Assim, de acordo com Ostrom (2007) a ocorrência de algum fator que leve a diminuição de qualquer um desses elementos, pode gerar a redução ou mesmo o fim da cooperação. Além disso, para Ostrom (2005) existem oito variáveis estruturais que podem influenciar os fatores que envolvem a reputação, a confiança e a reciprocidade, sendo eles: a) o número de participantes envolvidos na ação coletiva; b) a forma de divisão de benefícios coletivos (totalmente compartilhados ou subtraídos); c) a heterogeneidade dos participantes; d) a comunicação face a face entre os participantes; e) a forma da função de produção da ação conjunta; f) a presença de informações sobre ações passadas dos indivíduos; g) a forma como os indivíduos estão ligados; e h) a possibilidade de os indivíduos entrarem e saírem voluntariamente do grupo.

Portanto, a ação coletiva e a governança, são elementos fundamentais para a orientação dos processos de gestão dos recursos comuns, pois, possibilitam o estabelecimento de regras, padrões e convenções dentro de um grupo. Desse modo, a ação coletiva depende em grande parte das capacidades em elaborar e adequar as regras comuns, uma vez que a sua institucionalização se apresenta enquanto um mecanismo que favorece a cooperação e o compartilhamento. Por outro lado, atitudes de não cumprimento das regras e convenções, são fatores que geram sanções, vale destacar, que de acordo com Ostrom (1990) as normas internas de um grupo, correspondem aos seus próprios valores, e as regras, são representações compartilhadas com o mundo exterior.

A reinterpretção da natureza e das aplicações das regras desenvolvida por Sabourin (2009) em torno do trabalho de Ostrom (1990), especialmente em relação ao fato que, a ação coletiva se orienta por três diferentes níveis de regras, sendo elas: (a) as regras operacionais; (b) regras coletivas e; (c) regras institucionais. As regras

operacionais ou de primeiro nível, consideradas como regras cotidianas, envolve um fluxo de informações que devem ser trocadas entre os indivíduos do grupo, além disso, devem contemplar as recompensas ou sanções, conforme seja o comportamento do grupo. Concretamente, dentro de uma organização, tais regras são notórias ao observar o comportamento dos indivíduos que compõem o grupo, assim, se um indivíduo não se envolver e participar dos processos voltados para o alcance dos objetivos coletivos, ele ficará sujeito a sofrer punições.

As regras coletivas ou de segundo nível, conforme afirma Ostrom, tem como característica de serem definidas pelo grupo e compõem a base para o estabelecimento das regras operacionais, sendo, portanto, caracterizados por regulamentos que afirmam os direitos e deveres de seus componentes. Um exemplo ilustrativo, são os regimentos internos de cooperativas e/ou associações, a qual se pressupõem que os mesmo sejam discutidos e construídos de forma participativa e democrática, de modo a gerar um instrumento que oriente o bom funcionamento do grupo.

O terceiro nível de regra proposto por Ostrom, são as regras institucionais, no entanto, estas não decididas pelo coletivo, pois fazem parte de um contexto mais amplo a qual geralmente está relacionado ao conjunto de normativas que orientam de maneira generalizada o funcionamento das organizações com esse caráter, como também as atividades economicas, portanto, estão em um contexto mais amplo. Contudo, tais regras, definem a modalidade das escolhas coletivas e influenciam diretamente tanto as regras coletivas como as operacionais. Assim, tais regras podem orientar os próprios processos de construção de regimentos internos, contemplando aspectos de gestão social como também de processos produtivos.

Já Nash (1950) demonstrou em seu trabalho que as ações desenvolvidas de maneira individual que tem por objetivo promover a harmonia do grupo, geram resultados coletivos positivos onde todos ganham, aumentando assim as possibilidades de resolução dos dilemas, de modo que não gere grandes perdas para as pessoas individualmente falando, sendo que o maior benefício possível é alcançado quando todos ganham.

No entanto, o autor afirma que para alcançar esse objetivo é imprescindível que cada indivíduo consiga perceber que os demais também estão se comprometendo e

desenvolvendo ações em prol do grupo, porém, se o comprometimento dos indivíduos não for percebido, toda lógica de benefício comum almejada pelo grupo estará ameaçada.

Reforçando a questão a respeito dos dilemas sociais, Dawes (1980), os caracteriza por duas propriedades:

a) que a conduta antissocial (isto é, defectiva) seja a que assegure a cada indivíduo o melhor resultado (também chamado de “remuneração” ou payoff) independentemente do que façam os demais; e **b)** que o resultado da conduta pró social (cooperativa) de todos seja superior ao da conduta inversa, isto é, que a cooperação resulte em mais vantagem para cada indivíduo do que a defecção, ação antissocial (Dawes 1980, p. 170).

Dawes (1980) cita alguns exemplos dentre tantos existentes no âmbito dos dilemas sociais. Entre eles, os alertas de poluição em Eugene, Oregon, Estados Unidos da América (EUA) onde os moradores são convidados a andar de bicicleta ou a pé em vez de utilizarem seus carros. No entanto, cada pessoa acha melhor utilizar os carros, por entenderem que a sua contribuição para o problema através da não utilização do carro é insignificante para diminuir o problema da poluição, mesmo sendo a escolha de bicicleta ou de se locomover a pé, comprovadamente produzir o retorno de diminuir os efeitos dos escapamentos dos carros.

Por sua vez, Kollock (1998) afirma que dilemas sociais são situações nas quais a racionalidade individual conduz à irracionalidade coletiva, já que a melhor alternativa para o indivíduo isolado é a que leva, quando universalmente escolhida, a um resultado indesejado por todos.

Hardin (1968) em seu artigo intitulado “*Tragedy of the commons*”, também aborda o comportamento coletivo na perspectiva do dilema social, trazendo à tona a questão do crescimento populacional acelerado e suas respectivas consequências e impactos em relação à escassez de recursos naturais. A partir dessa reflexão Hardin levanta sérios questionamentos a respeito da liberdade individual, levando-o a concluir sobre a necessidade de implementação de instrumentos que possibilitem um maior controle em relação ao uso dos recursos naturais por meio de leis restritivas e de processos educativos.

A partir das reflexões de Hardin, foram feitas conexões entre os interesses individuais e sociais na perspectiva de solucionar problemas ambientais com alto grau de

impacto social. O exemplo apresentado por Hardin sobre o uso e a ocupação das pastagens pelo gado, ilustrou que o crescimento exponencial da população e a ganância desenfreada pela riqueza e o acúmulo, são completamente incompatíveis ao contexto de um mundo finito, com recursos limitados.

Também no âmbito da reciprocidade, Sabourin (2003), afirma que os seus princípios favorecem a ação coletiva, ele ilustra sua afirmação apresentando a relevância do princípio da reciprocidade nas sociedades rurais da África, da América Latina e da Oceania, que de acordo com o autor,

o princípio da reciprocidade governa ainda grande parte da vida da comunidade: a hospitalidade, a organização política, as relações e prestações entre gerações, as alianças entre famílias e grupos. Essas práticas correspondem a situações mistas associando dinâmicas de intercâmbio e dinâmicas de reciprocidade, em particular o autoconsumo, o trabalho familiar, o patrimônio comum, a autonomia com relação ao mundo global, a inserção parcial no mercado, os conhecimentos interpessoais ou mediados por notáveis, (Sabourin, 2003).

Sabourin (2003) sugere que a reciprocidade a partir da redistribuição, proporciona processos produtivos socialmente motivados se apresentando enquanto um fator importante de promoção do desenvolvimento econômico, extrapolando a esfera da satisfação das necessidades básicas da população, tal qual a subsistência, ou mesmo do acesso a bens materiais através do mecanismo de troca.

Notadamente, percebe-se a existência de um conjunto de variáveis que incidem sobre as possibilidades de os indivíduos desenvolverem ações colaborativas. Neste sentido, Olson (1999) não desconsidera a importância do papel da liderança, enquanto um elemento capaz de promover a organização do grupo, na percepção de Olson, a figura do líder na condição de empreendedor político, pode viabilizar a organização de esforços individuais para o alcance dos bens coletivos. Outro autor que dá importância ao papel de uma liderança é Nassar (2001), que afirma que a mesma, além de atuar diretamente na organização do grupo, também se apresenta enquanto elemento de persuasão. Assim, de acordo com Nassar (2001), o fato de existir em um grupo uma liderança proeminente e com reputação, faz o grupo se tornar atrativo para a adesão de novos indivíduos que se identificam com as proposições e ações deste líder.

Assim, percebemos que tanto a corrente do pensamento que analisa a ação coletiva sob a ótica da ação racional representada por Olson (2011) e Hardin (1968), e a vertente de Ostrom que consideram outros fatores além da racionalidade, como determinantes nos processos de construção coletiva, trazem questões fundamentais para a nossa compreensão sobre as iniciativas de ação coletiva, bem como os fundamentos que orientam a constituição e a manutenção dos grupos, em especial para aqueles grupos que encontram-se envolvidos em processos de gestão de recursos comuns. Porém, cabe registrar as afirmações de Schmidt (2016), segundo a autora, as questões apresentadas pela Teoria da Ação Coletiva, também possuem seus limites e restrições, que consideram a existência de perdas, advindas de falhas quaisquer cometidas pelo grupo.

4.5.O enraizamento (*embeddedness*) da economia nas Redes Sociais

Considerando que a ação coletiva é um importante vetor para a organização e a gestão de processos locais, não podemos desconsiderar que o seu estabelecimento está também relacionado às interações com as Redes Sociais. No âmbito das atividades econômicas que envolvem a comercialização, percebe-se que a os diferentes mercados que absorvem a produção familiar, aliado a uma perspectiva de valorização de produtos da sociobiodiversidade, são fatores importantes, mas ao que tudo indica, não são suficientes para garantir o sucesso da comercialização da produção. Portanto, para compreender os desafios das populações tradicionais e suas organizações, no âmbito da comercialização, se faz necessário, analisar o funcionamento dos mercados, a partir de questões teóricas desenvolvidas pela nova sociologia econômica, tal perspectiva, pode contribuir para a elucidação de problemas vivenciados pela pelas populações tradicionais. Assim, uma das questões que trazemos para a reflexão, diz respeito ao enraizamento da economia nas Redes sociais.

Dentre as questões necessárias a compreensão, são evidenciadas por Bottazzi (1994), este autor salienta a importância de recorrer a espacialidade como recurso de análise das relações sociais, portanto, é preciso reconhecer que o espaço possui uma dimensão sociocultural que cumpre um papel central na estruturação destas relações. Tal importância deve-se principalmente em função de que as relações estabelecidas aí são particulares, uma vez que o espaço apropriado e vivido possui uma história – uma cultura que é sedimentada através do tempo.

Para Schneider (2007), o contexto local se fortalece na medida em que as redes desempenham o papel de intermediação dos fluxos, onde os nós são ligados por meio dos códigos, e a materialidade das relações não se opõe aos aspectos sígnicos. Portanto, de acordo com Schneider (2007) a repetição destes fluxos em um determinado espaço, em que os códigos e a reciprocidade são fundamentais, possibilitam a criação de linhas que configuram o território e desenharam os mapas de pertencimento dos atores sociais.

Portanto, a dimensão das redes sociais de acordo com Wilkinson (2008), possibilita olhar para os mercados como prolongamentos de relações familiares, na perspectiva de consumidores ou como canais de comercialização. Notadamente, de acordo com este autor, o desafio da expansão da produção não se reduz ao gerenciamento de quantias maiores, nem aos problemas ligados a custos fixos mais onerosos, mas implica na extensão do mercado para além da rede social. Portanto, negociar essa ruptura entre mercado e rede social se torna um desafio fundamental.

Contudo, para Araújo (2012), na visão da nova sociologia econômica, os indivíduos não se encontram separados, mas estão envolvidos em interações por meio de estruturas específicas que demandam que sejam analisadas do ponto de vista teórico. Uma das questões teóricas que Araújo enfatiza, é a compreensão do conceito de “enraizamento”, para este autor, tal conceito, além de contrapor a noção de indivíduo atomizado (indivíduo sem inter-relação com seu contexto social), ajuda a compreender que na sociedade capitalista o agir econômico é necessariamente um agir social, conforme também expressa Granovetter (1985). Portanto, é a partir da compreensão de que o agir econômico está enraizado no agir social, é que Granovetter, sugere que se entenda este agir social no contexto de redes sociais interpessoais.

Wilkinson (2008) também ao discorrer sobre o *embeddedness* da economia em redes sociais afirma que:

o *embeddedness* da economia em redes sociais relaciona-se intimamente com questões de confiança, mas, embora minimizando oportunismo dentro da rede, essa própria confiança coletiva pode ser a alavanca de ações lesivas de grande impacto (por exemplo, no caso da máfia). A sociologia econômica mostra que os problemas de oportunismo, tão caros à tradição de Williamson e a sua teoria de “custos de transação”, são mais bem entendidos pelo enfoque de redes sociais do que do individualismo metodológico. Eficiência no terreno da fraude exige, regra geral, cumplicidade em um contexto de alto risco, para o qual a

rede social com a sua mistura de confiança e sanções, oferece o milieu “meio” ideal (WILKINSON, 2008, p. 92).

A conclusão de Granovetter, de acordo com Wilkinson, aponta que as redes sociais que possuem maior fertilidade em relação à promoção de experiências empresariais, são aquelas que possuem como característica uma solidariedade robusta, porém com limites estreitos e bem definidos. Nesse sentido, Granovetter ultrapassa do entendimento da mediação da vida econômica por redes sociais para uma perspectiva de operacionalização que possibilita identificar algumas pré-condições sociais para a atividade econômica.

Granovetter (1985) em seu conteúdo proposto sobre enraizamento, afirma que as redes sociais em que os indivíduos estão envolvidos, tem como base de sua origem, as relações de confiança e a busca pelo afastamento de maus comportamentos, principalmente aqueles evidenciados pela má-fé e o oportunismo.

Granovetter (1985) também aborda sobre a necessidade do estabelecimento de conexões de maneira adequada entre os níveis micro e macro de análise a partir da compreensão das relações sociais, pois, são nestas que a vida econômica está enraizada. No caso desta pesquisa, compreende-se como fundamental o entendimento sobre as relações sociais existentes localmente no cotidiano dos cooperados da COOMPALA no âmbito da comercialização de frutos de açaí, bem como a existência ou não de relações, de pontes que podem conectar o mundo local com o mundo externo dos mercados, sendo este, um fator que diz respeito ao papel da COOMPALA.

4.6.A importância da Força dos Laços Fracos para perspectiva de construção social dos mercados

Conforme afirmações anteriores, na perspectiva dos mercados a ação coletiva configura-se como um fator que determina o uso e a gestão dos recursos na perspectiva local e as redes sociais podem exercer o papel de vetores, que conectam a produção das populações tradicionais com os mercados, sendo fundamentais para a superação do modo passivo dos produtores perante aos agentes atuantes no mercado, principalmente os intermediários/atravessadores. Não queremos aqui demonizar os intermediários/atravessadores, porém, é fato que em muitos casos a sua ação acabam por acomodar as populações tradicionais em seu universo, reforçando a ideia de que a

produção familiar está condenada ao fornecimento de matéria prima para grandes conglomerados agroindustriais.

Contudo, esse contexto de acomodação encontra grandes desafios para a sua superação, a realidade encontrada entre o público de cooperados pesquisados, apontam que essa relação existente entre famílias produtoras e os atravessadores, geralmente se dá por meio de relações de proximidade, seja em função de graus de parentesco, compadrio e/ou amizade, portanto são caracterizadas como relações estabelecidas no mesmo círculo social e entendida por Granovetter como redes de laços fortes. Nesse sentido, a abordagem que leva em conta a importância da conexão de grupos locais com outros grupos externos ao círculo social comunitário, se apresenta enquanto um importante elemento de análise para identificar os limites e desafios que incidem nos processos de interação e articulação com os mundos externos, em especial os mercados. Além disso, os estudos de Ronald Burt a respeito dos buracos estruturais, também ajudam a refletir sobre os desafios que incidem sobre o acesso aos mercados.

Os trabalhos de Granovetter desenvolvidos na década de 1970, abriram outros horizontes no âmbito da busca pela compreensão do funcionamento dos mercados, sugerindo que para o estudo das dinâmicas dos mercados, é necessário ter como ponto de partida que estes são fundamentalmente extrapolações de redes sociais (WILKINSON, 2008).

Esta abordagem entende que o padrão de conexão existente entre os indivíduos geralmente é expresso pelo grau de coesão das redes, pelo fluxo de recursos entre os indivíduos como dinheiro, afeto e informação. Nesse sentido, Granovetter (1974, apud Wilkinson, 2008) traz uma importante reflexão a partir de sua afirmação de que os indivíduos tomam decisões mais consistentes quanto mais fortes são os vínculos em suas redes. Assim, o autor discorre sobre duas questões bastante relevantes em se tratando de processos que envolvem a ação coletiva, sendo eles os “Laços Fortes” e os “Laços Fracos”. Portanto, de acordo com Granovetter (1973) as redes de “Laços Fortes” apresentam uma identidade comum, caracterizada por relações com alto nível de credibilidade e influência e, portanto, indivíduos que compartilham “Laços Fortes” comumente participam de um mesmo círculo social, como é o caso dos cooperados da

COOMPALA e os intermediários/atravessadores. Por outro lado, segundo o autor, os “Laços Fracos” oportunizam a conexão com outros grupos, possibilitando a interação com as inovações. Assim, para Granovetter os indivíduos com poucos “Laços Fracos” estarão sempre privados de informações de partes mais distantes daqueles de seu próprio sistema social, ficando, portanto, limitados ao conhecimento ou às informações originadas apenas pelas pessoas de maior proximidade. E nesse sentido, a falta de existência de “Laços Fracos” aponta para uma tendência de isolamento a seus próprios grupos. Tal fato sugere que os “Laços Fracos” também são fundamentais para a integração dos indivíduos à sociedade, fazendo com que os sistemas sociais carentes de “Laços Fracos” tendem a ser fragmentados e incoerentes.

Granovetter, ao enfatizar a relevância dos “Laços Fracos” na difusão de inovações, chama a atenção para o fato de que para os indivíduos adotarem as inovações é necessário que haja identificação e relação de confiança entre os membros da comunidade. Com isso, Kalfman (2012) também salienta que é por meio das relações de “Laços Fracos” que os indivíduos se expõem à inovação, porém, para adotá-las necessitam do aval de suas relações de “Laços Fortes”.

Tal fato, reforça a importância das organizações locais de base comunitária em relação ao seu mundo externo, sobretudo nas questões relacionadas aos processos reivindicatórios e de conquista de direitos, bem como da promoção do acesso às políticas públicas e de um mercado com capacidade de remunerar melhor a produção. Portanto, o contexto das populações tradicionais e da sua relação com o mundo externo, geralmente é potencializada por meio de relações de laços fracos, este cenário, de acordo com Granovetter, deve ser analisado, reformulado e reconstruído de modo a propiciar a identificação de organizações parceiras de diferentes setores, com capacidade de somar forças, no sentido de viabilizar estratégias que contribuam para a abertura de novos mercados e sistemas de comercialização.

No entanto, também é importante ter clareza que para viabilizar a comercialização, se faz necessário a adequação de processos que envolvem a gestão, a produção e a comercialização, levando-se em conta as necessidades de atendimento aos aspectos legais de âmbito sanitário e tributário, bem como as demais questões relativas à qualidade do

produto. Essa, portanto é uma tarefa cada vez mais evidente, para os empreendimentos populares que apostam em práticas de comercialização enquanto estratégia de melhorar a remuneração dos produtos de seus cooperados, mas que para tanto, precisam avançar no processo de conexão com o mundo externo, como as organizações de governo que regulamentam as atividades econômicas e desempenham papéis de fomento das atividades produtivas, bem como as demais organizações, que atuam na organização do consumo e/ou na compra de produtos para o atendimento de suas demandas.

Wilkinson (2008) citando Granovetter (1985) expressa que o conceito da força de laços fracos aponta para a posição estratégica de um ator que, não sendo absorvido numa única rede, transita várias redes com características diferentes. Granovetter observa também que a “força dos Laços Fracos” reside na não-redundância dos contatos sociais de uma pessoa que transita em várias redes quando comparada com uma pessoa que circula apenas dentro da mesma rede social.

De acordo com Granovetter (1973) os processos nas redes interpessoais propiciam o estabelecimento de pontes entre os níveis micro e o macro. O autor sugere que é por meio das redes que as interações em pequena escala potencializam padrões de larga escala, que por sua vez retroalimentam os pequenos grupos. Esse enfoque pensado na interação em pequena escala, ou seja, na força dos laços interpessoais enquanto estratégia de análise de rede, propicia relacionar tal aspecto, a variados fenômenos macro como difusão, mobilidade social, organização política e coesão social. Além disso, para Granovetter (1973) a força de um laço, configura-se enquanto uma combinação que envolve a quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade e serviços recíprocos e que, portanto, caracterizam o laço, que pode ser forte, fraco ou ausente²⁵.

Nos estudos desenvolvidos por Granovetter (1973) sobre os laços fracos, o autor considerou A e B, dois indivíduos, e S=C, D, E... onde as pessoas que apresentam laços com um ou com ambos os indivíduos (A ou B). A hipótese estabelecidas sobre os laços diádicos em uma estrutura é que: quanto mais forte é o laço entre A e B, maior será a

²⁵ Ausente se refere à falta de relacionamento ou laços sem significado substancial como pessoas que moram na mesma rua ou a relação entre um vendedor e um cliente que compra o jornal da manhã com ele.

proporção de indivíduos em S que estão relacionados a eles, seja por um laço forte ou fraco. Sendo que a existência inter-relação forte entre dois indivíduos fará com que, em algum momento eles interajam de alguma maneira, seja de maneira fraca ou forte atingindo todo o ciclo social que cada um possui.

No esquema de relacionamento proposto por Granovetter (1973) resulta primeiramente da tendência dos laços fortes em estabelecerem compromissos de longo prazo. Seguindo em suas análises, segundo o autor se os laços A-B e A-C existem, então a quantidade de tempo que C gasta com B, dependerá em parte da quantidade que A gasta com B e C, e assim respectivamente, até que B e C se tornem próximos. Desse modo, de acordo com Granovetter, se C e B, inicialmente, não possuem qualquer tipo de relacionamento, ou seja, laços fortes comuns a A, provavelmente, poderá possibilitar uma interação, gerando assim, algum laço entre B e C.

Para Granovetter, quanto mais forte o laço de conexão entre dois indivíduos, mais similares eles serão entre si. Com isso, se laços fortes conectam A a B, e A a C, tanto C quanto B que são semelhantes a A, também serão similares entre si, aumentando dessa forma a probabilidade de se relacionarem. Por outro lado, partindo de uma análise inversa, os fatores tempo e similaridade indicam porque laços fracos entre A-B e A-C fazem com que a relação B-C tenha menor probabilidade e compatibilidade.

No esquema gráfico proposto por Granovetter envolvendo a tríade A, B, C, as hipóteses básicas considerando os laços fortes, fracos ou ausentes, sugere que a tríade com menor probabilidade de acontecer é a de que se A e B são fortemente ligados, A tem laço forte com C, mas o laço entre C e B é ausente, conforme ilustra a figura 21.

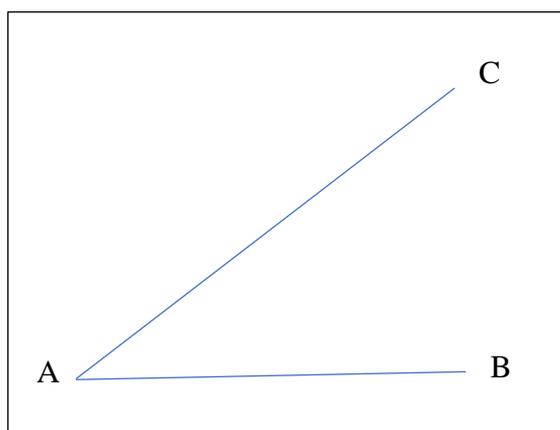


Figura 21: Triáde proibida. Fonte: Granovetter (1973).

Para Granovetter (1973) a significância da ausência da triáde pode ser compreendida por meio do conceito de ponte, ou seja, uma linha na rede é que proporciona o único caminho entre dois pontos. Portanto, uma ponte entre A e B confere a única rota para o fluxo de informação e a condição de influência de qualquer contato de A para qualquer contato de B, bem como, de qualquer um que esteja conectado indiretamente a A para qualquer um indiretamente conectado a B. Portanto, no estudo da difusão, as pontes se apresentam desempenhando um importante papel.

Granovetter salienta, que via de regra, nenhum laço forte é configurado como uma ponte, porém, todas as pontes são entendidas como laços fracos. Outro fato expressado pelo autor, é que independente dos processos em difusão, os laços fracos podem alcançar um grande contingente de pessoas e ainda transpor distâncias sociais maiores.

Para Granovetter, indivíduos que possuem muitos laços fracos, estão melhor posicionados, ocupando posições centrais, em vez de marginais, portanto, possuem melhores condições em relação à difusão de inovações, juma vez que parte desses laços se constituem como pontes locais. Porém, o autor adverte que em grandes redes é raro que apenas um vínculo específico proporcione um único caminho entre dois pontos, no entanto, esta função de ponte pode ser servida localmente. Ao abordar tal questão, Granovetter propõe a ideia de grau de uma ponte.

“Vou me referir a um empate como uma ponte local de grau n se n representa o caminho mais curto entre seus dois pontos (diferente de si mesmo) e $n > 2$. (...) Tal como acontece com as pontes em um sistema rodoviário, uma ponte local em uma rede social será mais significativa como uma conexão entre dois

setores, na medida em que é a única alternativa para muitas pessoas - isto é, à medida que seu grau aumenta. Uma ponte no sentido absoluto é um local de grau infinito. Pela mesma lógica usada acima, somente laços fracos podem ser pontes locais ” (GRANOVETTER, 1973, p. 1365).

Para ilustrar sua proposta, Granovetter apresenta como exemplo questões relativas ao mercado de trabalho. Na sua ilustração referendada pela busca por emprego, os laços fortes de um indivíduo que está em busca de emprego, se sentem motivados a ajudá-lo por meio de informações sobre oportunidades de trabalho, contudo, o alcance dos laços fortes é apenas limitado o que restringe o alcance das informações. Por outro lado, tal situação não é a característica em relação aos laços fracos que apresentam em sua constituição indivíduos que movimentam-se em círculos diferentes daqueles em que o indivíduo que busca emprego, com isso, possuem acesso a informações diferentes daquelas do indivíduo que está em busca do emprego.

Notadamente, para os indivíduos os laços fracos oportunizam a mobilidade para o nível macro, reforçam a condição de coesão social efetiva. Pode-se perceber que troca de emprego, por parte de um indivíduo, sugere que o mesmo transita entre laços diferentes e, ao mesmo tempo, possibilita uma união entre os diferentes laços. Tal fato também estimula a fluidez das ideias entre grupos e estruturam um sentido de comunidade Granovetter (1973). Por fim, o autor sinaliza que sua proposta de sistema interpessoal, tem por objetivo contribuir para a análise entre os níveis de pequena escala a outros de escalas maiores e mais complexos.

No entanto, Burt (2000) chama a atenção para os buracos estruturais, segundo o autor, os buracos estruturais possibilitam uma vantagem competitiva para um indivíduo cujos relacionamentos giram em torno de tais buracos. Para Burt o furo estrutural existente entre dois grupos não representa que as pessoas nos respectivos grupos não estejam cientes umas das outras. Na visão do autor, tal fato, significa apenas que as pessoas estão focadas exclusivamente em suas próprias atividades, de modo que não percebam as atividades de pessoas do outro grupo. Burt afirma que os buracos são como uma espécie de tampões, funcionando como um isolante em um circuito elétrico. Neste sentido, para o autor pessoas de ambos os lados de um furo estrutural, transitam em diferentes fluxos de informações. Finalmente, Burt afirma que os buracos estruturais se

apresentam enquanto uma oportunidade para intermediar o fluxo de informação entre as pessoas, bem como controlar os projetos que agrupam pessoas de lados opostos do furo.

Outro aspecto apontado por Burt, é que os buracos estruturais também possuem como característica a de separar as fontes não redundantes de informação, ou seja, as fontes aditivas, que se somam, que são exclusivas e que, portanto, não se sobrepõem. Neste aspecto, Burt salienta a respeito da existência de dois indicadores de rede de redundância, sendo eles a coesão e a equivalência. De acordo com Burt (2000) os Contatos coesivos (contatos fortes conectados uns aos outros) são susceptíveis de possuírem informações semelhantes e, desse modo, fornecerem informações redundantes. Por outro lado, os contatos ditos estruturalmente equivalentes (contatos que ligam um gerente aos mesmos terceiros) também possuem as mesmas fontes de informações e, portanto, acabam fornecendo informações redundantes.

Para Burt (2000) os indivíduos com redes de contatos com muito buracos estruturais, possivelmente são indivíduos que conhecem, participam e exercem controle sobre oportunidades relevantes. Os múltiplos e variados comportamentos é quem promove as oportunidades, porém, a oportunidade em si é sempre definida por um furo na estrutura social. De acordo com Burt (2000) as redes ricas em buracos estruturais, são redes empreendedoras, e os empresários, notadamente, são pessoas qualificadas em processos de construção de pontes interpessoais que possibilitam furar orifícios estruturais. Portanto, conforme afirma o autor, eles possuem a capacidade de monitorar informações de maneira mais efetiva que os processos que envolvem o controle burocrático. Além disso, eles movimentam informações de maneira mais rápida e para um maior número de pessoas do que os instrumentos burocráticos como os memorandos. Também se apresentam com um maior grau de responsabilidade do que uma burocracia, podendo inclusive mudar facilmente as ações e estratégias, partindo de uma solução para outra. Portanto, nessa perspectiva apontada por Burt, para que os benefícios promovidos pelas soluções melhores e mais rápidas, adicione reduções de custo; os gerentes empreendedores possibilitam uma coordenação barata em relação à alternativa burocrática. De acordo com o autor, os indivíduos com redes de muitos buracos estruturais, geralmente operam entre a força da autoridade corporativa e a destreza dos mercados, tal fato, favorece a construção de pontes entre partes desconectadas de um

mercado, sendo tais pontes, importantes que serem feitas. Outra afirmação de Burt é que os buracos estruturais de uma rede, possibilitam o acesso amplo e antecipado e ainda o controle empreendedor sobre a informação.

Burt também chama atenção para o fato de que a corretagem é a fonte de capital social para pessoas de fora, como também o é para pessoas de dentro. No entanto, salienta o autor que a diferença básica é que, pessoas de fora não têm acesso direto, nesse sentido, eles necessariamente o tomam emprestados de uma fonte interna da rede, através da qual eles mediam as conexões. Por fim, Burt afirma que as pessoas de fora são exceções que provam a regra: o capital social é uma função do acesso direto ou indireto à intermediação em buracos estruturais.

Portanto, a compreensão sobre o comportamento e as formas de estruturação das redes sociais, são elementos que permitem a reflexão em torno de boa parte dos limites e desafios existentes para o desenvolvimento da ação coletiva, especialmente para as iniciativas e estratégias voltadas para a comercialização e o acesso a mercados.

Se para dentro das redes e dos grupos são inúmeros os limites e desafios existentes, o ambiente externo, também apresenta suas limitações, tanto do ponto de vista das relações sociais formais ou informais, como também na perspectiva das regulamentações que incidem sobre as atividades econômicas e no funcionamento das instituições e empreendimentos, tal como veremos a seguir nos aportes fornecidos pela teoria das convenções.

4.7.A teoria das convenções e os mercados

Ao referenciarmos anteriormente a importância da força dos laços fracos, constatamos que ao se falar de comercialização e de acesso aos mercados outros fatores também são relevantes. Nesse sentido, destacaremos aqui a teoria das convenções, compreendendo que esta traz a dimensão que analisa, do ponto de vista da formalização, os processos que envolvem a intermediação da produção com os mercados.

Assim, de acordo com Wilkinson (2008), inicialmente o foco de interesse da teoria das convenções estava em explorar as características aparentemente singulares do trabalho. No entanto, com o passar do tempo, essa visão passou a ser generalizada com o

intuito de contribuir no exame de processos de qualificação das mercadorias, inclusive aqueles que incidem sobre sua respectiva circulação. Tal fato então pressupõe que regras, normas e convenções, ou organizações e instituições, são os elementos fundamentais para a determinação do conteúdo e da forma da produção, bem como da circulação de mercadorias (DUPUY et al.,1989, apud WILKINSON, 2008). Desse modo, a contribuição da teoria das convenções está assentada em sua lógica que envolve as noções de regras e das bases e pressupostos de coordenação dos diferentes atores.

Atualmente, o mundo globalizado sugere o desenvolvimento de uma série de processos que visam a requalificação dos mercados, a fim de, principalmente, adequar produtos aos *standards* (padrões) das transações internacionais. Assim, é possível identificar pelo menos dois cenários opostos, um primeiro onde se visa estabelecer critérios mínimos para os mercados de *commodities*, e outro, que conduz a um leque de novos *standards* para principalmente contrapor os mercados que se sustentam pela diferenciação (WILKINSON, 2008). Portanto, nesse ambiente de disputa surgem noções diversificadas em torno do conceito de qualidade e que, portanto, estão sujeitas à contestação e à concorrência. Tal fato expõe a existência de diferentes valores, a princípio omitida por uma aparente neutralidade estabelecida por normas técnicas.

Para Thévenot (2001), o fato de que cada ordem de valor está em uma relação crítica com todas as outras é, na verdade, a principal fonte de críticas. Para este autor, as situações em que diferentes ordens de valor são antecipadas de maneira concomitante, resultam em desentendimentos em relação não apenas à avaliação de estados de valor, mas também à decisão sobre a ordem de validade apropriada que deve governar a avaliação.

Uma situação corriqueira no cotidiano de muitos empreendimentos que envolvem ribeirinhos, comunidades tradicionais e agricultores familiares diz respeito à legitimidade e ao valor da produção artesanal. Wilkinson (2002) ilustra diferentes formas interpretativas no que se refere ao valor da produção artesanal, o que para alguns é entendido como valores estéticos intimamente associados à produção artesanal, para outros não passa de indicadores de ameaças à saúde pública. O autor relata ainda que, o que para alguns são valores de eficiência, para outros são condições que levam à geração

de externalidades inadmissíveis. Assim, segundo Wilkinson, o grande mérito da teoria das convenções é o de “tornar visível o mundo de valores escondido por trás das normas técnicas e identificar os foros de debate em torno de standards como lócus privilegiados de negociação de interesses e valores (WILKINSON, 2008, p. 98).

Portanto, para Wilkinson (2008), as principais tensões que envolvem a regulamentação de cadeias agroalimentares decorrem especialmente do conflito estabelecido entre os princípios que orientam os mundos industriais e artesanais.

No entanto, é possível identificar alguns avanços dentro do contexto regulatório, principalmente do ponto de vista da participação da sociedade na formulação e controle de aparatos jurídicos normativos. Nesse campo, já é possível observar boas práticas que contribuem para a formatação de uma nova lógica nas relações entre estado e sociedade, porém as tensões ainda permanecem em evidência, principalmente quando o assunto é o interesse econômico, haja vista o papel desempenhado pelas representações das sociedades mercantis, que acumulam forças em seu favor por meio de lobistas que defendem seus interesses econômicos e de mercado, junto aos parlamentos dos governos, marginalizando e inviabilizando desse modo os pequenos empreendimentos e a produção familiar Wilkinson (2008).

O processo evolutivo da teoria das convenções possibilitou que a mesma avançasse de uma análise específica em torno da peculiaridade que envolve a relação salarial para o patamar de uma teoria geral da organização econômica, onde a heterogeneidade existente no interior das organizações e entre elas se configura como pré-condição para a satisfação da dupla exigência de equidade e eficiência inerentes aos processos de ação coletiva. A ótica da teoria das convenções está, portanto, focada principalmente nas normas justificáveis da ação econômica, dando prioridade para a negociação de acordos entre atores econômicos, inclusive possibilitando análises orientadas para conflitos. Wilkinson (2002) reforça que essa metodologia tem uma raiz comum com a abordagem interpretativa Ator-Rede e sugere uma análise fundamentalmente interdisciplinar da ação econômica.

É importante esclarecer que para a teoria das convenções as regras não são estabelecidas antes da ação, como também não são forjadas de fora da ação, mas surgem

e são concebidas dentro do processo de coordenação dos respectivos atores envolvidos. Na verdade, as regras nascem objetivando dar conta de problemas existentes ou que venham surgir no interior dos processos de coordenação, devendo então ser entendidas como instrumentos de transparência que por sua vez também estarão sujeitos a contestações futuras. Nota-se, portanto, que as regras são caracterizadas como representações dinâmicas da negociação e, nesse sentido, carecem da existência de pontos em comum entre os atores envolvidos. Para Thévenot (1994, apud WILKINSON, 2008, p. 108).

Esse “conhecimento comum”, ou essa “identificação intersubjetiva das regras”, não existe em abstrato, nem pode ser conhecido por um exercício de mera racionalidade. Em vez disso, tem que ser recorrentemente interpretado em situações específicas, pelo modo como os atores se relacionam com um conjunto comum de objetivos que são mobilizados por sua ação. A qualificação de objetivos é por isso, simultaneamente, a qualificação dos atores envolvidos. O alcance de tal ação coletiva é dinamicamente determinado por um processo de justificação e provas permanentes.

De acordo com Thévenot (2003) a Economia das Convenções incorpora, numa nova perspectiva, três questões que foram dissociadas por um século e meio do pensamento econômico: a caracterização do agente e as suas razões para agir; as modalidades de coordenação das ações; e o papel dos valores e bens comuns.

Thévenot (2003) afirma que a teoria padrão foi construída sobre compartimentação estrita entre as duas questões de racionalidade e coordenação que foram axiomatizados separadamente, o primeiro pela teoria de tomada de decisão²⁶ e o segundo pela teoria do equilíbrio geral²⁷. De acordo com o autor, essas duas questões foram isoladas da terceira, que diz respeito a julgamentos de valor e considerações normativas. Em contraste, os quadros de análise que foram construídos propõem uma articulação entre essas três questões.

Parafraseando Thévenot (2003), se concordarmos que a coordenação das ações humanas é problemática e não o resultado de leis da natureza ou de restrições, podemos

²⁶ Tomada de decisão é um processo cognitivo que resulta na seleção de uma opção entre várias alternativas. Existem duas principais teorias de tomada de decisão - teorias racionais e teorias não racionais- variando entre si num sem número de dimensões.

²⁷ A teoria do equilíbrio geral visa explicar o comportamento da oferta, da demanda e dos preços em uma economia constituída de vários mercados interagentes, buscando provar que a interação entre demanda e oferta resultará no equilíbrio geral.

entender que a racionalidade humana é acima de tudo interpretativa e não apenas ou imediatamente calculadora. O agente primeiro tem que aplicar estruturas convencionais para compreender as situações e ações dos outros antes do mesmo poder coordenar-se. Essa compreensão não é apenas cognitiva, mas também avaliativa, sendo que é a forma de avaliação que determina a importância daquilo que o agente apreende e leva em consideração. É aqui que reconhecemos o papel, em coordenação, de valores coletivos e bens comuns que não podem ser reduzidos a preferências individuais, mas que, porém, fornecem o marco para as convenções de coordenação mais legítimas. Assim, no ambiente da coordenação é possível perceber que a linguagem também desempenha um papel importante, sendo, portanto, um componente chave das instituições.

Por fim, em se tratando de processos voltados para a dinamização de mercados locais é fundamental que existam sistemas tributários e de fiscalização apropriados e em consonância com as trocas em circuitos curtos, bem como de inovações no campo institucional especialmente, àqueles que envolvem cooperações, ou seja, as parcerias institucionais (WILKINSON, 2008). O autor também salienta que nos processos de promoção de mercados institucionais locais as prefeituras têm a tarefa de desempenhar um importante papel, que é o de incentivar o abastecimento a partir de produtos orgânicos, sendo que a mesma tendência pode ser notada no caso dos produtos tradicionais e da floresta.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de pesquisa desenvolvido permitiu levantar um conjunto de informações e dados sobre o processo de comercialização de frutos de açaí, que envolvem a COOMPALA e seus cooperados. O desafio deste capítulo está em apresentar o conjunto de informações relevantes, obtidas em campo e/ou por meio de pesquisa documental, de maneira organizada, de modo que possamos estabelecer a conexão entre a realidade pesquisada e o referencial teórico proposto. Deste modo, a análise e discussão dos resultados deste trabalho se estrutura na seguinte sequência: (a) questões que envolvem as famílias cooperadas da COOMPALA, no contexto da comercialização de frutos de açaí; (b) a atuação dos intermediários/atravessadores; (c) o contexto da COOMPALA no que se refere aos desafios do acesso ao mercado de frutos de açaí; e (d) a intervenção governamental para o fortalecimento da cadeia produtiva de frutos de açaí.

5.1.Os cooperados da COOMPALA e a comercialização de açaí

5.1.1. O território dos cooperados: as comunidades e as áreas de produção

A COOMPALA possui cooperados nas localidades de Saracá de Cima, Saracá de Baixo, Saracá da Costa, Ilha Saracá (Rio Gregório), Araraim, Paquetá, Cardoso, Prainha, Rio Limoeiro e na sede do município. Ao todo são 120 cooperados, sendo que destes, 44 são mulheres e 76 são homens. Todos os cooperados possuem DAP-física.

Na pesquisa de campo realizada, entrevistamos cooperados de 6 das 9 localidades que possuem cooperados da COOMPALA, portanto, estivemos presente nas localidades de Saracá de Baixo, Saracá de Cima, Saracá da Costa, Ilha Saracá (Rio Gregório), Rio Limoeiro e da Sede do município, ao todo foram 12 questionários semiestruturados aplicados, conforme exposto no capítulo referente à metodologia. O processo de interação com os cooperados possibilitou identificar principalmente questões que envolvem as relações existentes entre os cooperados, a cooperativa, os intermediários/atravessadores, as organizações parceiras e alguns aspectos específicos do manejo e da produção/extração de frutos de açaí.

As áreas manejadas pelos cooperados entrevistados ocupa atualmente um espaço de aproximadamente 140 ha, sendo que a maior área possui 35 ha e a menor 0,36 ha,

sendo, portanto, o tamanho médio das áreas da ordem de 11,60 ha, conforme ilustra a tabela 5.

Tabela 5. Tamanho das áreas dos cooperados pesquisados

COOPERADO	TAMANHO DAS PROPRIEDADES (Ha)
1	6,00
2	2,50
3	15,00
4	0,36
5	4,50
6	8,00
7	12,00
8	35,00
9	8,00
10	16,00
11	15,00
12	17,00
TOTAL	139,36

Fonte: elaborado pelo autor.

Embora a questão fundiária ou o olhar mais direcionado para as unidades de produção dos cooperados não seja o foco deste trabalho, a apresentação quanto ao tamanho das áreas manejadas dos cooperados tem por finalidade demonstrar que, de fato, estamos trabalhando com um público que maneja pequenas unidades de áreas. E ao mesmo tempo, demonstrar o potencial destas pequenas áreas em relação à produção de frutos de açaí.

5.1.2. A ocupação da força de trabalho com a produção de frutos de açaí

As famílias cooperadas envolvidas na pesquisa, são compostas por um total de 83 pessoas, onde boa parte deste contingente tem envolvimento direto na produção de alimentos e geração de renda por meio de atividades de extrativismo, em especial do extrativismo dos frutos de açaí. Embora também deve ser considerado nesse contexto o território pesqueiro local, sendo, do mesmo modo, de grande relevância para a segurança alimentar e o acesso ao trabalho e à renda. Ao todo, estas famílias cooperadas possuem 52 pessoas entre homens e mulheres envolvidas diretamente no manejo e extrativismo de

frutos de açaí, principalmente, no período da safra, que se estende entre os meses de agosto a dezembro.

Além do trabalho familiar, também são envolvidos trabalhadores contratados durante esse mesmo período, pois, neste tempo, a demanda de trabalho aumenta substancialmente, e para a maior parte das famílias há necessidade de contratação de mão-de-obra externa, geralmente, trabalhadores da própria localidade. Dos cooperados entrevistados, 9 afirmaram que contratam mão-de-obra externa para realizar as operações de colheita, limpeza da área e manejo dos açazais, reforçando, assim, a importância desta atividade também em relação à geração de oportunidades de trabalho nas localidades do município.

5.1.3. A produção de frutos de açaí dos cooperados da COOMPALA

Em se tratando da produção de frutos de açaí, no ano de 2017 este conjunto de 12 cooperados produziu cerca de 24.300 latas/paneiros (14 kg), o que corresponde a aproximadamente 340 toneladas. Vale registrar que desse volume produzido, cerca de 2.570 latas, foram destinadas exclusivamente para a alimentação das famílias. Importante ressaltar ainda, que todos os pesquisados afirmaram produzir frutos de açaí durante todo o ano, primeiramente para garantir o autoconsumo, mas com comercialização de volumes menores de excedentes.

A pesquisa de campo demonstrou a existência de um volume considerável de produção de frutos de açaí entre os cooperados. Mostrou ainda, que o açaí, além de ser um importante produto para o autoconsumo, possibilita também o acesso das famílias à renda, haja vista os volumes destinados à comercialização.

5.1.4. Os caminhos da comercialização

A pesquisa possibilitou identificar a destinação desta produção. Para tanto, buscamos obter informações sobre quais agentes compravam a produção, bem como, identificar o envolvimento da cooperativa no processo de comercialização de frutos de açaí dos cooperados ao longo do tempo.

Percebemos que 5 dos 12 entrevistados afirmaram ter comercializado frutos de açaí para a cooperativa, 2 afirmaram já terem comercializado outros produtos, como camarão

e peixes de diferentes espécies, e outros 5 nunca efetuaram vendas de quaisquer produtos, conforme segue ilustrado no quadro 5.

Quadro 5: Produtos comercializados para a cooperativa.

COOPERADO	PRODUTO COMERCIALIZADO	ANO QUE COMERCIALIZOU
1	Camarão	2013
	Mapará	2013
	tainha	2013
6	Açaí	2013
7	Açaí	2013
	Camarão	2013
	Mapará	2013
8	Açaí	2009
9	Açaí	2013
	Camarão	2013
10	Camarão	2013
	Mapará	2013
12	Açaí	2013
	Camarão	2013
	Mapará	2013

Fonte: elaborado pelo autor.

Mesmo neste cenário de abundância em relação à produção de frutos de açaí, por parte dos cooperados, a COOMPALA não conseguiu estabelecer ao longo do tempo um processo contínuo de organização da produção e intermediação com os mercados por meio da comercialização. Com isso, percebemos que a ação coletiva de comercialização de frutos de açaí encontra-se fragilizada.

Notadamente, existe um vazio em relação à atuação da cooperativa no âmbito da comercialização de frutos de açaí e do próprio pescado. Portanto, esta ausência da COOPERATIVA no cenário da comercialização, abre espaço para a atuação de outros agentes compradores, conforme indentificamos. Ao todo, são 20 intermediários/atravessadores que compram a produção dos cooperados entrevistados, durante todo o ano.

A ausência da cooperativa aliada a outras condições como o pagamento à vista, as relações de amizade e proximidades diversas, como compadrio, grau de parentesco e

pertencimento à mesma localidade, influenciam os cooperados da COOMPALA na definição sobre a comercialização dos frutos de açaí, ou seja, para quem vender.

A questão do pagamento à vista, traz a tona o problema da racionalidade econômica enquanto obstáculo para a ação coletiva.

Vale ressaltar que o amplo grau de proximidade dos intermediários/atravessadores deve-se ao fato de que boa parte dos mesmos, também são ribeirinhos e vivem nas mesmas localidades ou em localidades vizinhas. Portanto, além do pagamento à vista, as relações de proximidade e amizade influenciam na hora de escolher os compradores, conforme expressa o quadro 6.

Quadro 6: Motivos da escolha dos compradores pelos cooperados pesquisados.

COOPERADO	MOTIVOS DA ESCOLHA DOS COMPRADORES
1	Conhecimento pessoal, relação de proximidade são da mesma comunidade, pagamento a vista
2	Relação de amizade e por conhecer o trabalho; são pessoas de nosso conhecimento e pagam R\$ 2,00 a mais.
3	Conhecimento pessoal, relação de proximidade, falta de opção de outros mercados, pagamento à vista
4	Relação de amizade, pegam a produção na propriedade, fazem pagamento à vista
5	Amizade; parentesco
6	Amizade, conhecimento, valorização de pessoas da comunidade. "existe um acordo para que cada dia um atravessador compre na comunidade, pagamento à vista
7	Falta de opção, pagam preço melhor e pelo conhecimento e amizade;
8	Confiança, amizade, pagamento à vista;
9	Amizade e preço melhor, pagamento à vista;
10	Amizade e conhecimento, comércio (aviamento) de produtos alimentícios e pagamento à vista;
11	Relação de amizade e por fazer o pagamento à vista.
12	Pela relação de amizade e por pagar preço melhor

Fonte: elaborado pelo autor.

Chama a atenção o fato de que todo o volume transacionado com os respectivos intermediários/atravessadores acontece de maneira informal. De acordo com os cooperados entrevistados, não existem contratos de venda, e, em todas as operações comerciais, não há emissão de notas fiscais ou qualquer outro tipo de documentos, que possam comprovar as vendas, e ainda gerar receitas para o município de Limoeiro do Ajuru, por meio de impostos.

Na percepção dos cooperados, não há barreiras e/ou legislações que os impeçam de comercializar a produção, no entanto, percebe-se que, ao mesmo tempo, existem práticas

sendo adotadas por todos os cooperados, visando o aumento na qualidade dos frutos. Trata-se da colheita sobre a lona, que evita o contato direto dos frutos com a terra e a água contaminada, sendo que adoção desta prática, além de melhorar a qualidade, possibilita obter melhores preços.

Inclusive a questão da qualidade sanitária tem sido uma frente importante de ação por parte do governo do estado, devido principalmente a problemas anteriores no âmbito da saúde pública, promovidos pelo consumo de açaí comprovadamente contaminado. É provável que as restrições sanitárias e os padrões de qualidade sejam cada vez mais exigentes, podendo demandar no longo prazo, de iniciativas de adequação nos padrões de colheita, pós colheita e transporte das áreas de produção aos centros e unidades consumidoras.

Este, portanto, é parte do contexto vivenciado pelas famílias dos cooperados da COOMPALA, ou seja, um ambiente que possibilita grande produção de açaí, mas que, no entanto, não tem proporcionado processos organizativos capazes de melhorar a comercialização e diminuir os impactos da presença dos intermediários/atravessadores, que geralmente condicionam os produtores extrativistas ao recebimento de preços baixos pelo frutos de açaí produzido.

5.2.Os intermediários/atravessadores

5.2.1. O território de atuação dos intermediários/atravessadores

De acordo com informações de membros da diretoria da COOMPALA, no município de Limoeiro do Ajuru existem cerca de 70 intermediários/atravessadores atuando diretamente na compra e venda de frutos de açaí, conforme distribuição apresentada no quadro 7. Neste trabalho, envolvemos por meio de entrevistas, 7 intermediários/atravessadores que atuam nas localidades que contam com a presença de cooperados da COOMPALA.

Quadro 7: Quantidade de atravessadores e respectivos territórios de atuação em Limoeiro do Ajuru.

COMUNIDADES/PORTO	QUANTIDADE DE INTERMEDIÁRIOS/ATRAVESSADORES
Ilha Saracá (Rio Tocantins)	10
Ilha Araraim (Rio Tocantins)	10

Beiradão (Rio Tocantins)	13
Rio Limoeiro	8
Rio Flechal até o Alto Copidó	29
TOTAL	70

Fonte: elaboração próprio autor.

Os intermediários/atravessadores entrevistados também são ribeirinhos que residem nas próprias localidades, sendo que 2 residem na localidade do Rio Limoeiro, 1 em Saracá de Cima, 2 em Saracá Costa e 2 em Saracá de Baixo. Tal fato reforça o grau de proximidade dos mesmos com os produtores e extrativistas.

Estes agentes geralmente atuam em mais de uma localidade. Apenas um entrevistado afirmou atuar em uma única localidade, 43% dos entrevistados compram frutos de açaí durante todo o ano e os demais 57% compram somente no período da safra, que estende entre os meses de agosto a dezembro, conforme pode ser visualizado no quadro 8.

Quadro 8: Localidades de atuação dos intermediários/atravessadores entrevistados e período que compra frutos de açaí.

ATRAVESSADORES INTERMEDIÁRIOS	COMUNIDADES/LOCALIDADES QUE COMPRAM AÇAÍ E PERÍODO EM QUE COMPRAM FRUTOS DE AÇAÍ				
	1	2	3	4	5
1	Rio Limoeiro (compra o ano todo)	-	-	-	-
2	Rio Limoeiro (compra o ano todo)	Rio Pracuba (São Sebastião da Boa Vista/Marajó) (compra de dezembro a junho)	Rio Canaticu (Curralinho/Marajó) (compra de dezembro a junho)	-	-
3	Saracá de Baixo (compra de agosto a dezembro)	Saracá da Costa (compra de agosto a dezembro)	Saracá de Cima (compra de agosto a dezembro)	Araraim (compra de agosto a dezembro)	-
4	Saracá de Baixo (compra de agosto a dezembro)	Saracá da Costa (compra de agosto a dezembro)	Saracá de Cima (compra de agosto a dezembro)	Araraim (compra de agosto a dezembro)	-
5	Saracá de Baixo (compra de agosto a dezembro)	Saracá da Costa (compra de agosto a dezembro)	Saracá de Cima (compra de agosto a dezembro)	Araraim	Beiradão

				(compra de agosto a dezembro)	(compra de agosto a dezembro)
6	Saracá de Baixo (compra de agosto a dezembro)	Saracá da Costa (compra de agosto a dezembro)	Saracá de Cima (compra de agosto a dezembro)	Araraim (compra de agosto a dezembro)	Beiradão (compra de agosto a dezembro)
7	Saracá de Baixo (compra o ano todo)	Saracá da Costa (compra o ano todo)	Saracá de Cima (compra o ano todo)	Araraim (compra o ano todo)	-

Fonte: elaborado pelo autor.

Este conjunto de intermediários atravessadores compra frutos de açaí em 8 localidades, sendo 6 destas situadas no próprio município de Limoeiro do Ajuru e outras 2 pertencentes aos municípios de São Sebastião da Boa Vista e Curalinho, ambas localizadas no arquipélago do Marajó. Um fato que chamou atenção, é que 5 intermediários atuam nas mesmas localidades. Os intermediários possuem juntos uma rede que envolve aproximadamente 192 famílias no fornecimento de frutos de açaí e outros 11 cambistas²⁸, conforme ilustra a tabela 6.

Tabela 6. Quantidade de fornecedores de frutos de açaí dos intermediários/atravessadores entrevistados

INTERMEDIÁRIOS/ATRAVESSADORES	QUANTIDADE DE FORNECEDORES
1	20 famílias
2	20 famílias e 5 atravessadores (cambistas)
3	6 cambistas e 50 famílias
4	20 famílias
5	25 famílias
6	22 famílias
7	35 famílias

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Conforme expressa a tabela 6 acima, 5 atravessadores pesquisados possuem relações com menos de 30 famílias ao longo do ano e apenas um consegue comprar açaí de mais de 50 famílias. Fato que sugere que estes são na verdade pequenos comerciantes de açaí, que atuam localmente e com uma quantidade relativamente pequena de fornecedores.

²⁸ Termo utilizado para qualificar micro atravessadores de açaí que intermediam as relações dos intermediários /atravessadores com os produtores e extrativistas.

5.2.2. As estruturas utilizadas pelos intermediários/atravessadores

Do ponto de vista das estruturas utilizadas por estes intermediários/atravessadores, no processo de compra e venda de frutos de açaí, basicamente, são compostos por embarcações de dimensões e capacidades variadas, paneiros (latas) com capacidade de acondicionar 14 kg de frutos de açaí, basquetas (contentores plásticos) com capacidade de acondicionar 28 kg de frutos de açaí, e trapiche para embarque e desembarque de frutos de açaí, conforme expressa o quadro 9.

Quadro 9: Estruturas utilizadas pelos intermediários/atravessadores entrevistados.

ATRAVESSADOR INTERMEDIÁRIO	ESTRUTURA 1 (E1)	Qtde. E1	ESTRUTURA 2 (E2)	Qtde. E2	ESTRUTURA 3 (E3)	Qtde. E3
1	Barco p/ 20 latas	1	paneiros (latas)	50	basquetas/contentores plásticos	8
2	Barco p/ 360 latas	1	paneiros (latas)	360		
3	Barco p/ 3000 latas	1	Barco p/ 1500 latas	1	paneiros (latas)	1000
4	Barco p/ 1000 latas	1	paneiros (latas)	1.000	Porto em Curuçambaba	1
5	Barco p/ 150 latas	1	barco p/ 450 latas	1	paneiros (latas)	600
6	Lancha p/ 300 paneiros	1	paneiros (latas)	500		
7	Barco p/ 600 latas	1	paneiros (latas)	200		

Fonte: elaborado pelo autor

Ao todo, são mobilizadas pelos entrevistados 9 embarcações que, juntas, possuem capacidade para transportar cerca de 7380 latas/paneiros, correspondendo a 103.320 kg de frutos de açaí.

5.2.3. Volume de açaí movimentado pelos intermediários/atravessadores no ano de 2017

No ano de 2017, um total de aproximadamente 310.000 latas de açaí foi comprado, o que corresponde a 4.340 toneladas do fruto, conforme pode ser visualizado na tabela 7. Sendo que toda a compra de açaí é realizada por meio de pagamento à vista.

Tabela 7. Quantidade adquirida de frutos de açaí pelos intermediários/atravessadores entrevistados.

INTERMEDIÁRIOS/ATRAVESSADORES	Qtde. COMPRADA DE FRUTOS DE AÇAÍ EM 2017 (latas 14 kg)
1	10.000
2	60.000
3	150.000

4	50.000
5	20.000
6	10.000
7	10.000
TOTAL	310.000

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Este volume de frutos de açaí adquiridos expressa de maneira significativa o potencial produtivo existente no município. Uma questão que chama a atenção é o fato de que estas relações de compra e venda existentes entre os intermediários/atravessadores e os produtores e extrativistas, ocorrem de maneira informal, sem a presença de contratos e/ou outros instrumentos, sendo, portanto, efetuados com base em relações de confiança.

Sobre a destinação dos frutos de açaí comprados pelos intermediários/atravessadores entrevistados, foi mapeado durante a pesquisa um total de 9 compradores situados nos municípios de Belém, Cametá, Igarapé-Miri e Limoeiro do Ajuru, conforme segue exposto no quadro 10.

Quadro 10: Compradores de frutos de açaí dos intermediários/atravessadores entrevistados

INTERMEDIÁRIO ATRAVESSADOR	COMPRADOR 1 (C1)	LOCALIZAÇÃO (C1)	LOCAL DA ENTREGA (C1)	COMPRADOR 2 (C2)	LOCALIZAÇÃO (C2)	LOCAL DA ENTREGA (C2)
1	Sr. Di	Cametá	busca no próprio trapiche	batedores locais	Limoeiro do Ajuru	Limoeiro do Ajuru
2	Sr. Di	Cametá	Curuçamba ba/Cametá	batedores locais	Limoeiro do Ajuru	Limoeiro do Ajuru
3	Feira do açaí	Belém	Porto do Açaí/Belém	Amazon Frut	Belém (tapanã)	Curuçamba ba/Cametá
4	Industria Igarapé Miri X	Igarapé-Miri	Curuçamba ba/Cametá	Industria Igarapé-Miri Y	Igarapé-Miri	Curuçamba ba/Cametá
5	Feira do açaí	Belém	Porto do Açaí/Belém	atravessador x	Curuçambaba/C ametá	Curuçamba ba/Cametá
6	Sr. Aroldo (atravessador da feira do açaí)	Belém	Porto do Açaí/Belém			
7	Batedores de açaí em Cametá	Cametá	Cametá			

Fonte: elaborado pelo próprio autor

A maior parte dos compradores que estabelecem relações com os intermediários/atravessadores é do próprio território, o que não significa dizer que o destino dos frutos comercializados seja o território, uma vez que boa parte dos

compradores também são intermediários/atravessadores, que fornecem matéria prima para indústrias localizadas na região metropolitana de Belém. Com exceção do açaí que segue o caminho de batedores localizados nos municípios de Cametá e Limoeiro do Ajuru, bem como das indústrias situadas em Igarapé-Miri. Também vale ressaltar que o açaí destinado à feira do açaí em Belém, em geral, tem como destino batedores da região metropolitana.

Do mesmo modo que as compras efetuadas pelos intermediários/atravessadores dos produtores e extrativistas locais são realizadas de maneira informal, sem emissão de notas fiscais, a venda para os compradores supracitados também ocorre na informalidade, sem notas fiscais e contratos de compra e venda, sendo que todas as operações são feitas por meio de acordos apalavrados e pagamento à vista.

Do ponto de vista dos desafios enfrentados pelos intermediários/atravessadores entrevistados, 6 dos 7 afirmaram existência de desafios e apenas 1 declarou não possuir nenhum desafio para o desenvolvimento da atividade de compra e venda de frutos de açaí, foram identificados 5 desafios, conforme explicita o quadro 11.

Quadro 11: Principais desafios existentes para os intermediários/atravessadores entrevistados.

INTERMEDIÁRIO ATRAVESSADOR	DESAFIO 1	DESAFIO 2
1	não percebem desafios	-
2	superar compradores de fora que pagam preços mais altos	-
3	Distância dos compradores para efetuar a entrega	-
4	Pirataria/furtos	-
5	dificuldade em receber os valores da venda do atravessador de Curuçambaba	Pirataria/Furtos
6	lucro baixo	Pirataria/Furtos
7	concorrência (muitos compradores comprando na região)	-

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Dentre os desafios mais frequentes está o problema da ação da pirataria no território, fato que eleva os riscos da atividade. Além disso, a concorrência com compradores de fora do município, no período da safra, também é uma preocupação na percepção de 30% dos entrevistados.

Contudo, é possível perceber que para os entrevistados a atividade proporciona vantagens, dentre elas, o fato dos frutos de açaí representarem um produto de fácil comercialização, devido à grande e crescente demanda do mercado. Esta e outras vantagens apontadas pelos entrevistados podem ser observadas no quadro 12.

Quadro 12: Principais vantagens existentes na atividade de compra e venda de frutos de açaí para os intermediários/atravessadores entrevistados.

INTERMEDIÁRIO/ATRAVESSADOR	VANTAGEM 1	VANTAGEM 2	VANTAGEM 3
1	possibilita obter melhor retorno financeiro	-	-
2	é um serviço melhor que trabalhar no mato	é mais rentável	-
3	grande oferta de produto na região	grande demanda do mercado por frutos de açaí	facilidade de vender os frutos de açaí
4	venda sempre à vista	grande demanda do mercado por frutos de açaí	-
5	Grande demanda do mercado por frutos de açaí	facilidade de vender os frutos de açaí	-
6	possibilidade de aumentar o capital	-	-
7	circulação de dinheiro o ano todo	-	-

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Além da facilidade de comercialização, a abundante oferta de frutos de açaí e o recebimento à vista são elementos compreendidos como vantajosos em relação ao trabalho de compra e venda de açaí.

O açaí, sem dúvida, é um grande propulsor da vida econômica do município e das comunidades, ele favorece a circulação de dinheiro principalmente no período da safra.

Finalmente, percebe-se que os intermediários/atravessadores entrevistados não recebem nenhum tipo de apoio governamental e nem tampouco cumprem nenhuma exigência legal, bem como, não emitem notas fiscais.

5.3.A Cooperativa COOMPALA

A aplicação de um questionário em profundidade com membros da diretoria e, posteriormente a atividade junto a este grupo focal, possibilitaram conhecer parte do processo de sua constituição e constatar o atual quadro vivenciado pela cooperativa,

caracterizado principalmente, pela sua baixa capacidade técnica, tanto do ponto de vista da execução de suas atividades comerciais e administrativas, como também àquelas que envolvem a qualificação dos sistemas produtivos de seus/as cooperados/as, como as técnicas de manejo dos açazais nativos e as práticas de colheita e pós colheita, aliás, a cooperativa também não possui um parceiro com capacidade de ofertar tais serviços e atender à respectiva demanda do seu quadro de cooperados em relação a produção de frutos de açaí.

5.3.1. O nascimento da cooperativa

A experiência de comercialização de açaí desenvolvida no território e apresentada anteriormente, propiciou a inspiração de outras famílias ribeirinhas da região que, também constituíram empreendimentos cooperativos voltados para a comercialização de frutos de açaí e outros produtos da sociobiodiversidade local, entre eles frutos diversos, sementes e pescado.

Assim, um conjunto de famílias ribeirinhas do município de Limoeiro do Ajuru, no ano de 2005, constituíram a cooperativa COOMPALA que, conforme reza em seu estatuto social, tem como objetivos a colaboração recíproca para a promoção:

- ⇒ do desenvolvimento socioeconômico dos cooperados no setor da agricultura, extrativismo e produção de pequenos e médios animais, piscicultura e apicultura;
- ⇒ da aquisição ou construção de infraestrutura necessária para a produção coletiva de bens;
- ⇒ do beneficiamento, industrialização, e embalagens de bens produzidos por seus cooperados;
- ⇒ da comercialização de produtos no mercado local, nacional e internacional, tanto no varejo como no atacado.

Percebe-se que desde a sua fundação, as famílias ribeirinhas, por meio da COOMPALA anseiam por atuar não somente na comercialização da produção, mas também na agregação de valores a essa produção, por meio da verticalização, transformando frutos em polpa e outros produtos mais elaborados, porém, ao longo do tempo, essa estratégia não se viabilizou, restringindo a sua atuação na comercialização de produtos in natura, entre eles pescado diversos (diferentes espécies de peixes e camarão), açaí, cacau e sementes de espécies oleaginosas da biodiversidade local.

5.3.2. A comercialização de frutos de açaí: os desafios da falta de estrutura

Foi identificado que para a comercialização de frutos de açaí in natura, é necessária uma estrutura mínima que compreende por embarcações, paneiros ou basquetas, combustível, lubrificantes, pessoal e recursos financeiros. Nesse sentido, a ausência de tais estruturas por parte da cooperativa, são limites que fragilizam a sua atuação de comercialização junto aos cooperados. Além disso, a falta de recursos financeiros, se apresenta também enquanto obstáculo para a realização do pagamento a vista e em dinheiro pela produção, pois este reconhecidamente é um grande atrativo para a venda aos atravessadores, mas que os cooperados, junto com a cooperativa, não tem conseguido avançar em um denominador comum, que viabilize o acesso a melhores preços pagos à produção e o pagamento em um tempo viável para a cooperativa e os cooperados.

Além da comercialização de frutos in natura, existe também a possibilidade concreta de comercialização de polpa de açaí para o mercado institucional da merenda escolar por meio do PNAE, no entanto, a falta de estruturas de transformação, também são um limite para a COOMPALA, pois, inviabilizam a participação da cooperativa neste mercado.

Outra fragilidade percebida está na formalização das atividades econômicas, a COOMPALA ainda não consegue emitir notas fiscais eletrônicas com chave própria, embora já tenha comercializado de maneira formal, por meio de notas fiscais avulsas emitidas por meio da prefeitura local. Um fato positivo para a COOMPALA, é que a mesma possui DAP-jurídica e, portanto, é legítima para acessar os programas de compras institucionais voltados para empreendimentos da agricultura familiar, como o PAA e o PNAE.

Portanto, pudemos perceber três questões que dizem respeito aos desafios existentes para COOMPALA no âmbito da comercialização de frutos de açaí, sendo eles, a falta de estrutura e equipamentos, a fragilidade nos processos de coordenação e gestão, e a falta de recursos financeiros. Vale lembrar, que, regras, normas e convenções, ou organizações e instituições, são os elementos fundamentais para a determinação do conteúdo e da forma da produção, bem como da circulação de mercadorias (DUPUY et al.,1989, apud WILKINSON, 2008).

Por outro lado, a questão que diz respeito ao pagamento à vista, considerada pelos cooperados como elemento fundamental para a escolha dos compradores, se apresenta como um grande limitador para a efetivação da ação coletiva de comercialização, uma vez que a cooperativa não possui capital suficiente para efetuar a compra de frutos de açaí. Embora sejam perceptíveis, a existência de obstáculos para o desenvolvimento da ação coletiva no âmbito da comercialização de frutos de açaí, ao mesmo tempo, parte dos cooperados da COOMPALA em algumas localidades, se envolvem diretamente em processos de ação coletiva voltados para a gestão do território pesqueiro. Nesse sentido, vale ressaltar, que a pesca artesanal praticada no município cumpre um importante papel no que tange a organização e a ação social para a gestão dos recursos pesqueiros, haja vista, as práticas desenvolvidas por comunidades ribeirinhas no manejo e na conservação do pescado, concretizados por meio de acordos de pesca que consistem em arranjos institucionais sob o controle principalmente dos atores sociais locais em especial as comunidades ribeirinhas com o apoio de colônias de pescadores e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e; a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA). Nesse sentido, no município de Limoeiro do Ajuru existiam em 2014 um total de 23 acordos de pesca em pleno funcionamento Tavares (2014).

A existência desses acordos de pesca, portanto, por si só, já comprova a existência de práticas concretas de convenções que objetivam não somente preservar diferentes espécies de peixes, como também garantir o estoque de proteína para a segurança alimentar e para a comercialização enquanto fonte geradora de renda para as famílias, configurando-se, desse modo, como uma importante iniciativa de ação coletiva, baseada em acordos e convenções. No entanto, mesmo com a força das comunidades ribeirinhas no que tangem suas convenções sobre a atividade pesqueira, percebe-se que em Limoeiro do Ajuru algo está acontecendo em oposição a este processo organizativo, pois, em relação à quantidade de acordos comunitários de pesca, atualmente, segundo o

atual secretário de meio ambiente de Limoeiro do Ajuru²⁹, estão funcionando apenas 14. Tal fato tem se explicado pela ocorrência de “invasões” por parte de pescadores de municípios vizinhos nas áreas que envolvem os acordos de pesca, conforme expressa Tavares (2014):

Essa situação gera desentendimentos na região e entre os próprios municípios, e apesar desse incômodo, não existem ações coletivas nem políticas de integração entre eles na tentativa de solucionar esses problemas, pois recorrem apenas ao IBAMA para dar solução a esse problema, que nunca é resolvido, mesmo com prisões de apetrechos de pesca, muitas vezes predatória, dos “invasores” (TAVARES, 2014, p. 3).

Percebe-se que assim como os governos cumprem um importante papel no que tange ao fomento, concertação, regulamentação e fiscalização de iniciativas dessa ordem, ao mesmo tempo em que a sua ausência pode inviabilizar a continuidade de inúmeras experiências, levando as comunidades ao descrédito em relação à ação coletiva. Contudo, mesmo nesse cenário de relevante produção de frutos de açaí por parte das famílias, associado às experiências acumuladas em processos de gestão do território pesqueiro evidenciado pelos acordos de pesca existentes, ainda assim, a comercialização de frutos de açaí não consegue se estabelecer por meio da ação coletiva, e ao que tudo indica, tal fato está relacionado principalmente à racionalidade econômica dos ribeirinhos que não conseguem abrir mão do pagamento à vista pela produção, além disso, as relações sociais de proximidade entre os ribeirinhos e os intermediários/atravessadores, também são fatores que colaboram para o insucesso da cooperativa em suas tentativas de comercializar a produção de frutos de açaí de seus cooperados.

5.3.2.1. As experiências de comercialização de frutos de açaí desenvolvidas pela COOMPALA

Notadamente, a COOMPALA tem comercializado o açaí apenas de maneira pontual, conforme dito anteriormente. Neste sentido, a cooperativa operou na comercialização de açaí nos anos de 2009, 2013, 2015, 2016 e 2017 graças às demandas

²⁹ Informação coletada por meio de entrevista junto ao Sr. Adelino, atual secretário de meio ambiente do município de Limoeiro do Ajuru/PA em fevereiro de 2018.

do PAA³⁰, do PANE³¹ e de uma relação comercial estabelecida com a Cooperativa Agrícola Resistência de Cameté – CART. Vale ressaltar, que a relação da COOMPALA com a CART, ocorreu de maneira informal, do mesmo modo que a relação da COOMPALA com os respectivos cooperados para atender esta operação, sendo que, apenas houve ocorrência de formalidade nas operações que envolveram a comercialização junto aos programas PAA e PNAE, conforme determinam as orientações dos respectivos programas.

Com a CART e a CONAB, a comercialização era de frutos in natura e para o PNAE, ou seja, àqueles produtos destinados para merenda escolar, eram comercializadas polpa de açaí, em função do programa não comprar açaí in natura. Para esta operação ser concretizada, a cooperativa realizou uma parceria com um batedor local de açaí devidamente legalizado perante a vigilância sanitária local, que transformava o açaí em polpa que posteriormente era distribuindo entre as escolas beneficiárias, para essa operação, o batedor era remunerado pelo volume de polpa de açaí produzido.

Em relação a comercialização em parceria com a CART realizada no ano de 2009, a mesma propiciou a venda de 12 toneladas de açaí, cerca de 860 paneiros, sendo considerado um volume baixo, frente aos volumes produzidos pelos cooperados. Esse açaí comercializado em parceria com a CART, tinha como destino indústrias, sendo elas a CAMTA e o açaí Uberlândia. Nesta operação, a CART, ganhava em média R\$ 2,00 por cada paneiro de frutos de açaí comercializado, no caso do açaí dos cooperados da COOMPALA, esse ganho era rateado, ficando R\$ 1,00 por paneiro para a CART e a outra parte para a COOMPALA.

Em 2013, a comercialização de açaí com a CONAB, por meio do PAA, atingiu o patamar de cerca de 2,5 toneladas de frutos, cerca de 180 paneiros. Além dos frutos in

³⁰ Compra de alimentos diversos e doação simultânea a entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo GGPA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoa em situação de insegurança alimentar e nutricional.

³¹ O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

natura de açaí, a cooperativa também comercializou pescado e camarão, sendo que a sua paralização no ano de 2014 deu-se principalmente em função da falta de recursos financeiros para efetuar a compra de frutos junto aos cooperados, e de atendimento aos requisitos legais e burocráticos exigidos pelo programa, conforme pode ser visualizado na tabela 8 a seguir.

Tabela 8: histórico da comercialização da COOMPLA para o PAA.

Produto que comercializava para o PAA	Período que comercializou (ano)	Valor total comercializado (R\$)	Ano que parou de comercializar	Motivo da Paralização das vendas para o PAA
Pescado	2013	21.787,9	2014	Falta de recursos financeiros; falta de registro sanitário e; falta de atendimento às demandas burocráticas.
Camarão	2013	35.200,05	2014	Falta de recursos financeiros; falta de registro sanitário e; falta de atendimento às demandas burocráticas.
Açaí	2013	5.400,00	2014	Falta de recursos financeiros; falta de atendimento às demandas burocráticas.

Fonte: elaborado pelo próprio autor

No período em que a COOMPALA comercializou produtos para o PAA, os principais beneficiários que recebiam os produtos eram pessoas em situação de insegurança alimentar assistidas pela Pastoral da Criança de Limoeiro do Ajuru, sendo que a prefeitura conferia um importante apoio, que era o de efetuar as entregas.

Nos anos de 2015, 2016 e 2017, foram comercializadas para o PNAE respectivamente 2; 1,4 e 1,5 toneladas de polpa de açaí. Além da polpa de açaí, a cooperativa também comercializou camarão, frutas e verduras, assim, até o ano de 2017, em relação ao açaí especificamente, a cooperativa terceirizou o processo de transformação junto à um batedor de açaí local, que possuía uma estrutura de transformação/processamento que atendia os critérios sanitários da vigilância sanitária do município, o que possibilitou comercializar um pequeno volume de polpa de açaí, conforme pode ser visualizado na tabela 9 a seguir.

Tabela 9. Demonstrativo da comercialização da COOMPALA para o PNAE

Produto que comercializava para o PNAE	Período que comercializou	Valor total comercializado (R\$)
Camarão	2015	25.020,10
Açaí	2015	9.060,00
Frutas e verduras	2015	150.070,97
Camarão	2016	27.050,00
Açaí	2016	10.700,6
Frutas e verduras	2016	155.000,10
Camarão	2017	31.929,9
Açaí	2017	11.739,4
Frutas e verduras	2017	184.428,93

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Percebe-se que a cooperativa apresenta potenciais importantes conferidos tanto pela qualificação de seu quadro de cooperados enquanto aptos ao acesso às políticas públicas para agricultura familiar, haja vista, que os atuais 120 cooperados possuem DAP-física, bem como pelos volumes produzidos de diferentes produtos da biodiversidade local. No entanto, tais elementos não se apresentam como suficientes para o alcance dos objetivos da cooperativa no que diz respeito à comercialização da produção dos cooperados, uma vez que, os fatores limitadores para o desenvolvimento de suas atividades comerciais são bastante acentuados, podendo ser expressos pela falta de estrutura física, falta de capital de giro, falta de pessoal para mobilização/organização da produção e falta de pessoal qualificado para atender às demandas de gestão da cooperativa.

5.3.3. Articulações e parcerias da COOMPALA

O processo de desenvolvimento da pesquisa de campo junto à cooperativa permitiu identificar que a mesma participa atualmente de fóruns locais, entre eles o de segurança pública, onde são tratados assuntos referentes à segurança pública dos ribeirinhos e a fiscalização do período de defeso. O outro fórum que conta com a participação da COOMPALA é o de aquicultura e pesca em que são tratados assuntos referentes ao desenvolvimento da pesca artesanal e da aquicultura no município, bem como a busca por

recursos por meio de projetos para o fortalecimento da atividade, como resultados relevantes deste fórum, está a aquisição de alevinos para os pescadores e a reestruturação da secretaria municipal de meio de ambiente para o licenciamento de tanques rede e escavado para a criação de peixes.

Além destes espaços de diálogo em torno das ações e políticas públicas, cabe destacar a sua participação no fórum de economia solidária do território Baixo Tocantins e no colegiado territorial do Baixo Tocantins. Outra iniciativa a qual a COOMPALA tem apostado, é na relação com Federação de Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (FECAFES³²), a qual a mesma é sócia fundadora.

O trabalho desta pesquisa, possibilitou identificar parceiros colaboradores com relativo grau de importância, principalmente nas relações e parcerias estabelecidas entre a COOMPALA e outras organizações no âmbito da comercialização e dos mercados que envolvem a produção e o extrativismo de frutos de açaí. Com isso, foram identificados e classificados os parceiros, conforme expressa o quadro 13, que ilustra de maneira resumida a importância e os resultados das parcerias.

Quadro 13: Demonstrativo dos parceiros da COOMPALA no âmbito da comercialização de frutos de açaí.

PARCEIROS	IMPORTÂNCIA	CONTRIBUIÇÕES DA PARCERIA	OBSERVAÇÕES
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	Foi classificada pelos participantes como muito importante, porém não está próxima da cooperativa, mas também não está tão distante, pois tem ocorrido contatos para estimular o envio de mais projetos para a doação de alimentos.	⇒ Apoio a execução de um projeto para comercializar o açaí para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na modalidade Doação Simultânea no valor de R\$ 90.000,00; ⇒ Possibilitou que cooperativa pagasse melhores preços pelos frutos de açaí dos cooperados; ⇒ Possibilitou envolver 19 cooperados na comercialização de frutos de açaí e de pescado; ⇒ propiciou um grande exercício no sentido de operacionalizar um processo comercial com um órgão de governo bem como	⇒ De acordo com a diretoria da COOMPALA, o fato da cooperativa não se atualizar, em relação as burocracias, é um dos elementos que faz aumentar a distância entre a COOMPALA e a CONAB;

³² A FECAFES é uma cooperativa de segundo grau que envolve atualmente um total de 6 cooperativas presentes no território da Cidadania Baixo Tocantins, dentre elas a COOMPALA.

		<p>superar os desafios existentes em relação ao atendimento de toda a burocracia demandada pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);</p> <p>⇒propiciou a organização da produção;</p> <p>⇒Possibilitou a parceria com a pastoral da criança de Limoeiro do Ajuru</p>	
EMATER/PA - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do estado do Pará	<p>Foi classificada pelos participantes como muito importante. Porém está muito distante da cooperativa e dos cooperados</p>	<p>⇒Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf aos cooperados e à cooperativa;</p> <p>⇒Emissão do Cadastro Ambiental Rural (CAR) dos cooperados;</p> <p>⇒Elaboração de projetos de crédito para os cooperados;</p> <p>⇒Favoreceu o aumento da produção;</p>	<p>⇒A atual falta de estrutura da EMATER, que possui poucos equipamentos e apenas um técnico no município, são obstáculos que inviabilizam a parceria e a ação concreta da EMATER nas comunidades, segundo os participantes, a muito tempo a EMATER não tem realizado atividades de campo não só para os cooperados da COOMPALA, como também para outras famílias ribeirinhas do município.</p>
Secretaria Municipal de Educação de Limoeiro do Ajuru.	<p>Foi classificada pelos participantes como muito importante, porém está distante da cooperativa e dos cooperados em relação à comercialização de frutos de açaí.</p>	<p>⇒Tem possibilitado a COOMPALA a comercializar produtos para a merenda escolar;</p> <p>⇒propiciou a organização da produção;</p>	<p>⇒Está muito distante em relação à comercialização de açaí;</p> <p>⇒Tem adquirido apenas frutas e hortaliças da cooperativa, uma vez que a cooperativa ainda não possui estruturas de transformação dos frutos de açaí em polpa.</p>
CART – Cooperativa Agrícola Resistência de Cameté	<p>Foi classificada pelos participantes como muito importante, porém está muito distante da cooperativa e dos cooperados</p>	<p>⇒favoreceu a venda de açaí para indústrias processadoras.</p> <p>⇒capacitou a direção da COOMPALA para operar no mercado,</p>	<p>⇒A CART continua comprando açaí no município, porém, a COOMPALA não está preparada o suficiente para continuar na relação.</p>
UCODEP – Unidade e Cooperação para o	<p>De acordo com os participantes a UCODEP foi de grande</p>	<p>⇒propiciou a realização de atividades de formação em manejo de açaizais para os cooperados e;</p>	<p>⇒Atualmente, UCODEP está desestruturada, sem equipe técnica e recursos financeiros para desenvolver e apoiar</p>

Desenvolvimento dos Povos	importância, porém está muito distante da cooperativa e dos cooperados	⇒ apoiou em infraestrutura por meio da doação de contentores plásticos (basquetas)	atividades de assessoramento técnico e de formação, bem como o apoio financeiro em infraestrutura conforme foi efetuado no passado. ⇒A COOMPALA é sócia fundadora da FECAFES; ⇒A FECAFES foi constituída em em 19 de março de 2011; ⇒A FECAFES é uma cooperativa de segundo grau, formada pelas seguintes cooperativas: CAEPIM – Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri; CART – Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá; CODEMI – Cooperativa de Desenvolvimento do Município de Igarapé-Miri; COFRUTA – Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba; COOMPALA – Cooperativa Mista dos Pescadores e Agricultores de Limoeiro do Ajuru e; COOPFRUT – Cooperativa Agroindustrial de Trabalhadores e Produtores Rurais de Igarapé-Miri.
FECAFES – Federação das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Pará	Foi classificada pelos participantes como muito importante, porém está muito distante da cooperativa e dos cooperados	⇒A parceria com FECAFES se deu em torno da comercialização de sementes oleaginosas da sociobiodiversidade de extrativistas associados de 7 cooperativas do território baixo Tocantins. ⇒constituição da FECAFES, visava principalmente a concentração das atividades comerciais, de modo a diminuir custos e comercializar maiores volumes, aumentando assim o poder dos extrativistas no momento da comercialização da produção	⇒A COOMPALA foi fundadora, contribuiu inclusive financeiramente para a estruturação da entidade. ⇒Atualmente a COOMPALA não está filiada a UNICAFES, parou de pagar a anuidade e de efetuar os contatos
UNICAFES – União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária	Foi classificada pelos participantes como muito importante, porém está muito distante da cooperativa e dos cooperados	⇒tem uma equipe técnica, que confere um assessoramento; ⇒No tempo da parceria, a diretoria da COOMPALA participou de vários cursos de formação; ⇒Oportunizou realizar o debate sobre a importância do cooperativismo no município.	
Paróquia de Limoeiro do Ajuru	Foi classificada pelos participantes como muito	⇒confere apoio político, ajudou na divulgação da cooperativa;	⇒paróquia não está distante, ela tem atuado nas comunidades na perspectiva de animar as

importante, não está tão longe da cooperativa e dos cooperados	⇒ Mobilizou as comunidades para o envolvimento na cooperativa; ⇒ O padre da época incentivou a cooperativa e contribuiu para a incidência em favor da compra para merenda escolar;	famílias para a cooperação.
--	---	-----------------------------

Fonte: elaborado pelo próprio autor

Um fato que chamou a atenção, diz respeito à parceria com a prefeitura de Limoeiro do Ajuru e suas respectivas secretarias, neste sentido, foi identificado que não há no momento parcerias com estas entidades e que a parceria somente ocorreu em função do processo de comercialização de produtos para o PNAE e o PAA, onde o serviço de vigilância Sanitária e a secretaria de assistência social se envolveram na inspeção sanitária, na organização das entidades receptoras de alimento do PAA, bem como com a distribuição dos produtos para as entidades beneficiárias.

Outro fato questionado, foi se a cooperativa estabeleceu algum contrato e/ou formalização de parceria com alguma entidade. Nesse sentido, foram identificadas parcerias formais com a UNICAFES, FECAFES, CONAB e Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru, conforme aponta o quadro 14.

Quadro 14: Contratos e acordos já estabelecidos entre a COOMPALA e seu parceiros.

PARCEIRO	INSTRUMENTO DE FORMALIZAÇÃO
União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES	⇒ termo de filiação
Federação das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado do Pará – FECAFES	⇒ ata de fundação; ⇒ termo de cooperação.
Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB	⇒ projeto técnico; ⇒ contrato de venda de produtos;
Prefeitura Municipal de Limoeiro do Ajuru – PMLA	⇒ atendimento a chamamento Público; ⇒ contrato de venda de produtos.

Fonte: elaborado pelo autor

“Nós estabelecemos no passado um conjunto de parcerias conforme está representado no quadro que construímos, porém, nós não se afirmamos e não estamos tendo uma relação direta, e para haver uma reaproximação é necessário um sistema de comunicação funcionando de maneira eficiente de modo a ajudar a retomar as ações com estes parceiros”. (Adelino Cavalcanti Ferreira, diretoria da COOMPALA)

5.3.4. Desafios e oportunidades da COOMPALA

Com o objetivo de identificar os potenciais da cooperativa e os seus desafios, foi aplicada a técnica da matriz Swot, também conhecida por FOFA, que representa as Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças encontradas na cooperativa.

No quadro 15, seguem expressas as forças da cooperativa e os resultados e discussões resultantes da aplicação da técnica e dos debates junto à diretoria da COOMPALA.

Quadro 15: As forças da COOMPALA, resultados e discussões

FORÇAS	RESULTADOS E DISCUSSÕES
Compromisso da diretoria	A diretoria de maneira voluntária está sempre ativa, não para, tem representado os interesses da cooperativa e dos cooperados em espaços de incidência política como fóruns locais e regionais. Além disso a diretoria tem buscado formas de estruturar a cooperativa e comercializar a produção dos cooperados, bem como manter parte das questões burocráticas atualizadas.
Produção dos cooperados	Do ponto de vista da produção dos cooperados, esta, se apresenta como uma força em função de que, este fato é a razão de existência da cooperativa, a sua fundação teve como objetivo melhorar as condições de comercialização da produção das famílias ribeirinhas, portanto, tanto a quantidade de produtos e a sua reconhecida qualidade nos mercados, se apresentam como uma grande força da cooperativa.
Persistência na organização	A persistência dos cooperados e da cooperativa em continuar o desafio de organizar a produção e a comercialização, mesmo em um cenário desfavorável com grande presença e concorrência de atravessadores locais e outros elementos contrários, na percepção da diretoria, é um fator importante que evidencia a força ainda existente na cooperativa.

Fonte: elaborado pelo autor

As forças identificadas na cooperativa, alimentam a esperança da diretoria de que é possível avançar na estruturação da COOMPALA e buscar formas de potencializar a produção dos cooperados, bem como de valorizar esta produção e conquistar melhores preços no momento da venda.

Do mesmo modo, foi feito em relação ao debate em torno das fraquezas, conforme segue expresso no quadro 16.

Quadro 16: As fraquezas da COOMPALA, resultados e discussões.

FRAQUEZAS	RESULTADOS E DISCUSSÕES
Falta de recursos financeiros	De acordo com a diretoria da COOMPALA, esse fator impede que a cooperativa atue diretamente na comercialização de frutos de açaí, uma

	<p>vez que as operações envolvendo compra e venda de açaí sempre são realizadas à vista e o cooperado não tem condições de esperar o pagamento pela produção por períodos mais longos.</p>
Falta de estrutura	<p>Não possuir estrutura para transportar a produção, bem como processar e transformar em produtos mais valorizados, é uma fragilidade que faz com a cooperativa perca oportunidades de comércio, entre tais oportunidades, destaca-se o PNAE, que em Limoeiro do Ajuru, todos os anos há licitações para compra de açaí em polpa para a merenda escolar. Além disso existem outras oportunidades que a cooperativa não consegue aproveitar por conta da falta de estrutura.</p>
Falta de união entre os cooperados	<p>Esse é um desafio importante a ser solucionado. É preciso conscientizar os cooperados que a cooperativa é nossa, infelizmente, os cooperados preferem receber pouco pelo açaí, mas à vista do que esperar um pouco e receber mais, precisamos avançar nessa conscientização.</p>
Distância dos parceiros	<p>O distanciamento existente entre os parceiros, conforme percebido no resultado da aplicação da técnica do diagrama de venn, é outra questão que a cooperativa deve superar, o seu isolamento dificulta o acesso a apoios importantes, como assistência técnica, recursos financeiros, políticas públicas e o próprio mercado. É preciso de maneira urgente retomar as parcerias, bem como atrair outros parceiros para apoiar a cooperativa em suas demandas técnicas, de infraestrutura e de acesso aos mercados.</p>
Não conclusão da obra da agroindústria	<p>O fato da parceria com o governo do estado ter fracassado no processo de construção da agroindústria, gerou grande frustração entre os cooperados. No ano de 2010, a cooperativa foi contemplada com um projeto do Banco Mundial para a construção da agroindústria e aquisição de equipamentos. No entanto, a pós a obra ser entregue, a mesma veio ao chão por falta de qualidade dos materiais empregados na obra e por falhas na execução do projeto. Assim, hoje a cooperativa possui os equipamentos, mas, no entanto, não tem como utilizá-los.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

Os elementos de fraqueza apresentados, reforçam os obstáculos existentes para a atuação da cooperativa no âmbito da comercialização de frutos de açaí, conforme já salientados anteriormente, mais uma vez aparece a falta de estrutura e confirma os desafios de falta de união do grupo principalmente para resolver o problema do pagamento à vista. Em relação a falta de união, as percepções da diretoria da COOMPALA, aponta para o baixo grau de sentimento de pertencimento dos ribeirinhos em relação à cooperativa, ou seja, carece do entendimento que a cooperativa é dos próprios cooperados, conforme salientado no quadro anterior.

No entanto, percebemos que mesmo neste cenário de fragilidade da cooperativa, ainda existem oportunidades que devem ser melhor analisadas para que se possa

aproveitá-las. No quadro 17, apresentamos a síntese do debate realizado em torno das oportunidades existentes para a COOMPALA.

Quadro 17: As oportunidades para a COOMPALA, resultados e discussões.

OPORTUNIDADES	RESULTADOS E DISCUSSÕES
Grande demanda do mercado por frutos de açaí	A cada ano que passa, a procura por frutos de açaí só aumenta. Temos entre os cooperados um grande volume produzido e o açaí das ilhas de Limoeiro do Ajuru, é muito procurado devido a sua qualidade e sabor, a cooperativa não está aproveitando estes fatores favoráveis para a comercialização de frutos de açaí.
Disponibilidade dos parceiros em cooperar	Mesmo os parceiros estando distante, é possível perceber que os mesmos ainda estão disponíveis e abertos ao diálogo, talvez a cooperativa tenha que se empenhar mais em trazer esses parceiros importantes de volta e buscar por outras parcerias principalmente no âmbito da comercialização e dos mercados de frutos de açaí.
Editais para apoio a projetos	Diante das atuais dificuldades encontradas em acessar crédito, devido principalmente a falta de disponibilidade de recursos para as cooperativas, um dos caminhos possíveis para estruturar a cooperativa, pode ser a busca pela elaboração de bons projetos para os editais disponíveis, para isso, a cooperativa precisa se qualificar e/ou estabelecer parcerias que possam ajudar nessa questão. No momento, o mais viável para estruturar a cooperativa é aprovar um projeto que garanta a infraestrutura e os recursos necessários para viabilizar as atividades de industrialização e comercialização dos produtos.
Certificação orgânica do açaí	A produção dos cooperados tem um grande potencial não só pela quantidade produzida, mas também pelo fato de que todo açaí produzido é natural, não leva nenhum produto químico, aqui só é utilizado o trabalho para realizar o manejo e a colheita. A certificação orgânica do açaí, poderá melhorar muito o preço pago pela produção e a cooperativa deveria implementar uma estratégia de certificação das áreas dos cooperados, todos iriam ganhar com isso.

Fonte: elaborado pelo autor

O conjunto de oportunidades percebidas pela diretoria da COOMPALA, anima a luta e sugere possibilidades concretas para o enfrentamento dos desafios e limites existentes em relação à comercialização de frutos de açaí, porém, o isolamento, falta de apoio e de conhecimento técnico, podem impedir que as oportunidades possam ser aproveitadas e revertidas em melhores condições para a comercialização e o acesso aos mercados.

No entanto, também são percebidas ameaças que rondam a COOMPALA no que diz respeito à comercialização de frutos de açaí, conforme segue expresso no quadro 18.

Quadro 18: As ameaças à COOMPALA, resultados e discussões.

AMEAÇAS	RESULTADOS E DISCUSSÕES
Alta presença de atravessadores no município	<p>A alta presença dos intermediários/atravessadores sempre foi a realidade não só de Limoeiro do Ajuru, mas também de outros municípios do território, e é um desafio que sempre estará presente. Hoje a cooperativa tem cooperados que concorrem com ela mesmo, pois também atuam comprando e vendendo frutos de açaí, “estamos sendo concorrentes de nós mesmos”. Porém, nunca será possível eliminar a figura dos atravessadores, mesmo por que eles também são importantes para muitas famílias, chegando a locais distantes que possivelmente a cooperativa não daria conta de chegar. Porém, ao mesmo tempo, os atravessadores acabam ocupando o espaço vazio que a cooperativa não consegue ocupar.</p>
Pirataria	<p>A atividade da pirataria vem ficando cada vez mais agressiva no território, navegar pelas águas do Rio Tocantins tem se tornando um risco para todos, atualmente os piratas agem a qualquer momento e com muita violência. Existe um medo de transporta dinheiro e produtos, falta policiamento e a comunidade está muito ameaçada. Além disso, também tem acontecido muitos furtos nas comunidades, desde dinheiro e até mesmo o açaí que é roubado no pé.</p>
Burocracia	<p>A existência de uma grande demanda burocrática que envolve não somente o funcionamento da cooperativa, mas também as iniciativas de acesso aos mercados, bem como as questões sanitárias e de acesso a crédito, vêm ameaçando a cooperativa por muitos anos. A cooperativa precisa de maneira urgente buscar formas de cumprir com estas demandas, só assim será possível conseguir alcançar mercados que pagam preços melhores pela produção e assim remunerar de maneira justa os cooperados.</p>
Deficiências dos órgãos de governo	<p>Depois do golpe ocorrido no país no de 2016, foi possível perceber que os órgãos de governo enfraqueceram, aconteceram muitos cortes de recursos para o apoio às políticas públicas para as famílias ribeirinhas e suas respectivas organizações. Não tem mais recursos para a política do território da cidadania, as organizações que apoiavam a cooperativa por meio de projetos, não estão apoiando mais, a rota do açaí que previa um investimento de R\$ 140.000,00 para cada município, reduziu esse valor para apenas R\$250.000,00 para todos os 10 municípios que fazem parte do projeto. Os cortes no PAA, também foram percebidos, além da própria EMATER de Limoeiro do Ajuru, que sofre com a escassez de recursos que inviabiliza o trabalho de assistência técnica para os ribeirinhos que tanto precisam.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

Reconhecendo que as ameaças são fatores externos, mas em certa medida a sua superação está condicionada em se fortalecer internamente, principalmente no que diz respeito seus padrões de coordenação das atividades internas que envolvem a comercialização e os mercados de açaí. No entanto, existem aspectos, que estão relacionados principalmente à capacidade de interação e intervenção junto a outras organizações e redes sociais.

5.4. Relações governamentais com a cadeia produtiva do açaí no território Baixo Tocantins

Além de produtores e compradores caracterizados como intermediários/atravessadores, que atuam diretamente na cadeia produtiva do açaí, percebe-se no território, a existência de outros atores desenvolvendo ações visando principalmente, o fortalecimento da cadeia produtiva de frutos de açaí. Destaca-se nesse contexto, a atuação de órgãos públicos das diferentes esferas de poder, executando projetos, programas, políticas públicas e ações de regulamentação e fomento da atividade.

No âmbito das regulamentações, o setor requer de processos de inspeções, autorizações, cadastros dentre outros que compõem principalmente os licenciamentos ambientais e sanitários. Existem também os aspectos tributários e comerciais que envolvem o processo de formalização da comercialização, bem como, de formalização das organizações atuantes no mercado, entre elas a própria COOMPALA. Neste sentido, faremos uma breve exposição desse contexto apresentado informações coletadas por meio de entrevistas e de pesquisas em materiais acadêmicos, como artigos e dissertações, além de legislações e documentos técnicos.

Em relação as entrevistas, foram envolvidas ao todo 5 entidades governamentais, sendo elas a EMATER/PA e a SEDAP da esfera estadual, e a secretaria municipal de meio ambiente, secretaria municipal de agricultura e o gabinete do prefeito, representando a esfera municipal. Neste sentido, iniciaremos nossa exposição abordando as informações obtidas por meio das entrevistas realizadas junto aos respectivos órgãos da esfera municipal descritos anteriormente, além da EMATER/PA, que embora seja um órgão da esfera estadual, desenvolve ações diretamente no município de Limoeiro do Ajuru por meio do seu Escritório Local.

5.4.1. O contexto das ações desenvolvidas por organizações governamentais municipais e/ou com sede no município

Para compreender o envolvimento das organizações de governo, que atuam diretamente no apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí, realizamos diálogos com membros da diretoria da COOMPALA e com funcionários das secretarias de meio ambiente e de agricultura. Esse primeiro contato efetuado por telefone, forneceu pistas, para definir quais órgãos e secretarias seriam envolvidos na pesquisa, nesse

sentido, foram selecionadas para as entrevistas as EMATER/PA, a secretária municipal de agricultura, a secretaria municipal de meio ambiente e o gabinete do prefeito. Posteriormente foram definidas as datas para a realização das entrevistas, que propiciaram o levantamento das informações constantes neste capítulo, conforme segue.

5.4.1.1.A secretaria municipal de meio ambiente de Limoeiro do Ajuru

A entrevista realizada junto ao atual secretário, possibilitou constatar que a secretaria não vem desenvolvendo ações específicas, em torno da cadeia produtiva do açaí no município, e que boa parte de seus esforços estão atualmente concentrados em compor a sua equipe técnica, adquirir equipamentos e se qualificar, para coordenar a gestão ambiental no município, por meio principalmente da emissão de licenciamentos ambientais, Cadastro Ambiental Rural – CAR e o Licenciamento das Atividades Rurais – LAR. Neste sentido, tem participado de atividades de formação, promovidas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, voltadas para a habilitação em exercer a Gestão Ambiental Municipal, ao mesmo tempo, também tem se ocupado em adequar a atual legislação ambiental do município.

Um avanço conquistado, foi a constituição do conselho municipal de meio ambiente, em 13 de abril de 2018. Este conselho, portanto, em conjunto com a secretaria de meio ambiente, exercerá um papel importante na gestão ambiental do município.

Outro aspecto importante a qual a secretaria fará intervenção será em relação ao ICMS-Verde³³, haja vista, que em 2017, o município recebeu o repasse de R\$ 979.148,49, sendo que estes repasses são mensais, em maio de 2018, o valor repassado foi de R\$ 65.961,82. Portanto, a proposta da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, é de que no processo de reformulação da lei ambiental, seja contemplado o direcionamento do uso destes recursos, de modo que sejam disponibilizados, 60% dos valores do ICMS-Verde para o fundo municipal de Meio Ambiente e os outros 40% para a coleta seletiva do Lixo.

³³ É um instrumento econômico de política ambiental, que consiste em uma parcela resultante da divisão da receita do ICMS, sob critério ambiental. Possui duas funções principais: (i) Compensatória: para compensar municípios que abrigam áreas protegidas em seus territórios e; (ii) Incentivadora: para estimular que os municípios adotem iniciativas de conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

No âmbito da interação com projetos desenvolvidos por outros órgãos de governo, a Secretaria vem acompanhando as atividades desenvolvidas do projeto ROTA do AÇAÍ, para tanto, designou um membro de sua equipe para representar o governo municipal no comitê gestor do projeto. A expectativa da secretaria em relação a este projeto, é que o mesmo possa contribuir para a estruturação da cadeia produtiva no município.

Em relação às parcerias existentes e planejadas no âmbito da cadeia produtiva do açaí, de acordo com o secretário, a secretaria já interage e prevê a interação para o futuro, principalmente com outras secretarias do município e com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS) e a Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA). Com a SEMAS, a parceria está concentrada na qualificação para a gestão ambiental do município, conforme já mencionado, e com a SESPA, o foco será a atuação no Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA). Em relação às secretarias do município existe uma perspectiva futura de parceria com a secretaria de agricultura e a secretaria de finanças, conforme segue descrito no quadro 19.

Quadro 19: Principais parceiros da secretaria municipal de meio ambiente.

PARCEIROS ATUAIS E PREVISTOS PARA O FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ EM LIMOEIRO DO AJURU	
PARCEIRO	RESULTADOS ESPERADOS E JÁ ALCANÇADOS
Secretaria municipal de Agricultura	⇒ perspectiva de futuro após o início da gestão ambiental, para licenciar 100% do produtores de açaí do município.
Secretaria Municipal de Saúde (Vigilância Sanitária)	⇒ sensibilização e qualificação de Batedores locais de açaí, para adoção de boas práticas de processamento e de gestão ambiental dos resíduos;
Secretaria Municipal de Finanças	⇒ Espera-se que esta parceria viabilize a implementação da campanha “ Eu faço de Limoeiro do Ajuru o maior produtor de açaí do mundo ³⁴ ”.

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Com estes parceiros, a secretaria não possui nenhum tipo de acordo formalizado, como termos de parcerias, convênios ou outros instrumentos contratuais. De acordo com o secretário, apenas no caso do projeto da ROTA DO AÇAÍ, é que a secretaria possui formalização de parceria, seguindo a orientação do regimento interno do comitê gestor do projeto.

³⁴ Proposta da Secretaria Municipal de Finanças que prevê o estímulo aos produtores de açaí para emissão da Nota Fiscal Cidadã.

Para o secretário, os desafios estabelecidos para a secretaria estão principalmente na sua estruturação, na qualificação da equipe de trabalho, e no ajuste das legislações municipais, que estão defasadas. A expectativa da secretaria é de que os esforços que serão empreendidos pela secretaria possibilitem aumentar a produção de açaí com qualidade, realizar a transformação do açaí no próprio município, implementar o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, licenciar 100% dos Produtores de Açaí do município, emitir o licenciamento ambiental dos atuais 50 batedores de açaí presentes na sede do município, atender o conjunto de 28 comunidades do município em relação ao licenciamento ambiental.

Esse contexto apresentado sobre a secretária municipal de meio ambiente expõe uma série de fragilidades, que incidem diretamente em sua atuação no município, além disso, o baixo grau de interação com as organizações da sociedade civil local, também é notória. Também é perceptível, que as expectativas estão totalmente direcionadas no âmbito da produção, ficando a perspectiva de comercialização e de acesso a mercados marginalizadas.

5.4.1.2. A secretaria municipal de agricultura de Limoeiro do Ajuru

De acordo com o secretário, a secretaria desenvolve ações para fortalecer a cadeia produtiva do açaí a mais de 15 anos. Sendo o principal destaque o fomento para o acesso dos produtores e extrativistas às linhas de crédito, esta ação, contribuiu significativamente para o aumento da produção no município, e ainda possibilitou a promoção de melhorias no manejo dos açaizais, e tem viabilizado uma maior oferta de trabalho, principalmente no período da safra. Para o desenvolvimento desta ação a secretária conta com a parceria da EMATER/PA, por meio de seu escritório local.

A secretaria também tem se esforçado em participar projetos e programas públicos, desenvolvidos por órgãos de governo da esfera estadual e federal. Neste sentido, tem dialogado com a secretaria municipal de meio ambiente sobre o projeto ROTA DO AÇAÍ. Além disso, também tem acompanhado as ações do colegiado territorial do Território Baixo Tocantins, desde a sua criação, porém, de acordo com o secretário, concretamente, este programa não viabilizou o apoio para o fortalecimento da cadeia produtiva do açaí no município, até o momento o município recebeu apenas uma motocicleta para apoiar

as iniciativas de Assistência Técnica e Extensão Rural, porém, como sabemos, boa parte dos produtores e extrativistas de açaí estão concentrados em áreas de ilhas, onde o acesso somente é possível por meio de embarcações.

No período em que as atividades de fomento ao crédito estavam em curso, famílias de todas as comunidades e ilhas do município foram atendidas. Para a secretaria, as comunidades são as principais parceiras das ações de fortalecimento da cadeia produtiva do açaí, pois a participação das comunidades nas iniciativas de fomento à produção, tem possibilitado o aumento na produção e a geração de trabalho e renda no município. Para o secretário, existem outros parceiros, reconhecidos como importante no âmbito da cadeia produtiva do açaí no município, que são os empresários de Macapá que atuam na compra de matéria prima e no processamento da produção, porém, este processamento se dá inclusive em outro estado. Mas, ainda de acordo com o secretário, são estes empresários que pagam os melhores preços no município, fato que tem feito com que boa parte da produção de Limoeiro do Ajuru, seja direcionado para Macapá, estima-se, segundo o secretário, que no período da safra, diariamente cerca de 20.000 latas de açaí, sigam este caminho.

Das ações em parceria a qual a secretaria está envolvida, apenas a relação com a EMATER/PA, está ancorada em termos formais, por meio de um convenio específico para o desenvolvimento das ações de ATER.

Dentre os desafios existentes para a secretaria, na percepção do secretário, eles estão concentrados na promoção da industrialização do açaí no próprio município, na diminuição e dificuldades de acesso ao crédito por parte dos produtores e extrativistas, e aumentar a produção de açaí no município. Sendo o objetivo principal, o de fortalecer a economia do município.

5.4.1.3. Gabinete do prefeito de Limoeiro do Ajuru.

De acordo com o assessor do gabinete do prefeito, o governo municipal desenvolveu três iniciativas visando o fortalecimento da cadeia produtiva do açaí no município, sendo elas o Festival do Açaí, a compra institucional para a merenda escolar por meio do PNAE, e a campanha: “Eu faço de Limoeiro do Ajuru o maior produtor de açaí do mundo”.

O Festival do Açaí, propiciou a promoção e divulgação de produtos elaborados de maneira artesanal no município, incluindo alimentos e peças de artesanato gerados a partir de partes da planta, também promoveu o resgate histórico e cultural, da relação que envolvem a população e o açaí, e por fim, envolveu estudantes do município em um concurso de redação na temática do açaí que contou com a participação de cerca de 2.000 alunos de todas as escolas do município.

A compra de produtos para a merenda escolar, foi outra iniciativa que contemplou a aquisição de produtos da COOMPALA, por meio do edital nº 01/2017, que previa a compra de produtos da agricultura familiar. Neste edital, a COOMPALA foi vencedora dos lotes (1, 2, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14 e 15) cujos produtos a serem fornecidos, constavam de frutas, hortaliças e legumes, totalizando um valor de R\$ 97.480,00 (noventa e sete mil e quatrocentos e oitenta reais). Nesse mesmo edital, estavam previstos outros lotes (3, 8, 16 e 17), para a aquisição de camarão, farinha de mandioca, polpa de frutas e vinho de açaí, respectivamente, a qual alcançou o valor total de R\$ 116.670,00. Para estes lotes o fornecedor ganhador, foi a Cooperativa de Produtores Familiares Rurais Amigos da Terra – COOPFRAT, com sede em Cametá. De um maneira geral, segundo o representante do gabinete do prefeito, esta ação possibilitou envolver agricultores do município, além de gerar renda para os mesmos e para a cooperativa. No entanto, o fato de não existir uma unidade de transformação do açaí e de pescado no município, fez com que os produtos de maior valor agregado, fossem adquiridos de uma cooperativa de outro município.

A campanha denominada de “Eu faço de Limoeiro do Ajuru o maior produtor de açaí do mundo”, teve seu início, por meio da distribuição de panfletos em atividades de sensibilização, realizadas em 54 escolas do município, destas 52 estão situadas em comunidades ribeirinhas. O objetivo desta campanha é de incentivar os produtores e extrativistas de açaí, a emitirem nota fiscal no momento da venda do açaí, através da Nota Fiscal Cidadã. A capa do panfleto e o seu conteúdo seguem expressos nas figuras 22 e 23, a seguir.

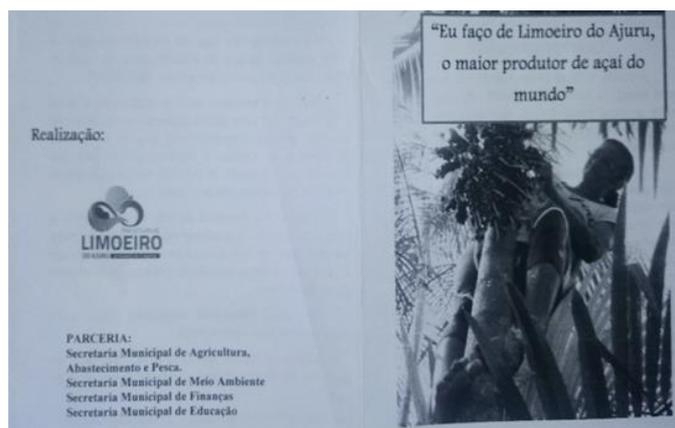


Figura 22: capa do panfleto promotor da campanha: “Eu faço de Limoeiro do Ajuru, o maior produtor de açaí do mundo. **Fonte:** prefeitura municipal de Limoeiro do Ajuru – PA.

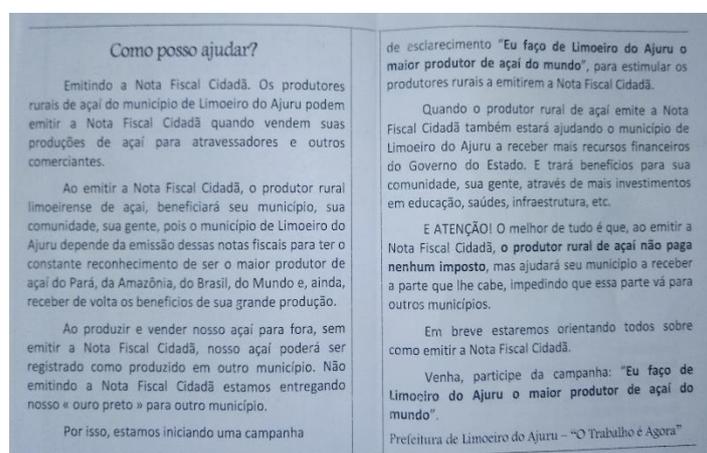


Figura 23: Conteúdo do panfleto promotor da campanha: “Eu faço de Limoeiro do Ajuru, o maior produtor de açaí do mundo. **Fonte:** prefeitura municipal de Limoeiro do Ajuru – PA.

A importância dessa campanha, deve-se principalmente, ao fato de que para a maior parte da comercialização de frutos de açaí efetuada pelos produtores e extrativistas, não há emissão de notas fiscais. Na pesquisa de campo realizada, pudemos constatar que 100% dos cooperados da COOMPALA entrevistados, afirmaram que não emitem notas fiscais, vale ressaltar, que também para os 100% dos intermediários/atravessadores entrevistados, a comercialização para os diferentes compradores, são efetuadas sem a emissão destes documentos.

Como público beneficiários das ações da prefeitura, podem ser considerados, alunos de 54 Escolas do município, o público visitante do Festival do Açaí, o público beneficiário do Centro de Referência em Assistência Social do município – CRAS,

produtores de açaí, turistas visitantes do Festival do Açaí, todas as comunidades por meio das escolas, dentro da estratégia de fomento a emissão de notas fiscais, e a COOMPALA e seus cooperados, que se envolveram no fornecimento de produtos alimentares para a merenda escolar no ano de 2017.

Visando o avanço no desenvolvimento das ações de fortalecimento da cadeia produtiva do açaí, a prefeitura estabeleceu um acordo de cooperação formal com a Universidade Federal do Pará, que contempla o funcionamento do núcleo da UFPA no município, com a oferta dos cursos de geografia, educação do campo, letras, matemática e pedagogia; a assessoria técnica para a realização do Festival do Açaí; a realização do curso de Pós-Graduação (especialização) em Gestão da Educação Básica e; o desenvolvimento de atividades de formação no âmbito da cadeia produtiva de açaí (processamento, gestão e produção).

Para a prefeitura, os principais desafios estão principalmente na necessidade de reverter o atual quadro de subordinação dos produtores de açaí em relação aos mercados, fortemente caracterizada pela dependência dos intermediários/atravessadores locais, e das indústrias processadoras, estas localizadas principalmente na região metropolitana de Belém, conferindo, portanto, ao município e a seus produtores um papel marginal de fornecedores de matéria prima. Além disso, a questão da formalização, também se apresenta como um desafio a ser superado, para tanto, o município aposta na estratégia de fomentar o registro das vendas da produção local por meio da emissão da nota cidadã. Portanto, os seus objetivos para o próximo período será, melhorar a renda dos produtores e gerar arrecadação no município por meio da emissão da nota cidadã no momento da comercialização de frutos de açaí pelos produtores e extrativistas.

5.4.1.4. O Escritório Local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/PA

A EMATER/PA vem atuando no âmbito da cadeia produtiva do açaí, desde o ano de 1998, por meio das linhas de crédito do Fundo Constitucional da Região Norte (FNO). Sua atuação no município de Limoeiro do Ajuru se dá através do escritório Local que conta com um técnico em agropecuária e uma estrutura básica conforme ilustra o quadro 20.

Quadro 20: Atual estrutura do escritório local da EMATER/PA em Limoeiro do Ajuru - PA.

EQUIPAMENTO	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
Motocicleta Bross 150 cc	1	Em funcionamento
Lancha/voadeira com motor de 25 HP	1	Motor não funciona
Aparelho de GPS	2	Apenas um está funcionando
Computadores	2	Em funcionamento
Impressoras	2	Em funcionamento

Fonte: elaborado próprio autor.

De acordo com técnico do escritório local, no ano de 2017, não foram efetuadas atividades de ATER, e nem tampouco, de elaboração de projetos para o PRONAF. Porém, no ano de 2016, além da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), foram realizadas 92 visitas técnicas sobre manejo dos açazais e implementação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), tais atividades faziam parte da assistência técnica previstas nos projetos do PRONAF. Em relação aos projetos de crédito do PRONAF foram provenientes das linhas do Pronaf-Floresta e B-Floresta , os 92 projetos elaborados, totalizaram um valor de R\$ 1,5 milhão, o apoio prestado aos produtores e extrativistas, por meio do crédito e da assistência técnica, de acordo com o técnico da EMATER, propiciou a qualificação do manejo dos açazais de várzea, o aumento na produção do município, a conscientização dos agricultores em relação ao manejo dos açazais e à preservação de outras espécies, bem como o aumento na oferta de trabalho nas comunidade e ilhas. Nesta ação desenvolvida, foram envolvidos produtores e extrativistas das comunidades de Anajás de Baixo, Anajás de Cima, Japiinzinho, Japiim Grande, Tatuoca, Saracá, Araraim, Cupijó e 7 Ilhas.

Para o desenvolvimento das ações supracitadas, a EMATER tem contado com o apoio e a parceria da Secretaria Municipal de Agricultura, da Secretária Municipal de Meio Ambiente, que apoiam na mobilização das atividades e na disponibilização de combustível e outros insumos. Além destas organizações do governo municipal, a EMATER também reconhece a COOMPALA enquanto parceiro que contribui principalmente, na mobilização dos seus cooperados para a participação nas atividades. Nenhuma destas parcerias, possuem acordos formalizados, a EMATER em Limoeiro do Ajuru, possui apenas um convênio celebrado diretamente com a Prefeitura, voltado para apoiar a estrutura do trabalho em ATER.

Em relação aos desafios existentes, na visão do técnico da empresa, os principais obstáculos encontrados são as grandes distâncias das comunidades, a falta de recursos para o escritório local e a falta de apoio para a infraestrutura e a logística para o desenvolvimento das ações de ATER. Assim, os atuais objetivos da EMATER no município, estão centrado em ampliar a formação dos agricultores para realizar o manejo sustentável dos açazais, qualificar os produtores para a realização da gestão da propriedade (controle de volumes produzidos e comercializados de açaí e demais produtos) e fazer incidência em conjunto com os parceiros, visando a abertura de crédito para novos proponentes. Haja vista, que esta é uma demanda reprimida a qual a EMATER não conseguiu avançar no ano de 2017 e até o presente momento do ano de 2018.

5.4.2. O contexto das ações desenvolvidas por organizações governamentais estaduais

No âmbito da esfera estadual, buscamos compreender as iniciativas desenvolvidas e acompanhadas pela SEDAP, na cadeia produtiva dos frutos de açaí. A partir do diálogo com o representante da secretaria e da pesquisa documental, chegamos às informações que apresentaremos a seguir.

No estado do Pará em se falando de fomento da cadeia produtiva, destacamos dois programas desenvolvidos pelo governo do estado, envolvendo a SEDAP, sendo eles: (i) Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Açaí no Estado do Pará (Pró-Açaí); e (ii) Programa Estadual de Qualidade do Açaí (PEQA).

Estes programas tem a missão envolver Agricultores Familiares, Grandes Produtores, Batedores de Açaí e indústrias. Os agricultores e grandes produtores, são alvo das iniciativas no campo da produção e do manejo, já os batedores e indústrias, além de serem grandes beneficiários do aumento da produção que possibilita uma maior oferta de matéria prima, também são alvo de ações de melhorias em questões sanitárias e tecnológicas, além de outros incentivos voltados principalmente para a promoção da verticalização da produção no próprio estado do Pará.

5.4.2.1.O programa PRÓ AÇAÍ

Em relação ao fomento da produção, o programa Pró-Açaí, se apresenta com a missão de aumentar a produção de frutos e com isso ampliar as oportunidades de trabalho

e renda. De acordo com o órgão responsável pelo programa, a Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca (SEDAP), a meta para o período de 2016 a 2020, é incorporar 50 mil hectares de açazeiros destes, serão implantados 10 mil Ha de açazeiros irrigados na forma de Sistemas Agroflorestais (SAFs), ou de cultivo solteiro, e 40 mil Ha no ecossistema de várzea. O programa foi lançado oficialmente em 25 de janeiro de 2016.

Este programa prevê o alcance direto em 26 municípios das regiões de integração do Baixo Tocantins e do Marajó, reconhecidos como principais centros produtores do Estado do Pará. Dentre os municípios do Baixo Tocantins, Limoeiro do Ajuru é um dos prioritários, e a meta do programa para o município é de aumentar a produção para 55.000 toneladas/ano até 2024.

Das ações desenvolvidas pelo PRÓ AÇAÍ, visando o aumento da produção, de acordo com o representante da SEDAP, as principais atividades em curso são: **(a)** capacitações de técnicos e agricultores para a qualificação do manejo dos açazeiros; **(b)** fornecimento de sementes selecionadas de açaí e; **(c)** incidência interinstitucional.

Até o momento, na percepção da SEDAP, existem alguns resultados do programa, dentre eles, o desenvolvimento pela EMBRAPA Amazônia Oriental, de uma cultivar originária de matrizes que produzem na entressafra, tendo também como característica importante, a produção de frutos pequenos, esta cultivar, possui índices expressivos de produtividade, chegando a produzir 15 toneladas de frutos, em 1 ha de sistemas irrigados em terra firme. Essa cultivar, portanto, é uma das apostas do governo do estado para a promoção do aumento na produção, nesse sentido, nos últimos 5 anos, foram distribuídas 20 milhões de sementes. Algumas expressões desse aumento na área cultivada, podem ser constatadas em dados já apresentados pela SEDAP, que apontam que o município de Tomé-Açu possui 1.000 ha de açaí irrigado resultante das ações de fomento do governo estadual. Ao mesmo tempo, estas iniciativas de fomento, também atingem grandes empreendimentos, um exemplo disso, são as áreas de açaí irrigado da empresa Açaí Amazonas, localizadas nos municípios de Alenquer e Curuá, que totalizam 1.500 ha. Outro resultado das ações do programa apontados pela SEDAP são as várias equipes de técnicos já capacitados em manejo de açazeiros, bem como de produtores e extrativistas.

Para o desenvolvimento das ações previstas pelo PRÓ AÇAÍ, a SEDAP, tem desenvolvido parcerias com a EMBRAPA Amazônia Oriental, prefeituras de municípios produtores e com a EMATER, tais parcerias tem sido fundamentais para viabilizar a produção e distribuição de sementes, bem como para a realização das atividades de capacitação e de assistência técnica para extrativistas e produtores. Destas parcerias da SEDAP, existe a formalização de um convênio que prevê a capacitação de produtores para o manejo dos açazais em várzea junto a EMATER, do mesmo modo, que com a EMBRAPA Amazônia Oriental também existe um convênio que prevê o fornecimento de sementes de açaí e cupuaçu.

No longo prazo, o programa prevê ainda o envolvimento direto de 1.000 produtores utilizando a tecnologia de irrigação em açazais de terra firme e 10 mil produtores familiares, utilizando o sistema de manejo e enriquecimento dos açazais. O PRÓ AÇAÍ ainda prevê impactos diretos que podem proporcionar a geração de 3.000 empregos diretos e 12.000 indiretos, ao longo da cadeia produtiva. Estima-se que até o ano de 2024 as ações do programa propiciem o aumento da produção estadual em aproximadamente 640 mil toneladas de frutos/ano.

Do ponto vista ambiental, existe a expectativa por parte do governo do estado, de reintegrar por meio das ações do programa, cerca de 10.000 ha de áreas alteradas. Além disso, espera-se que também possa contribuir com o aprimoramento da gestão dos recursos naturais, possibilitando a diminuição de processos erosivos, melhorias no balanço hídrico, regeneração da biomassa e a conservação dos solos e da biodiversidade.

Além dos desafios existentes no âmbito da execução do programa, de acordo a SEDAP, também é importante solucionar questões referentes à outorga da água para irrigação, redução da tarifa de energia para irrigantes, ampliação da distribuição de sementes selecionadas, qualificação técnica de produtores e técnicos e garantir o acesso dos produtores e extrativista a linhas de crédito para o financiamento da produção.

Para o enfrentamento a tais questões, a SEDAP tem adotado a estratégia de estabelecer parcerias principalmente em relação à outorga da água, para tanto tem fomentado a estruturação e qualificação de secretarias municipais de meio ambiente para realizar a gestão ambiental nos municípios. Os demais aspectos, as iniciativas têm sido

desenvolvidas a partir da interlocução e da incidência junto a concessionária de energia elétrica e com agentes de crédito. Em relação a energia elétrica a proposta da SEDAP é estabelecer a tarifa horo sazonal³⁵. Já os desafios relacionados ao crédito, a estratégia está na interlocução com os Bancos da Amazônia e do Brasil que operam linhas de crédito voltadas para o financiamento do cultivo e manejo do açaí, nas modalidades de investimento e custeio, conforme expressa o quadro 21.

Quadro 21: Linhas de crédito disponíveis pelo PRONAF.

LINHAS DE CRÉDITO		
MODALIDADE	FINALIDADE	LINHAS DE CRÉDITO DISPONÍVEIS
Investimento	Aquisição de sistemas de irrigação e equipamentos	⇒ PRONAF (Floresta, Eco, Mais Alimentos, Agroecologia, Pronaf A, Projetos de estruturação complementar);
		⇒ Crédito incentivo à inovação tecnológica na produção agropecuária;
		⇒ MODERINFRA ³⁶
Custeio	Manejo de açaiçais em várzea	⇒ PRONAF (Custeio, Pronaf A/C, Pronaf B – Microcrédito Produtivo Rural)

Fonte: Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD. Elaborado pelo autor

Além dos agentes financeiros envolvidos diretamente na concessão das linhas de crédito, a EMATER, também se apresenta como um parceiro fundamental dessa estratégia, pois, a mesma por meio de seus escritórios locais, tem a missão de elaborar os projetos e garantir a assistência técnica dos produtores e extrativistas proponentes.

5.4.2.2. Programa estadual de qualidade do açaí – PEQA

O PEQA está direcionado para atacar problemas recorrentes, principalmente no âmbito da segurança sanitária e sua coordenação é efetuada pela Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (SESPA). Este programa está ancorado em dois instrumentos normativos, sendo eles o Decreto nº 2.475 de 10/09/2010, publicado no Diário Oficial do

³⁵ Tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica e de demanda de potência de acordo com as horas de utilização do dia e dos períodos do ano, conforme especificação a seguir: a) Tarifa Azul: modalidade estruturada para aplicação de tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia e os períodos do ano, bem como de tarifas diferenciadas de demanda de potência de acordo com as horas de utilização do dia; e b) Tarifa Verde: modalidade estruturada para aplicação de tarifas diferenciadas de consumo de energia elétrica de acordo com as horas de utilização do dia e os períodos do ano, bem como de uma única tarifa de demanda de potência.

³⁶ O Programa tem por objetivo apoiar o desenvolvimento da agropecuária irrigada, sustentável econômica e ambientalmente, de forma a minimizar o risco na produção e aumentar a oferta de alimentos para os mercados internos e externos; e ampliar a capacidade de armazenamento das propriedades rurais.

Estado, em 13 setembro do ano de 2010, e o decreto nº 250, de 13 de outubro de 2011, que é um instrumento complementar ao Decreto nº 2.475 de setembro de 2010. O decreto nº 2.475 de 10/09/2010, dispõe sobre a implementação do Programa Estadual de Qualidade do Açaí, e dá outras providências, conforme consta em seu artigo primeiro.

O decreto nº 250 de 13 de outubro de 2011 prevê, dentre outras, o cadastro de batedores artesanais que atuam na venda destinada ao varejo, bem como de indústrias junto à secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), às Secretarias municipais de Saúde e a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ). Este programa ainda contempla a implementação de projetos para viabilizar a organização de entrepostos de comercialização para conferir melhorias no sistema de transporte e escoamento do Açaí.

Em relação aos aspectos sanitários propriamente ditos, a estratégia prevista pelo programa está direcionada para o estabelecimento de projetos voltados para a educação sanitária, de modo a orientar todos os segmentos envolvidos na cadeia produtiva para adoção de boas práticas de colheita, pós colheita, transformação/processamento e transporte.

Do ponto de vista da estruturação da cadeia produtiva, o programa prevê ações que contemplam o aporte de recursos financeiros por meio de linhas de crédito destinadas principalmente para gerarem melhorias nas estruturas físicas incluindo a aquisição de equipamentos. Além disso, dois outros pontos previstos nesse programa, pretendem estabelecer um processo de monitoramento da qualidade higiênico-sanitário visando prevenir a contaminação dos frutos e dos produtos obtidos ao longo da cadeia e por fim, estabelecer um projeto que viabilize o estímulo à organização dos/as produtores/as em associações e cooperativas, sendo que uma das estratégias estabelecidas nesse aspecto está baseado no estabelecimento de iniciativas de aquisição da produção pelo próprio governo do estado, ou seja, por meio de compras institucionais. Tais aspectos supracitados, estão contemplados no artigo 2º do decreto citado anteriormente.

Outra questão importante que consta no decreto, diz respeito ao estabelecimento de um Grupo de Trabalho específico responsável pela gestão do programa, que, de acordo com o decreto, é composto por representantes de 13 organizações, sendo que dessas, nove

são órgãos de governo e apenas quatro estão caracterizadas como organizações da sociedade civil, sendo elas: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI); Representantes dos Batedores de Açaí de Venda Direta ao Consumidor; Sindicato das Indústrias Processadoras de Polpas de Frutas do Estado do Pará (SINDFRUTAS); e Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA).

De acordo com o representante da SEDAP, para atingir os principais objetivos do programa duas ações em especial têm sido desenvolvidas, sendo elas: **(a)** qualificação dos batedores de açaí em boas práticas de processamento e; **(b)** desenvolvimento de pesquisas no âmbito da qualificação do processamento de açaí. Neste sentido, o desenvolvimento de tecnologias já tem gerado resultados, como o uso por parte dos batedores da tecnologia de branqueamento³⁷ do açaí desenvolvida pela Universidade Federal do Pará (UFPA), esta adoção tem propiciado melhorar a qualidade do vinho de açaí comercializado nos municípios.

Para o desenvolvimento das ações previstas no programa, a SESPA tem estabelecido parceria com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ) que contribui diretamente para a qualificação das boas práticas de processamento por meio do branqueamento e da fiscalização das práticas do processamento adotadas pelos batedores de açaí e as indústrias. Outro parceiro de destaque é a associação dos Vendedores Artesanal de Açaí de Belém e Região Metropolitana (AVABEL), neste sentido, os seus associados tem sido beneficiários diretos do programa por meio das atividades de capacitação em boas práticas de processamento, e do apoio conferido graças à sessão de 500 equipamentos de branqueamento do açaí, neste caso, existe um termo de sessão de uso destes equipamentos junto aos batedores associados da AVABEL.

5.4.2.3. Os incentivos fiscais (Lei 6.915/06 alterada pela lei 8.247/15)

No diálogo com o representante da SEDAP, também foi possível perceber iniciativas do governo do estado em promover incentivos fiscais visando o fomento da

³⁷ Esta técnica consiste primeiro em passar o açaí pela peneira para retirar a sujeira que pode ser vista a olho nu. Depois ele passa por três lavagens e vai para o branqueamento, que consiste em mergulhar o açaí em uma solução com hipoclorito de sódio (NaClO) em uma temperatura de 80° C, por cerca de dez segundos, em seguida enxagua-se várias vezes para retirar o cloro, espera esfriar e finalmente o açaí é processado.

verticalização da produção para as indústrias locais, tais iniciativas estão sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (SEDEME). Portanto, a partir deste diálogo e com o levantamento de informações contidas em legislações específicas e documentos técnicos, identificamos a existência da lei nº 6.915, de 3 de outubro de 2006 que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável aos empreendimentos da agroindústria, posteriormente esta lei foi alterada pela lei nº 8.247/15. Portanto, os termos da lei 6.915/06, prevê outorgar tratamento tributário diferenciado aos empreendimentos da agroindústria instalados em território paraense, com o objetivo de consolidar o desenvolvimento socioeconômico de forma competitiva e ecologicamente sustentável e propiciar a verticalização da economia no Estado do Pará.

No entanto, esta iniciativa, tem contemplado apenas grandes plataformas industriais, deixando a margem os empreendimentos coletivos de agricultores familiares e de extrativistas.

5.4.3. O contexto das ações desenvolvidas por organizações governamentais federais

Para compreender o envolvimento das organizações do governo federal que atuam diretamente no apoio ao desenvolvimento da cadeia produtiva do açaí, realizamos diálogos com membros da diretoria da COOMPALA e com funcionários das secretarias de meio ambiente e de agricultura de Limoeiro do Ajuru. Esse primeiro contato efetuado por telefone, forneceu pistas, para identificar quais programas, projetos e políticas públicas desenvolvidas por órgãos federais tem relação com o município de Limoeiro do Ajuru. Nesse sentido, foi possível identificar o Programa NOSSA VÁRZEA, o Projeto ROTA DO AÇAÍ, as iniciativas de compras institucionais, além de outras que seguiram descritas de maneira breve neste documento. Em função de problemas logísticos, todo o conteúdo aqui elaborado, teve como fonte pesquisas documentais, com exceção do Projeto ROTA DO AÇAÍ, que contou com a colaboração do representante do município no comitê gestor do projeto, que nos concedeu uma entrevista e disponibilizou documentos já elaborados pelo referido comitê gestor. Assim, segue a descrição das ações desenvolvidas por órgãos do governo federal no território Baixo Tocantins e no município.

5.4.3.1 Programa Nossa Várzea

De acordo com Bayle (2014), desde o ano de 2005 vem sendo colocadas em prática as ações do Programa Nossa Várzea, que prevê a atuação na Regularização Fundiária de Áreas de Várzeas Rurais (conforme Portaria nº 284, de 14 de outubro de 2005 – DOU de 17/10/2005).

Tal iniciativa conta com o trabalho conjunto de vários órgãos de governo nas diferentes esferas, e conta inclusive com o apoio de organizações representativas da população residente nas várzeas estuarinas do estado do Pará.

Dentre as organizações que se envolveram nessa missão, estão o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), IBAMA, o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), o IBGE, a SEMAS, a EMATER, Prefeituras Municipais, e ainda várias Associações Comunitárias dos Ribeirinhos Agroextrativistas (BAYLE, 2014).

O programa tem a coordenação da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), por meio da Gerência da Secretaria do Patrimônio da União do Estado do Pará (GRPU/PA). De acordo com Bayle (2014), tal iniciativa tem grande importância no que diz respeito à estruturação da cadeia produtiva do açaí, uma vez que, com esse processo, a união concede às famílias o termo de uso das áreas ocupadas pelas comunidades ribeirinhas. Com esse instrumento, a União reconhece o direito e a legitimidade de ocupação das famílias nas áreas de várzeas. Com isso, as mesmas passam a ser legítimas para o acesso a outros programas e políticas públicas como o benefício da seguridade social, as iniciativas previstas no PRONAF, entre outros.

5.4.3.2 Rota do açaí

A Rota do açaí é uma iniciativa proposta pelo Governo Federal, fazendo parte do programa Rotas de Integração Nacional, conforme portaria nº 162, de 24 de abril de 2014, do Ministério da Integração Nacional (MI). Essa iniciativa estabelece como estratégias a Inclusão Produtiva e o Desenvolvimento Regional. Para a execução do projeto Rotas de Integração Nacional, foi instituído um Comitê Gestor das Rotas. No artigo 2º da referida portaria, está expressa a qualificação do entendimento de rotas adotado pelo MI.

O objetivo das rotas é, portanto, o de promover a inclusão produtiva e a integração econômica das regiões menos desenvolvidas do país aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento. Outro fato importante é que as rotas devem ser desenvolvidas em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

De acordo com o MI, na região norte do Brasil, foram estabelecidas as seguintes rotas potenciais: do açaí, do palmito e de óleos vegetais oriundos da biodiversidade regional. Concretamente, desde março de 2016, por ocasião da oficina de trabalho realizada em Belém (PA), organizada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) atualmente SEAD e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), a Rota do Açaí está definida como prioritária e, portanto desde então conta com a parceria da Embrapa e do Banco do Brasil. Nesse sentido, há uma definição de uma série de ações expressas no quadro 22, que contemplam os seguintes eixos: **(1)** Organização social; **(2)** Ampliação e qualificação da oferta; **(3)** Beneficiamento do Açaí; **(4)** Infraestrutura e Logística e; **(5)** Inovações Agrotecnológicas.

Quadro 22: Plano de Ação da Rota do Açaí

ESTADO	TECNOLOGIAS	AÇÕES
Pará, Amapá, Acre, Amazonas e Maranhão	Organização Social	Cadastro de Produtores
		Fortalecimento do cooperativismo
	Ampliação e Qualificação da Oferta	Diagnóstico de pólos de produção e áreas potenciais de plantio e manejo
		Distribuição de equipamentos para coleta, do açaí
		Assistência técnica aos produtores
		Capacitação em manejo e plantio de açaizais
		Sistema de irrigação para açaí cultivado
	Beneficiamento do açaí	Elaborar planos de negócios para agroindústrias
		Construir e equipar agroindústrias
		Capacitação em boas práticas de fabricação de alimentos, gestão de unidades produtivas e comercialização
		Assistência técnica às agroindústrias
	Infraestrutura e logística	Realizar estudo e planejamento da logística dos polos
		Melhorar os acessos (ramais, varadouros, igarapés etc.)
		Equipamentos e veículos para transporte de produtos

	Inovações agrotecnológicas	Usina de produção de enzimas celulolíticas
--	-------------------------------	--

Fonte: Ministério da Integração Nacional – MI (2016).

Além da pesquisa documental que subsidiou a construção do conteúdo expresso anteriormente sobre a Rota do Açaí, as entrevistas realizadas com o representante da secretaria municipal de meio ambiente de Limoeiro do Ajuru, e com o representante da mesma prefeitura, que acompanha o projeto e compõe o conselho gestor da Rota do Açaí, também contribuíram para identificar o atual quadro de desenvolvimento do projeto no estado do Pará, e no território Baixo Tocantins.

De acordo com o representante da prefeitura de Limoeiro do Ajuru no conselho gestor da Rota do Açaí, o município tem participado das ações do projeto desde o início das atividades desenvolvidas no território Baixo Tocantins, ou seja, desde o mês de janeiro de 2017. Sendo que além do Baixo Tocantins, a região Guajarina também é território prioritário para as ações da Rota do Açaí. O representante afirma que a prefeitura tem grande interesse que estes projetos e políticas públicas obtenham sucesso no território, pois a região é grande produtora de açaí, os três municípios maiores produtores estão no território, sendo eles Limoeiro do Ajuru, Igrapé-Miri e Cametá, porém nesta região não existe uma agroindústria, fazendo com que os produtores entreguem os produtos *in natura* a atravessadores que abastecem indústrias instaladas em outros municípios distantes do território.

Para a definições das ações territoriais propostas pelo projeto, foi constituído o comitê gestor da Rota do Açaí do Polo Baixo Tocantins, em 17 de maio de 2018, que de acordo com o seu regimento interno tem como finalidade organizar, em regime de colaboração entre a União, Estado, Municípios e Sociedade Civil Organizada a concretização dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional através da Portaria MI nº 80, de 28/02/2018 do Programa Rotas de Integração Nacional – ROTAS, que criou a Rota do Açaí de acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); composta pelos municípios Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé Miri, Moju, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru, Oeiras do Pará, Tailândia.

Uma das estratégias do projeto é o favorecimento da gestão social por meio da constituição do comitê gestor com legitimidade em relação à definição das ações a serem desenvolvidas no âmbito do projeto. Dentre os debates e ações propostas pelo comitê gestor no âmbito, está a construção de um plano de trabalho também compreendido enquanto uma carteira de projetos, que contempla ações de custeio e de investimento, conforme segue expresso no quadro 23.

Quadro 23: Plano de trabalho (prioridades da carteira de projetos da rota do açaí no território Baixo Tocantins)

MODALIDADE	META	VALOR ESTIMADO (R\$)	PREVISÃO DE FONTE DE APOIO	EXECUTORES
Infraestrutura	Construção e estruturação de 3 portos para embarque e desembarque da produção em Igarapé-Miri, Cametá (Carapajó) e Barcarena.	6.000.000,00	Emendas parlamentares	Prefeituras municipais
	Construção de 7 Piers	2.000.000,00	Emendas parlamentares	Prefeituras municipais
	Aquisição de 11 máquinas tipo Patrol, para manutenção das vias vicinais de escoamento da produção.	2.200.000,00	Emendas parlamentares	Prefeituras municipais
	Aquisição de 11 veículos e 11 lanchas (tipo voadeira) para o apoio a vigilância sanitária nos municípios.	660.000,00	Emendas parlamentares	Prefeituras municipais
	Aquisição de 32 caminhões Baú trucado (3 eixos, 6 x 2) com potência mínima de 230 CV, com baú de (8,0 x 2,4 x 2,3 m)	8.960.000,00	Emendas parlamentares	Prefeituras municipais
	Aquisição de 11 veículos e 11 lanchas (tipo voadeira) para o apoio a assistência técnica nos municípios.	800.000,00	Emendas parlamentares	SENAR e EMATER
ATER	Capacitação de Produtores Rurais em manejo dos açaizais	1.000.000,00	Emendas parlamentares	SENAR
	Capacitação de Técnicos em manejo dos açaizais	100.000,00	Emendas parlamentares	SENAR

Fonte: Comitê gestor da Rota do Açaí no Território Baixo Tocantins, elaborado pelo autor.

Conforme visualizamos no quadro anterior, os projetos e ações previstos, estão predominantemente focados na produção de frutos e no seu respectivo escoamento, provavelmente boa parte deste escoamento deverá atender as demandas de matéria prima de unidades agroindustriais de outros municípios fora do território. Tal fato, mais uma vez não contempla os anseios dos produtores e extrativistas locais, principalmente aqueles

localizados em municípios periféricos que não possuem unidades agroindústrias e que, portanto, permanecem enquanto produtores e fornecedores de matéria prima. Outro ponto que chama a atenção, é o não provisionamento de orçamento específico por parte do governo federal para atender as demandas de recursos financeiros do plano previsto, sendo que, todas as fontes de recursos, estão condicionadas à emendas parlamentares. Também chama a atenção o fato de os recursos serem direcionados exclusivamente para órgãos públicos, ou seja, não prever a contemplação direta de organizações da sociedade civil.

No entanto, em se tratando de projetos, em 25 de maio de 2018, aconteceu uma vídeo conferência com os órgãos de governo responsáveis pela a execução do projeto ROTA DO AÇAÍ, entre eles a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, SEDAP e o Ministério da Integração Nacional – MI.

Um dos pontos debatidos durante a reunião/vídeo conferência realizada em Belém, foi sobre a possibilidade de se construir um grande projeto voltado para a instalação de agroindústrias nos municípios do território, para tanto seria necessário a inclusão desta meta no plano de trabalho definido pelo comitê gestor da ROTA DO AÇAÍ no território Baixo Tocantins, porém, esta proposição não evoluiu, pois, o debate foi aprofundado em outra questão de pauta, referente aos recursos financeiros para implementação das ações da Rota do Açaí, já que havia uma previsão, que para a primeira etapa do projeto, seriam disponibilizados cerca de R\$ 1 milhão para as ações definidas pelo comitê, no entanto, o funcionário do Ministério da integração afirmou que nesta etapa seriam disponibilizados apenas R\$ 275 mil para o investimento nos 11 municípios, fato que gerou uma decepção e descontentamento dos participantes.

Assim, os encaminhamentos da videoconferência foram em torno do uso dos recursos disponibilizados após os cortes, sendo eles portanto definidos em: desenvolver um projeto de formação dos agricultores da região, principalmente para favorecer e qualificar o manejo dos açaiçais, visando o aumento da produção e; trabalhar a qualificação do processo de branqueamento do açaí junto aos batedores dos municípios do território Baixo Tocantins, ou seja, todos os recursos serão utilizados apenas em ações

de custeio, ficando os investimentos para estruturar a cadeia produtiva no território para um outro momento.

Uma questão preocupante foi apontada pelo representante de Limoeiro do Ajuru no comitê gestor da ROTA DO AÇAÍ, é o fato de que no território, o projeto sofreu muita influência das indústrias, sendo que as mesmas participam do comitê gestor e ainda estão à frente da coordenação do mesmo.

5.4.3.3 As compras institucionais/governamentais

No Pará e entre os empreendimentos de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar que produzem o açaí, a opção pela comercialização da produção junto a mercados institucionais tem sido uma prática recorrente nos últimos anos, a própria COOMPALA, participou já teve experiências concretas de comercialização junto ao PAA e ao PNAE no passado, e conforme dito anteriormente, foram umas das poucas iniciativas de comercialização que a cooperativa conseguiu desenvolver.

No entanto, os cortes orçamentários promovidos pelo Governo Federal, são cada vez mais presentes para as organizações e empreendimentos rurais. Nesse campo, destaca-se o grande declínio dos volumes de recursos destinados às diferentes modalidades de compra de produtos oriundos da agricultura familiar como no caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme registrado na figura 24.



Figura 24. Evolução dos recursos aplicados nas modalidades operacionalizadas pela CONAB entre os anos de 2008 e 2017. Fonte: CONAB - 2017, elaborado pelo autor.

O gráfico acima demonstra uma brusca queda nos volumes de recursos, sendo que no ano de 2012 tais recursos chegaram a alcançar o patamar de aproximadamente R\$ 600 milhões e, desde então, só foram diminuindo, ao ponto de chegar ao final do ano de 2017 com um volume de aplicação inferior a 10% do volume aplicado em 2012.

Em relação ao PNAE, boa parte dos municípios não tem se ocupado em efetuar a compra dos 30% de produtos de empreendimentos, ditos como da Agricultura Familiar, em Limoeiro do Ajuru, este quadro não é diferente, especialmente em relação ao açaí, que encontra outras dificuldades, como por exemplo a processamento da produção, uma vez que o programa compra apenas açaí em polpa, sendo, portanto, um grande desafio a ser superado no município.

Portanto, as ações no âmbito do mercado institucional, se apresentam como as únicas iniciativas em curso por parte dos governos, voltadas para uma estratégia de possibilitar novos mercados, mas que no entanto, nos últimos vem perdendo força, no caso do PAA pela diminuição dos volumes de recursos financeiros aplicados, e no caso do PNAE, a falta de priorização por parte dos governos locais em contemplar empreendimentos dos trabalhadores do campo, os entraves burocráticos e as convenções que orientam os padrões dos produtos, bem como a baixa capacidade operacional destes empreendimentos, são problemas que inviabilizam o acesso por parte dos empreendimentos.

5.4.3.4 Outras iniciativas do Governo Federal

Em relação às iniciativas do Governo Federal, podemos destacar as ações ancoradas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre elas as diferentes linhas de crédito, conforme já mencionadas anteriormente.

Também pode-se constatar iniciativas promovidas pelo Programa de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf), que em alguns municípios do território viabilizou serviços e estruturas para fortalecer a cadeia produtiva do açaí. Em relação a este programa, especificamente para o caso de Limoeiro do Ajuru, a mesma foi contemplada apenas com uma motocicleta para desenvolver atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural no município, fato que não contempla as necessidades, uma vez que boa parte dos agricultores familiares, extrativistas e ribeirinhos estão situados em regiões de ilhas fluviais.

Outra ação do governo federal de importância pode ser evidenciada pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER/2004), que tem entre suas diretrizes

“o apoio a ações destinadas à qualificação e aumento da produção agropecuária, pesqueira e extrativista, com ênfase à produção de alimentos básicos”; “apoiar ações específicas voltadas à construção da equidade social e valorização da cidadania, visando à superação da discriminação, da opressão e da exclusão de categorias sociais, tais como as mulheres trabalhadoras rurais, os quilombolas e os indígenas” (PNATER, 2004).

No entanto, as ações desta política também estão fragilizadas, conforme apontam as informações obtidas junto ao escritório local da EMATER/PA em Limoeiro do Ajuru.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abundante produção de frutos de açaí existente no Território Baixo Tocantins e no município de Limoeiro do Ajuru se deve principalmente às condições naturais deste território que reconhecidamente concentra a maior parte do açaí produzido na Amazônia e no território brasileiro. Esta condição natural do território e do estuário Amazônico, de acordo com Oliveira (1995), confere ao mesmo a reputação de ser o centro de origem e o centro de diversidade genética do açazeiro. Notadamente, nessa região encontram-se numerosas populações com variações bem acentuadas entre e dentro delas, principalmente em relação às características morfológicas, fenológicas, fisiológicas e agrônomicas das plantas. Além disso, tais condições são fundamentais não somente para a geração de alimentos, mas também para a geração de renda. Para muitas famílias ribeirinhas, os frutos de açaí se apresentam como a principal fonte de renda, que por sua vez alimenta todo um sistema econômico bem peculiar dos municípios e comunidades que compõem o território.

Neste trabalho de pesquisa, buscamos inicialmente demonstrar que as atividades extrativistas sempre estiveram na agenda de desenvolvimento do território, desde o tempo da colônia. Ao mesmo tempo, apresentamos também que o território Baixo Tocantins é a região que mais produz açaí no Brasil e que Limoeiro do Ajuru é o maior produtor de frutos de açaí de origem extrativa, mas que, porém, tais índices de produção não estão sendo traduzidos em melhores condições de vida para a sua população, conforme demonstramos por meio de índices socioeconômicos do município. Neste sentido, procuramos identificar o papel desempenhado por diferentes atores que atuam na cadeia produtiva, seja por meio de ações no campo econômico, envolvendo a produção e a comercialização, além de uma série de outras ações desenvolvidas por meio de projetos, programas e políticas públicas que se apresentam com a missão de gerar e fomentar tecnologias apropriadas e adequadas à realidade dos sistemas produtivos dos ribeirinhos, bem como as iniciativas voltadas para a estruturação da cadeia produtiva e de promoção da comercialização e do acesso aos mercados, sendo que os aspectos referentes a comercialização foram o alvo principal desta pesquisa.

Assim, para compreender o contexto da comercialização de frutos de açaí em Limoeiro do Ajuru, em especial o que envolve o público cooperado da COOMPALA,

fizemos o exercício de investigar e analisar a atuação da própria cooperativa, de um grupo de cooperados, bem como de intermediários/atravesadores e de órgãos de governo, atuantes neste setor.

Ao pesquisar e analisar o contexto de um grupo de cooperados, foi possível identificar que, primeiramente, a relação desse público com o açaí consiste de uma ampla interação que extrapola o mundo das atividades econômicas, e que, portanto, fazem parte de um modo de vida peculiar, trazendo consigo elementos culturais que determinam não somente a organização do trabalho, mas também os aspectos sociais, econômicos, alimentares e ambientais. Identificamos que parte do volume produzido, cerca de 10% do total é destinado primeiramente para a segurança alimentar das famílias, e o restante é comercializado ao longo do ano, principalmente no período da safra, quando a produção é abundante.

No entanto, a pesquisa também demonstrou a necessidade de se atentar, pois, o histórico das atividades extrativas de açaí, assim como o extrativismo de outras espécies na própria Amazônia, já experimentaram momentos de severas ameaças, CUNHA (2006) afirma que a corrida para a extração do palmito do próprio açaí, principalmente nas regiões de várzea do Pará incluindo o baixo Tocantins, promoveu o corte indiscriminado dos açazeiros, que afetou e ameaçou diretamente o estoque de frutos para a dieta alimentar local, baseada na farinha de mandioca, peixe e polpa de açaí.

No caso do extrativismo de frutos de açaí, atualmente, a pressão econômica não está mais voltada para a produção de palmito, e sim pela demanda dos frutos da palmeira. Essa mudança de interesse reverteu a pressão em torno da população de açazeiros no território, uma vez que extração do palmito era desenvolvida por meio do aniquilamento da planta.

Desse modo, se a ameaça de diminuição da população de açazeiros deixou de ser real, a demanda pelos frutos vem incentivando uma intensa corrida pelo aumento do volume coletado pelas famílias ribeirinhas e, com isso, estimulando uma série de práticas prejudiciais, que já apresentam impactos diretos na perda de biodiversidade dos sistemas de produção das famílias ribeirinhas, nesse sentido, de acordo com Cialdella e Navegantes (2014) nos ecossistemas naturais do território Baixo Tocantins com alta presença de açaí,

tem ocorrido um processo de eliminação sistemática de espécies de menor valor econômico por parte dos agricultores e ribeirinhos, com o propósito de beneficiar o desenvolvimento do açaí, tal fato, tem acarretado na perda de biodiversidade e na homogeneização de paisagens típicas das beiras dos rios.

Essa relação dos ribeirinhos com a biodiversidade, influenciada pelos mercados como no caso dos frutos de açaí, merece compor a agenda de pesquisas e das próprias políticas públicas. Neste sentido, buscar compreender os impactos proporcionados pelo manejo dos açazais na paisagem das ilhas e comunidades ribeirinhas do município, se apresenta como uma importante tarefa a ser pesquisada, com vistas a construção e o desenvolvimento de métodos e práticas sustentáveis de manejo apropriados para os ecossistemas locais, bem como de buscar formas de acesso a mercados que tenham como pressuposto o reconhecimento das boas práticas de manejo sustentável e da relevância social, cultural, ambiental e econômica da produção de frutos de açaí nas comunidades ribeirinhas.

Do ponto de vista da comercialização, percebemos que o processo de venda de frutos de açaí por parte dos cooperados é amplamente dependente de suas redes sociais de proximidade, o que nos permite afirmar que o distanciamento dos mesmos em relação aos mercados subordina-os a uma dependência acentuada de intermediários/atravessadores que geralmente são pessoas próximas do convívio familiar, ora por serem da mesma comunidade, ou por possuírem laços de parentesco e amizades, Granovetter (1973) considera tal tipo de relação, como sendo uma relação de laço forte, a qual apresenta uma identidade comum, caracterizando relações com alto nível de credibilidade e influência e, portanto, indivíduos que compartilham “Laços Fortes” comumente participam de um mesmo círculo social. Assim, romper com a dependência dessa rede social é fundamental para a construção de processos que favoreçam a comercialização de frutos de açaí de maneira mais justa, uma vez que, de acordo com os cooperados, tal relação não propicia condições justas em relação à remuneração da produção.

Em relação à cooperativa, foi possível identificar que a distância e o isolamento perante aos parceiros e a outras redes, a falta de estrutura, a baixa capacidade técnica e

operacional, são obstáculos que tem inviabilizado a sua atuação no âmbito da comercialização de frutos de açaí. Em relação ao isolamento e à deficiência em se relacionar com outras organizações e redes externas ao município e território, evidenciam fragilidades em relação aos laços fracos. Segundo Granovetter (1973) são os laços fracos que oportunizam a conexão com outros grupos. Indivíduos e organizações com poucos laços fracos, estarão sempre privados de informações, ficando desse modo limitados ao conhecimento ou às informações originadas apenas pelas pessoas e organizações de maior proximidade. Assim, de acordo com Granovetter, os sistemas sociais carentes de laços fracos tendem a ser fragmentados e incoerentes.

Já a falta de estrutura e a baixa capacidade técnica e operacional potencializam as fragilidades da cooperativa na sua perspectiva de comercialização e de acesso aos mercados, principalmente no que tange o atendimento às regras estabelecidas no âmbito dos mercados e das bases e pressupostos de coordenação da mesma. Neste sentido, Wilkinson (2008) sinaliza que regras, normas e convenções, ou organizações e instituições, são os elementos fundamentais para a determinação do conteúdo e da forma da produção, bem como da circulação de mercadorias. Com isso, percebe-se que no atual contexto de globalização, uma série de processos que visam a requalificação dos mercados tem buscado pela adequação de produtos a standards, tanto das transações internacionais, como de transações locais. Neste caso especificamente afloram os desafios quanto aos padrões sanitários de qualidade, que por sua vez guardam alta dependência de infraestrutura e conhecimento técnico, tal como da capacidade de gerir as organizações. Tal situação fica evidente quando identificamos, por exemplo, os motivos que levam a COOMPALA a não comercializar açaí para a merenda escolar do município.

Ao mesmo tempo, ao analisar a atuação dos intermediários/atravessadores e o seu relativo sucesso em relação à compra e venda de frutos de açaí, percebe-se que estes, além de possuírem laços fortes que conferem aos mesmos condições para efetuarem a compra de açaí nas comunidades, devido às suas relações de proximidade com os produtores e extrativistas, possuem também laços fracos que os conectam ao ambiente externo, propiciando conhecimentos de mercado e melhores condições de se estabelecerem no processo de comercialização de frutos de açaí. Do ponto de vista das convenções e das regras, percebe-se que, para estes atores, tal fato não se apresenta enquanto limitante, uma

vez que os mercados acessados ainda não estão demandando formalidades como notas fiscais e/ou contratos, portanto, não estão sujeitos às regras que incidem sobre os mercados e nem tampouco à coordenação institucional, uma vez que tais intermediários/atravessadores são majoritariamente informais, que não possuem registros, não pagam impostos, não emitem notas fiscais, sendo desse modo invisíveis aos olhos do estado.

Em relação à participação dos governos, constatamos que estes possuem uma grande preocupação em aumentar a produção para atendimento da demanda de grandes plantas industriais, além de normatizar e inspecionar as atividades da cadeia produtiva, bem como de obterem receitas por meio da arrecadação de impostos.

É certo, que do ponto de vista das convenções, cabe ao estado o papel regulamentador e fiscalizador, no entanto, também é seu o papel de contribuir para a estruturação da cadeia produtiva de modo a possibilitar para a produção familiar melhores condições de atuação na cadeia produtiva.

Assim, percebemos que as atuais ações desenvolvidas pelos órgãos públicos estão focadas principalmente na promoção do aumento na produção e na produtividade, por meio do desenvolvimento e do fomento de cultivares mais produtivas e precoces. Outra preocupação está direcionada aos standards de mercado. Nesse sentido, tem atuado principalmente para o fomento de boas práticas de colheita e pós colheita e do processamento. Para tanto, tem se esforçado para o desenvolvimento de atividades de capacitação técnica, para a criação de normas sanitárias e para o desenvolvimento de atividades de fiscalização.

Do ponto de vista estrutural, são poucas as iniciativas identificadas, e as poucas existentes sofrem fortemente com os cortes de recursos. Em se tratando da comercialização envolvendo os produtores e extrativistas, as iniciativas estão reduzidas aos mercados institucionais públicos, que também sofrem pelos cortes de recursos como no caso do PAA ou estão engessados de tal modo, que inviabilizam a participação da cooperativa, devido principalmente às exigências burocráticas e sanitárias, como foi no caso da relação da COOMPALA com o PNAE.

No âmbito dos mercados, percebemos que faltam iniciativas que contemplem processos que favoreçam a construção de novos mercados, enquanto opção para as organizações dos produtores e extrativistas. Tal fato reforça a percepção de que, para o estado, a participação dos produtores e extrativistas de frutos de açaí está limitada, ou seja, estes estão condenados a serem meros fornecedores de matéria-prima para indústrias localizadas em regiões mais desenvolvidas.

Assim, sem desconsiderar os desafios de ordem estruturais, que devem ser solucionados, é preciso que haja um processo de mobilização envolvendo as organizações dos produtores e extrativistas locais como a COOMPALA e setores dos governos para a definição de uma agenda que considere não apenas a perspectiva econômica da cadeia produtiva do açaí, mas que também privilegie outras estratégias que viabilizem o encontro de diferentes organizações do campo e da cidade, de modo a estabelecer uma arena com capacidade de construir padrões e acordos adequados à realidade dos sistemas produtivos dos produtores e extrativistas e das demandas de consumo, e com isso promover a construção e o estabelecimento de novos mercados para os frutos de açaí, bem como de produtos mais elaborados, como polpas, bebidas, cosméticos, entre outros. Para tanto, faz-se necessário que a cooperativa avance e amplie sua capacidade de articulação com o mercado, a sociedade e o estado.

No entanto, percebemos que mesmo diante de todo conteúdo teórico já produzido no âmbito da ação coletiva, bem como das questões que envolvem os mercados e a produção da agricultura familiar, existem poucas reflexões teóricas que incorporem os a biodiversidade e as populações tradicionais, portanto, entendemos que há uma grande necessidade de avançar, na compreensão da relação entre povos e comunidades tradicionais e a biodiversidade, bem como nas relações individuais e grupais no que tange os ribeirinhos e as suas organizações sociais, sejam elas informais ou formais, sendo as formalizadas, geralmente caracterizadas como associações ou cooperativas. Assim, chamamos a atenção para o desafio de entender quais fatores são determinantes para os ribeirinhos se envolverem em processos de ação coletiva, porém, devemos nos atentar, que apenas as questões de ordem econômica de maneira isolada, aparentemente, não são suficientes para a compreensão de tais processos. A relação entre ribeirinhos e biodiversidade também é algo a ser compreendido, principalmente no contexto dos

impactos proporcionados pelas demandas do mercado de frutos de açaí na paisagem e na biodiversidade local.

Além disso, percebe-se os desafios tanto para a pesquisa como para as políticas públicas, de pesquisar e desenvolver formas de reconhecimento e premiação dos ribeirinhos, pela adoção de boas práticas de manejo do açaí e da biodiversidade, por meio de arenas que propicie o encontro entre os diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva, de modo que favoreça a construção de mercados para a produção de açaí, com participação direta de produtores, consumidores, batedores, indústrias e governos.

Do ponto de vista das políticas públicas, no que tange os impactos ambientais e riscos a biodiversidade, há de se aprimorar e avançar nas atuais iniciativas que envolvem o desenvolvimento e o fomento de boas práticas de manejo dos açazais, neste sentido, ampliar e adequar as linhas crédito para as famílias ribeirinhas, bem como, de potencializar os serviços de assistência técnica, são fundamentais para a implementação e adoção de boas práticas por parte das famílias ribeirinhas.

Finalmente, diante do atual quadro em que se encontra a COOMPALA e o seus cooperados, em relação aos desafios da ação coletiva de comercialização, sem contudo, desconsiderar o importante papel dos mesmos no que tange o manejo da floresta com vistas ao extrativismo de frutos de açaí, sugere a necessidade da realização de pesquisas que possibilite não apenas compreender os desafios em torno da ação coletiva e à gestão desses grupos, mas que também, possam contribuir para um diálogo propositivo que favoreça a construção de políticas públicas que contemplem deferentes formas de promoção do desenvolvimento local, mas que respeitem e sejam comprometidos com os aspectos específicos dos povos e comunidades tradicionais e a biodiversidade, em suas dimensões sociais, ambientais, políticas, culturais e econômicas.

7 REFERÊNCIAS

ANDERSON, A. 1991. Forest management strategies by rural inhabitants in the Amazon estuary. Pages 351-360 in A. Gómez-Pompa, T. C. Whitmore, and M. Hadley, eds. Rain Forest Regeneration and Management. The Parthenon Publishing Group, Paris.

ANDRADE, D. et al. Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – COBIO-Coordenadoria da Biodiversidade. NAPAUB-Núcleo de Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras. São Paulo, 2000.

ARAÚJO, C. T. D. De; NAVEGANTES-ALVES, L. De F.. Do extrativismo ao cultivo intensivo do açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) No estuário amazônico: sistemas de manejo e suas implicações sobre a diversidade de espécies arbóreas. *Revista Brasileira de Agroecologia*. 2015. 10(1): 12-23..

ARAUJO, P. H. F.; Uma resenha da Nova Sociologia Econômica de Granovetter. IV Conferência Internacional de História Econômica & VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. SESSÃO TEMÁTICA: História do Pensamento Econômico. São Paulo – SP. 2012. http://www.cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Paulo_Henrique_Furtado_Araujo.pdf (ACESSADO EM 09 DE fevereiro de 2018).

ASPERS, Patrik How markets are made? MPIfG Working Paper 09/2, Max Planck Institute for the Study of Societies, 2009.

BAYLE, E. E. M. ESTUDO DA CADEIA PRODUTIVA DO AÇAÍ E DO CUPUAÇU. PROGRAMA DE REDUÇÃO DA POBREZA E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS DO PARÁ. Acordo de empréstimo 7414 BR. Termo de Referência 005/2013. Relatório Final. 2014.

BASTOS, A. P. V. Et al. Economia e Sociedade na região do Tocantins, Pará. *Papers do Naea* N° 259; 2010.

BECKER, B. K. Ciência, Tecnologia e Inovação – Condição do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, Ministério da Ciência e Tecnologia, Brasília – DF. 2010.

BOTTAZZI, Jean-Marc. "Accessibility of Pareto optima by Walrasian exchange processes," *Journal of Mathematical Economics*, Elsevier, vol. 23(6), pages 585-603, November 1994.

BURT, R. "The Network Structure of Social Capital." In Robert Sutton and Barry Staw (eds.), *Research in Organizational Behavior*. Greenwich, CT: JAI Press, forthcoming, 2000.

CAVALCANTE, P.B. Frutas comestíveis da Amazônia. 5ª ed. Belém: cnpq, 1991. P. 25- 28 (Coleção Adolfo Ducke).

CARMELIO, E. C.; Desenvolvimento Regional Sustentável: Série cadernos de propostas para atuação em cadeias produtivas. Fundação Banco do Brasil. Brasília, setembro de 2010.

CHIZZOTTI, ANTÔNIO. PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.

CIALDELLA, N.; NAVEGANTES L. A. « La ruée vers l'« açaí » (Euterpe oleracea Mart.): trajectoires d'un fruit emblématique d'Amazonie », Revue Tiers Monde 2014/4 (n° 220), p. 119-135.

CUNHA, Elaide Martins da. Mutirão e trabalhadoras de Igarapé-Miri: açaí como alternativa econômica no contexto de gênero. 2006 papers do naea n° 206. UFPA.

DAWES, Robyn M. Social Dilemmas. Annual Review of Psychology, v. 31, p. 69-93, 1980.

DECRETO Estadual N° 250, de 13 DE OUTUBRO DE 2011. Norma Estadual – Pará. Publicado no DOE em 14 out 2011.

DECRETO N° 2.475, de 10 DE SETEMBRO DE 2010. Norma Estadual – Pará Publicado no DOE em 13 set 2010.

DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R.S.V.;; SILVA, V.C.F. DA.;; FIGOLS, F.A.B. ANDRADE, D. (Orgs.). Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. São Paulo: USP/NUPAUB; PROBIO/MMA; cnpq, 2000.

DIEGUES, A.C.; Sociobiodiversidade. In BRASIL, Ministério do Meio Ambiente Secretaria Executiva Diretoria de Educação Ambiental. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília, 2005.

FLIGSTEIN, N. The architecture of markets: an economic sociology of twenty-first-century capitalist societies. Princeton: Princeton University Press, 2001rel.

FLIGSTEIN, Neil et DAUTER, Luke. The Sociology of Markets in Annual Review of Sociology, 33, 105-128, 2007.

FLICK, Uwe. Desenho da pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção pesquisa qualitativa). Tradução: Roberto Cataldo Costa.

_____. Introdução à metodologia de pesquisa. Métodos de pesquisa. Tradução: Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GATTI, Bernadete Angelina. Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Série Pesquisa em Educação, V. 10. Liber Livro: Brasília, 2005.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. American Journal of Sociology, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, may. 1973.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness in American Journal of Sociology, Vol. 91, Issue 3, pp. 481-510, 1985.

HARDIN, Russel. One for All: The Logic of Group Conflict. Princeton: Princeton University Press, 1995.

HARDIN, Garret. A tragédia dos comuns. Disponível em http://www.garretthardinsociety.org/articles/art_tragedy_of_the_commons.html. Acessado em 02 de junho de 2018.

HOMMA, A. K. O.; A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1990.38 p. II. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 53).

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo** vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação – Brasília, DF: Embrapa, 2014.

HOMMA, A. K. O.; Tavares G. S.; **COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ NO ESTADO DO PARÁ**: alguns comentários; Observatório de la economia latinoamericana; Revista Eumednet; BRASIL – SEPTIEMBRE 2015.

HOMMA, A. K. O.; A Terceira Natureza da Amazônia: alguns comentários; REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, v.38, n.132, p.27-42, jan./jun. 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Censo Agropecuário de 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA Censo demográfico. 2010

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE-Cidades de 2017.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual Técnico das Pesquisas Agropecuárias Municipais. Coordenação de Agropecuária. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.128 p.

IDESP – Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – Estatística Municipal de Limoeiro do Ajuru. 2012. Disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/pdf/estatisticamunicipal/Limoeiro.pdf><http://mds.gov.br/bolsafamilia> (acessado em 03/12/2017).

INHETVIN, T. Agricultores familiares, agentes mercantis e a comercialização de produtos agrícolas: o caso de Capitão Poço. Belém-PA.: Paper do NAEA, n. 100, 1998.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe); Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes). Desflorestamento nos Municípios da Amazônia Legal para o ano de 2016. [Http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php](http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php) (consultado em fevereiro de 2018)

KAUFMAN, D. A força dos “laços fracos” de Mark Granovetter no ambiente do ciberespaço. *Galaxia* (São Paulo, Online), n. 23, p. 207-218, jun. 2012.

KOLLOCK, Peter. Social dilemmas: The anatomy of cooperation. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 183-214, 1998, p. 183, tradução nossa. No original: “Social dilemmas are situations in which individual rationality leads to collective irrationality”.

LORENZI, H. Palmeiras no Brasil: exóticas e nativas. Nova Odessa, SP: Editora Plantarum, 1996.

MARINHO, J A M. Dinâmica das relações socioeconômicas e ecológicas no extrativismo do açaí: O caso do médio rio pracaduba, São Sebastião da Boa Vista, Marajó (PA). Belém, 2005. NAEA, Dissertação de Mestrado.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004”.

MIRANDA, L. B.; CASTRO, B. M.; KJERFVE, B. Princípios de oceanografia Física de estuários. Edusp, 2002.

MÖLLERING, Guido Market constitution analysis: a new framework applied to Solar Power Technology Markets MPIfG Working Paper 09/07, 2009.

MORAN, E. F. et al. Pequenos Produtores e o Desmatamento na Amazônia. *Amazonia and Global Change*. 2009.

NASH, Jhon. Non-Cooperative Games; e Equilibrium Points in N-Person Games. New Jersey: Princeton, 1950.

NASSAR, André M. Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

NEIDERLE, Paulo André. A Agrobiodiversidade como recurso estratégico nos novos mercados agroalimentares. Capítulo 2. In SANTILLI et al. Agrobiodiversidade Vol. 2. Brasília, DF. Embrapa, 2015.

OLIVEIRA, M. do S.P. Avaliação do modo de reprodução e de caracteres quantitativos em 20 acessos de açazeiro (*Euterpe oleracea* Mart. – Arecaceae) em Belém-PA. Recife: UFRPE, 1995. 145p. (Tese de Mestrado).

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OLSON, Mancur. A Lógica da Ação Coletiva: Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

OSTROM, E. Governing the commons: The evolution of institutions for collective action. *Land Economics*, v. 68, n. 3, p. 354, 1990.

OSTROM, Elinor; AHN, T. K. Una perspectiva del capital social desde las ciencias sociales: capital social e acción colectiva. *Revista Mexicana de Sociología*. Año 65, n. 01, p. 155-233 enero – marzo, 2003.

OSTROM, Elinor. Collective Action and the Evolution of Social Norms. *The Journal of Economic Perspective*, v. 14, n. 03, p. 137-158, 2005.

OSTROM, Elinor. El gobierno de los bienes comunes la evolución de las instituciones de acción colectiva. México, FCE, IIS, 2011.

PADOCH, C., Ayres, M., Pinedo-Vasquez, M.; Henderson, A. (eds). 2000. Várzea: Diversity, Development, and Conservation in Amazonia's Whitewater Floodplains. The New York Botanical Garden Press, New York.

PAES-DE-SOUZA, M.; O Produto Florestal Não Madeirável (PFNM) Amazônico açaí nativo: proposição de uma organização social baseada na lógica de cadeia e rede para potencializar a exploração local. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v.3, n.2, mai/ago. 2011.

PARAMAIO, L. Decisión racional y acción colectiva. *Leviatán* 79: 65-83, 2000.

PNDSPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Presidência da República, Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.

PORTARIA Nº 162, DE 24 DE ABRIL DE 2014. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL GABINETE DO MINISTRO. DOU de 28/04/2014 (nº 79, Seção 1, pág. 30).

RESSEL, Lúcia Beatriz et al. O uso do grupo focal em pesquisa qualitativa. *Revista Contexto Enfermagem*, Florianópolis, Out-Dez; 17(4): 779-86, 2008.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. *Raízes*, Ano XVIII, Nº 20, novembro/ 99.

SABOURIN, E.; Dádiva e Reciprocidade nas Sociedades Rurais Contemporâneas. XI Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, CISO, Aracaju, Sergipe. 2003.

SANTILLI, J. F. Agrobiodiversidade e direito dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SCHMIDT, C. M.; **TIERLING, I. M. B. M.;** **BENEFÍCIOS DA AÇÃO COLETIVA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR:** um estudo na associação de produtores de Corumbataí do Sul – PR. IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais - Porto Alegre, RS, Brasil, 19 a 21 de outubro de 2016.

SCHNEIDER, S.; **Radomsky, G.;** **NAS TEIAS DA ECONOMIA:** o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 249-284, maio/ago. 2007

SILVA, Silvio Simione. Resistência camponesa e desenvolvimento agrário na Amazônia-acreana. Presidente Prudente : Editora, 2004.

SILVEIRA, Jane Simoni. A Multidimensionalidade da valorização de produtos locais: implicações para políticas públicas, mercado, território e sustentabilidade na Amazônia. / Jane Simoni Silveira. Brasília, 2009. 391 p.:il. Tese de Doutorado, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília

SOBRINHO, Sebastião Aluizio Solyno. A certificação do açaí na região do Baixo-Tocantins: uma experiência de valorização da produção familiar agroextrativista na Amazônia. *Revista Agriculturas*, v. 2, n. 3, outubro de 2005.

TAVARES, F. B.; **Piraux, M.;** **Marques, S.** Políticas públicas sobre a atividade da pesca no Baixo Tocantins: algumas considerações. X Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Foz do Iguaçu, Paraná, maio de 2014.

THÉVENOT, L. ORGANIZED COMPLEXITY: Conventions of coordination and the composition of economic arrangements, *European Journal of Social Theory* 4(4): 405-425, 2001.

THÉVENOT, L. Values, coordination and rationality. The economy of conventions or the time of reunification in the economic, social and political sciences. Paris, 2003.

TRIVINOS, Augusto N.S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TOLEDO, V. M. Povos, comunidades tradicionais e a biodiversidade. In: Levin, S. Et al., (eds.) Encyclopedia of Biodiversity. Academic Press. Instituto de Ecologia, UNAM, México, 2001.

VIOLA. E.; BASSO. L.; O SISTEMA INTERNACIONAL NO ANTROPOCENO. Universidade de Brasília (unb), Brasília – DF. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 31 N° 92. RBCS Vol. 31 n° 92 outubro/2016.

WILKINSON, J. Sociologia econômica e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. Revista Ensaio. Fundação de Economia e Estatística (FEE): Porto Alegre – RS, v. 23, n. 2, p. 805 – 825, 2002.

WILKINSON, J.. Mercados Redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS: 2008.

8 APENDICES

APENDICE A - questionário em profundidade aplicado junto à COOMPALA

1. IDENTIFICAÇÃO DO COOPERADO			
1.1. Nome entrevistado			
1.2. Endereço			
1.3. Ano de entrada na cooperativa			
1.4. Cargo/Função (atual)			
1.5. Há quanto tempo está no cargo atual?			
2. DIMENSÃO SOCIO/POLÍTICA			
2.1. Data de fundação da Cooperativa			
2.2. Características do Território de atuação da COOMPALA			
2.2.1. Quantas comunidades tem no município?			
2.2.2. Em quantas comunidades a cooperativa tem sócios(as)?			
2.2.3. Em quantas comunidades tem cooperados(as) pescadores(as)?			
2.2.4. Quantas ilhas têm no município?			
2.2.5. Em quantas ilhas a cooperativa tem sócios(as)?			
2.2.6. Em quantas ilhas tem cooperados(as) pescadores(as)?			
2.2.7. Quais são as comunidades que a cooperativa tem sócios(as)?			
2.2.8. Quais são as ilhas?			
2.3. Perfil dos cooperados			
2.3.1. Quantos(as) Cooperados(as) têm a Cooperativa?	Homens	Mulheres	Total
2.3.2. Quais os critérios para o ingresso de novos membros na cooperativa?			
2.3.3. Qual é a meta de quantidade de associados da cooperativa?			
2.3.4. Porque foi definido essa meta?			
2.4. Elementos de Gestão da COMPALA			
2.4.1. Nível estratégico			
2.4.1.1. Quais os objetivos da cooperativa			
Objetivo 1			
Objetivo 2			
Objetivo 3			
2.4.1.2. Qual é a visão de futuro da cooperativa para daqui a 5 anos?			
2.4.1.3. A cooperativa tem planejamento		Sim	
		Não	

<input type="checkbox"/> planejamento trienal		<input type="checkbox"/> planejamento bienal	
<input type="checkbox"/> planejamento mensal		<input type="checkbox"/> planejamento outros _____	
<input type="checkbox"/> planejamento semestral		<input checked="" type="checkbox"/> planejamento anual	
2.4.1.4. Quem participa da construção do planejamento?			
<input checked="" type="checkbox"/> cooperados		<input type="checkbox"/> direção	
<input type="checkbox"/> comunidades		<input type="checkbox"/> Parceiros: _____	
<input type="checkbox"/> outros: _____			
2.4.1.5. O planejamento é monitorado?			Sim
			Não
<input type="checkbox"/> planilhas		<input type="checkbox"/> Reuniões de diretoria	
<input type="checkbox"/> Pelas visitas e acompanhamento nos locais de produção		<input type="checkbox"/> Por reuniões periódicas com equipe executiva	
<input type="checkbox"/> Reuniões nas comunidades		<input type="checkbox"/> Outra: _____	
2.4.2. Participação Gestão Democrática			
2.4.2.1. Quais as instâncias de Direção e Coordenação da COMPALA?			
<input type="checkbox"/> Assembleia de sócios ou reunião do coletivo dos sócios		<input type="checkbox"/> Diretoria / Conselho Diretor / Coordenação	
<input type="checkbox"/> Conselho Administrativo		<input type="checkbox"/> Conselho Fiscal	
<input type="checkbox"/> Núcleos ou Comissões, Grupos de Trabalho		<input type="checkbox"/> Outra. Qual? _____	
2.4.2.2. Quais são os cargos de direção da cooperativa?	Cargo 1		
	Cargo 2		
	Cargo 3		
	Cargo 4		
	Cargo 5		
	Cargo 6		
	Cargo 7		
2.4.2.3. Quantos(as) diretores(as) tem a cooperativa		Homens	Mulheres
2.4.2.4. A diretoria se reúne quantas vezes		Semana	Mês
			Ano
2.4.2.5. Quantos diretores participam das reuniões?			
		Não	Sim
			Qual
2.4.2.6. Existem registros das reuniões da diretoria?			
		Não	Sim
			Qual
2.4.2.7. Quais as principais pautas das reuniões da diretoria			
2.4.2.8. Quantos(as) conselheiros(as) são:		Homens	Mulheres
2.4.2.9. O conselho fiscal se reúne quantas vezes		Mês	Ano
			Outro
2.4.2.10. Quantos conselheiros participam das reuniões?			
		Não	Sim
			Qual
2.4.2.11. Existem registros das reuniões?			
		Não	Sim
			Qual
2.4.2.12. Quais as principais pautas das reuniões do conselho fiscal?			
2.4.2.13. Como são tomadas as decisões na cooperativa? (resposta múltipla)		<input type="checkbox"/> Em Assembleia Geral <input type="checkbox"/> Reunião Realizada somente com a diretoria e coordenadores dos núcleos <input type="checkbox"/> Núcleos de produção <input type="checkbox"/> Qualquer cooperado pode tomar decisão de maneira isolada <input type="checkbox"/> Outras: _____	

2.4.2.14. Quantas Assembleias realizam por ano?					
2.4.2.15. Qual o grau de frequência dos cooperados nas Assembleias ou reuniões do coletivo dos sócios?		<input type="checkbox"/> menos de ¼ participam <input type="checkbox"/> menos da metade participa <input type="checkbox"/> menos de ¾ participam <input type="checkbox"/> mais de ¾ participam <input type="checkbox"/> Outras: _____			
2.4.2.16. A cooperativa tem autonomia para decidir sobre o próprio destino?			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
<input type="checkbox"/> Sim, mas precisa de apoio ou assessoria de parceiros	<input type="checkbox"/> Sim, sem precisar de apoio ou assessoria de parceiros	<input type="checkbox"/> Não, ficando na dependência de apoio ou assessoria de parceiros			
<input type="checkbox"/> Outra: Explique: _____					
2.4.2.17. Quais as razões para desligamento de algum membro do grupo?		<input type="checkbox"/> Falta de confiança <input type="checkbox"/> Briga com os demais cooperados <input type="checkbox"/> Falta constantes e injustificadas nas Assembleias. <input type="checkbox"/> Improdutividade do cooperado <input type="checkbox"/> Outros: _____			
2.4.2.18. Como são tratados os conflitos na cooperativa?		<input type="checkbox"/> Em Assembleia com opinião de todos <input type="checkbox"/> Isolados entre os próprios cooperados envolvidos no conflito <input type="checkbox"/> Apenas pela diretoria <input type="checkbox"/> os conflitos não são resolvidos <input type="checkbox"/> outros: _____			
2.4.2.19. Como é feito o processo de comunicação na COMPALA?					
<input type="checkbox"/> nas reuniões da diretoria (informes)		<input type="checkbox"/> carta aos cooperados			
<input type="checkbox"/> e-mail		<input type="checkbox"/> celular			
<input type="checkbox"/> whatsapp		<input type="checkbox"/> Rádio			
<input type="checkbox"/> outros (<i>ofícios</i>)		<input type="checkbox"/> Assembleia			
2.4.3. Relações externas (com as comunidades e entidades governamentais e da sociedade civil)					
2.4.3.1. A cooperativa participa de alguma articulação da sociedade civil (Fóruns, Redes)?		Quantos fóruns?			
		Quantas Redes?			
2.4.3.2. Quais são os fóruns, pautas e os resultados					
Fórum	Pautas	Resultados			
2.4.3.3. Quais são as Redes, pautas e os resultados					
Redes	Pautas	Resultados			
2.4.3.4. A cooperativa possui assento em algum conselho de gestão de política pública (conselho de desenvolvimento rural sustentável, de meio ambiente, de saúde, outros)			<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO		
2.4.3.5. Quais conselhos participa (municipal, territorial, estadual e nacional)?					
Conselho	Esfera (municipal, estadual, federal)	Principais Pautas debatidas	Resultados		
2.4.3.6. Possui parceiros institucionais no âmbito do apoio, social, financeiro, técnico, político, ambiental			<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		
PARCEIRO	FORMAL		INSTRUMENTO DE FORMALIDADE	OBJETIVOS	RESULTADOS
	SIM	NÃO			

2.4.3.7. A cooperativa proporciona outros benefícios aos cooperados além da comercialização dos produtos		Sim			
		Não			
2.4.3.8. A cooperativa participa ou desenvolve alguma ação socioambiental na comunidade? (Educação, Saúde, moradia, Trabalho, Redução da violência, Meio ambiente, Lazer, Esporte, Cultura e Religião, outras).		Sim			
		Não			
Qual a ação socioambiental desenvolve?		Comunidade			
2.4.3.9. A cooperativa teve ou tem algum apoio de projeto?		Sim			
		Não			
Projeto		Qual é o apoio?			
3. DIMENSÃO SÓCIOECONÔMICA					
3.1. Relações Econômicas					
3.1.1. Qual é a principal atividade econômica desenvolvida pela COMPALA		() produção	() industrialização		
		() comercialização	() outros		
3.1.2. A cooperativa industrializa algum produto?		Sim			
		Não			
3.1.2.1. Onde industrializa a produção?					
3.1.2.2. Quais são os produtos industrializados?		() polpa de açaí	() polpa de cupuaçu		
		() polpa de bacuri	() Polpa de taperebá		
		() doces	() outros		
		() geleias	_____		
3.1.3. Quais são os produtos comercializados pela cooperativa?					
PRODUTOS	UNIDADE	QUANTIDADE COMERCIALIZADA (ANO)			
		2012	2013	2014	2015
3.1.4. Possui parceiros no âmbito das atividades econômicas e comerciais (cooperativas, empresas, federações de cooperativas, governos, entre outros)		Sim			
		Não			
PARCEIRO	FORMAL		INSTRUMENTO DE FORMALIDADE	OBJETIVOS	RESULTADOS
	SIM	NÃO			
3.1.5. A cooperativa possui funcionários?		Sim			
		Não			
3.1.6. Qual é o trabalho desenvolvido pelos funcionários?					
Funcionário 1					
Funcionário 2					
3.2. As principais cadeias produtivas					
3.2.1. O açaí (Euterpe oleracea M.)					
3.2.1.1. Qual é a origem do açaí comercializado pela COMPALA?		Extrativismo			
		Cultivo			
3.2.1.2. Quantidade de cooperados que trabalham com açaí extrativista		() até 20%	() Até 30%		
		() até 60%	() até 70%		
		() até 40%	() até 50%		
		() até 80%	() até 100%		
3.2.1.3. Quantidade de cooperados que trabalham com açaí cultivado		() até 10%	() Até 20%		
		() até 50%	() até 60%		
		() até 30%	() até 40%		
		() até 70%	() até 80%		
3.2.1.4. Há quanto tempo a cooperativa trabalha com açaí?					

3.2.1.5. Já vivenciou alguma crise no mercado do açaí (Euterpe oleracea M.)					Sim	
					Não	
Que Ano		Quais foram as Consequências		Medidas tomadas		
3.2.1.6. Qual foi o preço médio (R\$) do açaí praticado no mercado local na safra de 2017?				Valor mais Baixo (R\$)		Valor mais Alto (R\$)
3.2.1.7. Qual foi o preço médio (R\$) do açaí pago para o cooperado na safra de 2017?				Valor mais Baixo (R\$)		Valor mais Alto (R\$)
3.2.1.8. Quais as principais dificuldades para a comercialização do açaí?						
Principal dificuldade		Segunda dificuldade	Terceira dificuldade	Quarta dificuldade		Quinta dificuldade
3.2.1.9. Possui algum projeto ou plano para superar as dificuldades?					Sim	x
					Não	
Projetos		Objetivos		Resultados		Beneficiários
3.2.1.10. Planeja a construção de alguma estrutura para industrialização do açaí e outras frutas?					Sim	
					Não	
3.2.1.11. Tamanho planejado para a indústria/fábrica (m ²)?						
3.2.1.12. Possui área para fazer a obra?		Própria	Comodato	Outros	Não possui	Tamanho (m ²)
3.2.1.13. Possui equipamentos para industrializar a produção de açaí e outras frutas?					Sim	
					Não	
3.2.1.14. Quais os equipamentos que possui?						
3.2.1.15. Precisa de algum equipamento para industrializar, transportar, armazenar e comercializar açaí e frutas?					Sim	
					Não	
3.2.1.16. Quais os equipamentos que precisa para industrializar, transportar, armazenar e comercializar açaí e frutas?						
Nome do equipamento		Função do equipamento (o que ele faz)		Capacidade do equipamento (quantidade que ele faz por unidade de tempo: Kg por horas; toneladas por hora, etc..)		
3.3. Mercados Acessados						
3.3.1. Programa de Aquisição de Alimentos						
3.3.1.1. Atualmente Comercializa algum produto para o programa de aquisição de Alimentos (PAA)?					Sim	
					Não	
3.3.1.2. Já comercializou algum produto para o PAA?					Sim	
					Não	
Produto que comercializava para o PAA	Período que comercializou (ano)	Valor total comercializado (R\$)	Ano que parou de Comercializar		Motivo da Paralisação das vendas para o PAA	
3.3.1.3. Quais produtos comercializa atualmente para o (PAA)?						
Ano	Produto	unidade	Qtde	Valor comercializado (R\$)		
TOTAL COMERCIALIZADO						
3.3.1.4. Para quem entrega os produtos do PAA?						
Nome da organização beneficiária			Localização		Pessoas atendidas	
3.3.1.5. Quem faz a entrega dos produtos?				() prefeitura		() cooperativa
				() o beneficiário busca		() outros _____

3.3.2. Programa para a Alimentação Escolar					
3.3.2.1. Comercializa algum produto para o (PNAE)?				Sim	
				Não	
3.3.2.2. Já comercializou algum produto para o PNAE?				Sim	
				Não	
Produto que comercializava para o PNAE	Período que comercializou	Valor total comercializado (R\$)	Ano que parou de Comercializar	Motivo da Paralisação das vendas para o PNAE	
3.3.2.3. Quais produtos comercializa atualmente para o Programa de Alimentação Escola (PNAE)?					
Ano	Produto	Unidade	Qtde	Valor comercializado (R\$)	
TOTAL COMERCIALIZADO					
3.3.2.4. Para quem entrega os produtos do PNAE?					
Nome da organização beneficiária que recebe		Localização		Categorias das Pessoas atendidas (crianças, adolescentes, idosos, outros)	
3.3.2.5. Quem faz a entrega dos produtos?		<input type="checkbox"/> prefeitura		<input type="checkbox"/> cooperativa	
		<input type="checkbox"/> o beneficiário busca		<input type="checkbox"/> outros _____	
3.3.3. Comercialização para Intermediários					
3.3.3.1. Faz venda para intermediários (atravessadores, marreteiros, outros)				Sim	
				Não	
3.3.3.2. Quem são os intermediários	Quanto paga (R\$)	Vantagens	Desvantagens		
3.3.4. Comercialização Direta					
3.3.4.1. Faz venda direta ao consumidor				Sim	x
				Não	
3.3.4.2. Em que espaço faz a venda direta?	NOME DO ESPAÇO		LOCAL (comunidade, bairro, município)		
<input type="checkbox"/> Feiras livres Locais					
<input type="checkbox"/> Porto					
<input type="checkbox"/> feira da agricultura familiar					
<input type="checkbox"/> feiras eventos (economia solidária, agroecológica, outras)					
<input type="checkbox"/> Mercados Públicos					
3.3.5. Desafios enfrentados pela cooperativa comercializar produtos					
3.3.5.1. A cooperativa tem encontrado alguma dificuldade para comercializar?				Sim	
				Não	
3.3.5.2. Quais são as dificuldades para comercializar?					
<input type="checkbox"/> Falta de clientes		<input type="checkbox"/> Nenhum cooperado quer ficar responsável pelas vendas			
<input type="checkbox"/> Nenhum cooperado sabe como se faz uma venda (argumentação, negociação, etc)		<input type="checkbox"/> Transportes, estradas			
<input type="checkbox"/> Os compradores só compram em grande quantidade		<input type="checkbox"/> Os clientes exigem um prazo para pagamento			
<input type="checkbox"/> Dificuldade em manter a regularidade do fornecimento		<input type="checkbox"/> Falta de capital de giro para vendas a prazo			

<input type="checkbox"/> Os preços praticados pela cooperativa são baixos e desvalorizados		<input type="checkbox"/> Os preços praticados pela cooperativa são muitos altos	
<input type="checkbox"/> A cooperativa já sofreu muitos calotes (inadimplência) e não sabe como evitar		<input type="checkbox"/> Estrutura para comercialização (local, espaço, equipamentos etc)	
<input type="checkbox"/> Agentes de mercado (concorrentes, atravessadores, monopólios)		<input type="checkbox"/> Falta de divulgação	
<input type="checkbox"/> Outras dificuldades: _____			
3.4. Gestão Financeira			
3.4.1. Qual a receita bruta da cooperativa?			
2012	2013	2014	2015
3.4.2. A receita é suficiente para pagar as despesas?			Sim
			Não
3.4.3. Qual a despesa bruta da cooperativa?			
2012	2013	2014	2015
3.4.4. Quais são os itens de despesa?			
3.4.5. Já houve sobras na cooperativa?			Sim
			Não
3.4.6. Quais foram os valores das sobras da cooperativa?			
2012	2013	2014	2015
3.4.7. Como é decidido o que fazer com as sobras/superávits conseguidas através da comercialização?			
Nunca houve sobras	Em Assembleia	Em reuniões da diretoria	outros
3.4.8. O que já foi feito com as sobras dos resultados econômicos da cooperativa			
Benefício		Ano	
3.4.9. A cooperativa utiliza alguma ferramenta de controle financeiro?			Sim
			Não
<input type="checkbox"/> planilhas excel	<input type="checkbox"/> outro software	<input type="checkbox"/> caderno de anotações	
<input type="checkbox"/> pasta com documentos fiscais	<input type="checkbox"/> software de gestão	<input type="checkbox"/> outros	
3.4.10. Como você avalia o sistema de gestão e controle da cooperativa?			
<input type="checkbox"/> eficiente	<input type="checkbox"/> pouco Eficiente	<input type="checkbox"/> nada eficiente	
3.4.11. Quais as dificuldades encontradas pela COMPALA para tornar o sistema de controle e gestão mais eficiente?			
<input type="checkbox"/> A distância e dificuldade de comunicação entre os núcleos de produção	<input type="checkbox"/> Falta de conhecimento técnico por parte dos responsáveis pelo controle	<input type="checkbox"/> Falta de comprometimento e responsabilidade dos cooperados	
<input type="checkbox"/> Movimentação operacional e financeira muito elevada	<input type="checkbox"/> Falta de transparência	<input type="checkbox"/> Outras:	

3.4.12. O que poderia ser feito para melhorar a eficiência do controle da COMPALA?								
3.4.13. Qual o valor pago para o cooperado pela unidade de produto (paneiro, tonelada, kg, lata ou outros)?								
PRODUTOS				VALOR PAGO PELA UNIDADE DE PRODUTO AO COOPERADO (R\$)				
				2012	2013	2014	2015	2016
3.4.14. Qual o Valor recebido pela cooperativa pela unidade de produto?								
PRODUTOS	Comprador	contrato		VALOR RECEBIDO PELA COOPERATIVA POR UNIDADE DE PRODUTO (R\$)				
		Sim	Não	2012	2013	2014	2015	2016
4. DIMENSÃO TÉCNICA/EDUCACIONAL								
4.1. Tem demandas por Assistência Técnica?							Sim	
							Não	
4.2. Quais são as áreas com demandas de Assistência Técnica								
<input type="checkbox"/> produção			<input type="checkbox"/> comercialização			<input type="checkbox"/> industrialização		
<input type="checkbox"/> cooperativismo			<input type="checkbox"/> gestão			<input type="checkbox"/> outros		
4.3. A cooperativa recebe assessoramento técnico (EMATER, SEBRAE, UNIVERSIDADE ou outros)							Sim	
							Não	
Nome da entidade de assessoramento		Tipo de serviço Prestado			Período das visitas de ATER (quinzenal, mensal, bimestral, semestral, anual)			
4.4. Tem demandas por capacitação?							Sim	
							Não	
4.5. Quais são as áreas com demandas de capacitação?								
<input type="checkbox"/> produção			<input type="checkbox"/> comercialização			<input checked="" type="checkbox"/> industrialização		
<input type="checkbox"/> cooperativismo			<input type="checkbox"/> gestão			<input type="checkbox"/> outros		
4.6. A cooperativa desenvolve atividades de educação/capacitação/formação com os cooperados?							Sim	
							Não	
Atividade		temas		Pessoas participantes		Quando aconteceu		

APÊNDICE B - questionário semiestruturado aplicado junto ao escritório local da EMATER

ROTEIRO ENTREVISTA EMATER de Limoeiro do Ajuru	
1) Nome do Entrevistado	
2) Cargo que ocupa	
3) A quanto Tempo Trabalha na EMATER?	
4) Quais atividades visando fortalecer a cadeia produtiva de açaí a EMATER desenvolve? (ATER, CAPACITAÇÃO: oficinas, cursos, entre outros...)	
5) A quanto tempo desenvolve atividades para o fortalecimento da Cadeia do Açaí?	
6) Resultados das atividades desenvolvidas para o fortalecimento da Cadeia do Açaí?	
7) Desenvolvem ou participam de atividades voltadas para a qualificação da comercialização e dos mercados de açaí? Quais?	
8) Quais projetos, programas e políticas públicas para o fortalecimento da Cadeia do Açaí está acompanhando, executando e qual o papel desempenhado?	
9) Principais Resultados dos projetos, programas e políticas públicas para o fortalecimento da Cadeia do Açaí a qual tem acompanhado?	
10) Comunidades atendidas no município no âmbito da cadeia do açaí?	
11) Famílias atendidas no município no âmbito da cadeia do açaí?	
12) Principais parceiros no município, território e estado no âmbito da cadeia do açaí? ?	
13) Resultados da parceria no âmbito da cadeia do açaí?	
14) Possui algum acordo ou contrato firmado com algum parceiro no âmbito da cadeia do açaí? (O quê e com quem?)	
15) Quais os principais desafios encontrados para o trabalho voltado para o fortalecimento da cadeia do açaí?	
16) Quais os principais objetivos do trabalho desenvolvido na cadeia produtiva do açaí?	

APÊNDICE C- minuta do questionário semiestruturado aplicado junto às secretarias de governo do município de Limoeiro do Ajuru.

ROTEIRO ENTREVISTA SECRETARIAS MUNICIPAIS DE LIMOEIRO DO AJURU	
1) Órgão de governo pesquisado	
2) Nome do Entrevistado	
3) Cargo que ocupa	
4) A quanto Tempo Trabalha na Secretaria?	
5) Quais atividades visando fortalecer a cadeia produtiva de açaí a Secretaria de Agricultura desenvolve? (Apoio a infraestrutura, CAPACITAÇÃO: oficinas, cursos, entre outros...)	
6) A quanto tempo desenvolve atividades para o fortalecimento da Cadeia do Açaí?	
7) Resultados das atividades desenvolvidas para o fortalecimento da Cadeia do Açaí?	
8) Desenvolvem ou participam de atividades voltadas para a qualificação da comercialização e dos mercados de açaí? Quais?	
9) Quais projetos, programas e políticas públicas para o fortalecimento da Cadeia do Açaí está acompanhando, executando e qual o papel desempenhado?	
10) Principais Resultados dos projetos, programas e políticas públicas para o fortalecimento da Cadeia do Açaí a qual tem acompanhado?	
11) Comunidades atendidas no município no âmbito da cadeia do açaí?	
12) Famílias atendidas no município no âmbito da cadeia do açaí?	
13) Principais parceiros no município, território e estado no âmbito da cadeia do açaí? ?	
14) Resultados da parceria no âmbito da cadeia do açaí?	
15) Possui algum acordo ou contrato firmado com algum parceiro no âmbito da cadeia do açaí? (O quê e com quem?)	
16) Quais os principais desafios encontrados para o trabalho voltado para o fortalecimento da cadeia do açaí?	
17) Quais os principais objetivos do trabalho desenvolvido na cadeia produtiva do açaí?	

APÊNDICE D - minuta do questionário semiestruturado aplicado junto a cooperados da COOMPALA.

ROTEIRO ENTREVISTA COOPERADOS	
17) Nome do Entrevistado	
18) Comunidade	
19) A quanto Tempo é cooperado?	
20) Já vendeu ou vende algum produto para a cooperativa? Por quê?	
21) Possui algum acordo ou contrato de venda de açaí? Com quem?	
22) Possui algum apoio governamental? De quem? Em que apoia?	
23) Possui algum apoio de organização da sociedade civil? De quem? Em que apoia?	
24) Quais os principais desafios da família em relação a cadeia produtiva do açaí?	
25) Quais as principais vantagens em se trabalhar com o açaí?	

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA COOPERADOS/AS			
Qual o tamanho da UPF?			
Quantas pessoas compõe a família?			
Quantas pessoas da família trabalham diretamente no manejo da biodiversidade, na UPF?			
Existe contratação de serviços de terceiros?		() SIM	() NÃO
SE SIM, RESPONDA:			
EM QUE PERÍODO DO ANO?		PARA QUÊ?	
QUAIS PRODUTOS SÃO GERADOS NA UPF E QUAL A SUA DESTINAÇÃO			
PRODUTOS	DESTINAÇÃO/QUANTIDADE		PERÍODO QUE PRODUZ
	AUTO CONSUMO	MERCADO	
Utiliza alguma boa prática de colheita e/ou pós colheita do açaí? Quais?		() SIM	() NÃO
SE SIM, RESPONDA:			
PRÁTICA	POR QUE USA TAL PRÁTICA	QUAL O BENEFÍCIO DO USO DA PRÁTICA	DESDE QUANDO
O açaí comercializado é certificado? Qual certificação?		() SIM	() NÃO
QUAL É A CERTIFICAÇÃO			
DESDE QUANDO É CERTIFICADO?			
Existe alguma ameaça à produção de açaí na UPF, na comunidade e no município?			
NA UPF	NA COMUNIDADE	NO MUNICÍPIO	
QUAL A RENDA OBTIDA COM A COMERCIALIZAÇÃO DE AÇAÍ NOS ÚLTIMOS 3 ANOS			
ANO	QUANTIDADE (KG)	RENDA OBTIDA (R\$)	OBSERVAÇÕES
2014			
2015			
2016			
QUEM SÃO OS COMPRADORES DE AÇAÍ			
COMPRADORES	QUANTIDADE QUE COMPRA	PERÍODO QUE COMPRA	
COMERCIALIZAÇÃO DO AÇAÍ			
PARA QUEM VENDE O AÇAÍ		POR QUE VENDE PARA ESSE COMPRADOR?	

APÊNDICE E - minuta do questionário semiestruturado aplicado junto a intermediários/atravessadores que atuam no território COOMPALA.

ROTEIRO ENTREVISTA INTERMEDIÁRIOS de Limoeiro do Ajuru	
1) Nome do Entrevistado	
2)	
3) A quanto Tempo Trabalha no comércio de açai?	
4) Que estrutura possui para atuar no comércio de açai? Transporte? Armazenamento? Celular? Outros...	
5) De quem e de onde compra Açai? Comunidades e famílias?	
6) Quantidade de compra em uma safra?	
7) Período (época do ano) que compra açai?	
8) Possui algum tipo de acordo ou contrato com os produtores de açai? Quais? É formal?	
9) Para quem vende o açai? Quem é e de onde é o comprador? Onde faz a entrega?	
10) Possui algum tipo de acordo e/ou contrato com os compradores de açai? quais são? Período de vigência? Com quem? Objetivo dos acordos	
11) Principais desafios da compra e venda de açai?	
12) Principais vantagens da compra e da venda do açai?	
13) Recebe algum apoio governamental para desenvolver sua atividade de compra e venda de açai?	
14) Cumpre alguma exigência legal quanto a compra e venda de açai? (nota fiscal, impostos, registro sanitário e/ou outros)	

APÊNDICE F - roteiros utilizados no trabalho de grupo focal de acordo com as técnicas aplicadas junto a representantes da diretoria da COOMPALA.

ROTEIRO GRUPO FOCAL	
TÉCNICA	ROTEIRO
ENTRA E SAI (ENTRA)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Para quê? Objetivos 2. De onde vem? 3. Como vem? 4. Quanto custa (R\$)? Valor 5. Quando entra? Período 6. Com que recursos (R\$)? Próprio? Crédito? 7. Quais? O quê? 8. Quem participou? Jovens, mulheres... 9. Quando aconteceu? 10. Duração? 11. Conteúdo? Questões e temas abordados 12. Quem promoveu? Quem realizou? Parceiros? 13. Existe contratos e acordos na parceria?
ENTRA E SAI (SAI)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quando sai? Período 2. Quantidade que sai? 3. Para onde sai? Quem compra? 4. Sabe para onde vai a produção? 5. A quanto tempo vende para o atual comprador? 6. Por que da escolha do atual comprador? 7. Vantagens e desvantagens dos atuais compradores? 8. Importância da venda de frutos de açaf? 9. O que precisa melhorar? Desafios? 10. Existe contratos e acordos na parceria?
Diagrama de Venn	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quem é o parceiro? 2. De onde é o parceiro? 3. Objetivos da parceria? 4. O que faz o parceiro? 5. A quanto tempo existe a parceria? 6. Existe contratos e acordos na parceria? 7. Vantagens e desvantagens das parcerias?
FOFA (Matriz swot)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são as forças? Porque são forças? 2. Quais são as fraquezas? Porque são fraquezas? 3. Quais são as oportunidades? Porque? 4. Quais são as ameaças? Porque?